



proto-história e romanização

guerreiros e colonizadores

Este volume contém os textos das comunicações apresentadas à sessão “Guerreiros e Camponeses: Quem procurar?”, dedicada à Proto-história e Romanização.

O título sugere bem o problema arqueológico com que esta região se defronta hoje. Se o Vale do Côa apresenta o mais importante conjunto de arte rupestre proto-histórica da Península Ibérica, o conhecimento desta arte não é acompanhado por um reconhecimento das populações que a produziram e vivenciaram.

A leitura deste volume dá-nos uma perspectiva abrangente de guerreiros e camponeses, em volta da arte rupestre do Vale do Côa. Continuamos, contudo, a saber mais dos guerreiros do que dos camponeses, mais da arte do que dos artistas, e mais dos invasores do que dos invadidos.

03

proto-história e romanização

guerreiros e colonizadores

III congresso de arqueologia
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



Pinhel, 17 de Maio de 2006

03

**proto-história
e romanização**
guerreiros e
colonizadores

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

- 4 **prefácio**
António Ruas
- 5 **introdução**
Luís Luís e António do Nascimento Sá Coixão
- 8 acta 1
Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal
Francisco Sande Lemos e Gonçalo Cruz
- 29 acta 2
Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização
António do Nascimento Sá Coixão
- 56 acta 3
Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização de Médio Côa
Manuel Sabino G. Perestrelo
- 72 acta 4
Proto-história e Romanização entre o Côa e o Águeda
Susana Rodrigues Cosme
- 81 acta 5
A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006
Maria Pilar dos Reis e Fernando Santos
- 85 acta 6
Proto-história e romanização no monte de Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais
Carla Maria Braz Martins

prefácio

António Ruas

(Presidente da Câmara Municipal de Pinhel)

A História da pré-história e da romanização desta região da Beira Interior Norte está, ainda, a dar os primeiros passos. Os estudos arqueológicos que foram apresentados no III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, agora perpetuados nestas actas, constituem um desafio à busca de novos contributos que permitam conhecer melhor e interpretar a ocupação humana nestas regiões, ao longo dos tempos.

No concelho de Pinhel está já inventariado um significativo número de sítios arqueológicos pertencentes aos períodos proto-histórico, romano e medieval, que importa ver estudados. A investigação da *Villa* romana do Prado Galego, apresentada neste volume através de um artigo da Mestre Maria Pilar Reis, constitui uma parte relevante de um projecto mais abrangente que visa mostrar os aspectos mais significativos dos patrimónios do concelho de Pinhel e da região do Vale do Côa.

Cientes da missão que têm estes encontros científicos e da responsabilidade dos Municípios no apoio e incentivo de actividades que impulsionem o desenvolvimento sustentado através do estudo e de divulgação dos patrimónios, decidimos apoiar a realização do Congresso e a publicação destas actas.

Por último, queremos com esta singela nota, manifestar publicamente o nosso reconhecimento à equipa organizadora, porque acreditamos que estes eventos têm, também, o mérito de atrair recursos externos que nos ajudarão a superar as dificuldades inerentes a um concelho do Interior.

Os guerreiros sem os camponeses e os artistas sem estômago...

Um dos Debates no Vale do Côa, inseridos no âmbito do 3.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, realizou-se em Pinhel no dia 17 de Maio de 2006, subordinado ao sugestivo tema: “Guerreiros e Camponeses: Quem procurar?”. Logo à partida o título da sessão, dedicada aos horizontes cronológicos da Proto-história e Romanização, sugeria bem o problema arqueológico com que esta região se defronta hoje.

O Vale do Côa apresenta o mais importante conjunto de arte rupestre proto-histórica da Península Ibérica, só comparável com os conjuntos de Valcamonica (Itália) Bohuslän (Suécia) e Mont Bego (França). A descoberta deste impressionante conjunto de representações, disperso por cerca de três dezenas de núcleos distintos, não foi inicialmente motivada por uma pesquisa científica metódica, mas fruto do desenvolvimento de dois projectos hidroeléctricos. Nos anos 80 identificou-se o conjunto do Vale da Casa, durante o projecto da construção e enchimento da barragem do Pocinho (Baptista, 1983, 1983-84 e 1986). Uma década depois, uma nova barragem, agora no troço final do rio Côa, motivou a descoberta do maior conjunto de arte paleolítica ao ar livre do mundo, incluindo um numeroso conjunto de arte rupestre proto-histórica, o segundo momento mais relevante do Vale do Côa.

Contudo, os vestígios desta arte, que começamos hoje a conhecer (Baptista 1998 e 1999), não foi acompanhado até ao momento por um conhecimento das populações que a produziram e viveram. Os diferentes intervenientes na sessão procuraram responder, de diferentes formas e a diferentes níveis, à pergunta que pairava sobre a sessão.

Francisco Sande Lemos – que dedicou a sua dissertação de doutoramento ao povoamento proto-histórico e romano de Trás-os-Montes Oriental e foi um dos responsáveis pelo estudo do Vale da Casa nos anos 80 – e Gonçalo Cruz – arqueólogo natural de Pinhel – apresentaram-nos um ponto de vista supra-regional e etno-arqueológico. Os autores relacionam a realidade desta região com o Noroeste peninsular, onde, fruto do trabalho de sucessivas gerações de investigação, o nosso conhecimento sobre esta época é já muito mais desenvolvido. Os autores partem de uma perspectiva histórico-etnográfica das múltiplas dimensões do fenómeno da guerra, que marcou profundamente as populações proto-históricas peninsulares, e avançam para uma interpretação das múltiplas dimensões sociais dos povoados fortificados, das suas muralhas e da sua relação com o território.

Os investigadores terminam com uma sugestiva interpretação das estátuas de guerreiros do Noroeste e da sua eventual relação com as representações rupestres do Vale do Côa. Trata-se de um interessante caminho para a interpretação desta arte, que nos permitimos conjugar com um conjunto de ideias que um de nós apresentou na primeira edição deste mesmo congresso (Luís, 2005: 43-48) e desenvolveu noutro local (Luís, no prelo).

Caminhando no sentido de uma maior pormenorização, seguimos para um conjunto de sínteses regionais.

Um dos signatários (António Sá Coixão), há largos anos dedicado ao estudo da arqueologia desta região, sobretudo no domínio da romanização, mas também na Pré-história Recente, apresentou uma perspectiva da Proto-história e Romanização do Baixo Côa, fruto destes já longos anos de prospecção e escavação arqueológica. Permitimo-nos salientar do seu recente trabalho a identificação do provável templo dos Aravos e o extraordinário conjunto musivo da Vale do Mouro.

Manuel Sabino Perestrelo, madeirense por nascimento, mas já quase também beirão, tem vindo a estudar este período histórico na bacia do Médio Côa, nomeadamente no âmbito da sua dissertação de mestrado. Partindo da escavação de um dos raros sítios escavados com ocupação proto-histórica, o Castelo dos Mouros de Cidadelhe, o autor analisa a ocupação proto-histórica e romana do Médio Côa, com especial incidência para os inícios da ocupação,

introdução

Luís Luís

(Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Email: luisluis.pavc@ipa.min-cultura.pt)

António do Nascimento Sá Coixão

(Director do Museu da Casa Grande, Freixo de Numão. Email: freixo.acdr@clix.pt)

através da presença de tropas romanas, período geralmente ausente dos contextos conhecidos.

Susana Cosme apresenta-nos igualmente uma síntese regional, com base no estudo realizado para a sua dissertação de mestrado, que incidiu sobre a região entre o Côa e o Águeda, com especial incidência na escavação da *villa* romana do Olival dos Telhões. Deste sítio apresenta-nos uma placa gravada com motivos da Idade do Ferro.

Esta placa revela-se paradoxal a dois níveis. Em primeiro lugar, o achado realizou-se num contexto secundário, não acompanhado por outros vestígios coevos. O Olival dos Telhões localiza-se contudo no sopé do Castelo Calabre, cuja ocupação pré-romana, preservada na terminação do topónimo, se supõe mas nunca foi comprovada. Em segundo lugar, se tematicamente os motivos inscritos na placa se integram na iconografia conhecida para a arte da 2ª Idade do Ferro do Vale do Côa e Douro, já a natureza suporte é totalmente distinta. Esta placa, juntamente com a recentemente achada de forma fortuita no Paço, outro sítio com apenas uma ocupação romana conhecida, levantam as questões da cronologia final desta arte, bem como da existência de uma eventual arte móvel sidérica.

Apresentam-se aqui três sínteses diferentes e não necessariamente concordantes, mas que se revelam complementares em termos de área geográfica e temática. Destas experiências de investigação, mais longa no caso de António Sá Coixão, ressalta um conhecimento mais cimentado das realidades romanizadas, sobretudo tardias, e um conhecimento ainda muito parcelar e fragmentário das realidades prévias.

Descendo ao nível do sítio, Maria do Pilar Reis e Fernando Santos, arqueólogos responsáveis pela escavação do sítio romano do Prado Galego (Pinhel), fazem-nos uma apresentação da estação, que os participantes do congresso tiveram oportunidade de visitar, podendo apreciar os seus mosaicos.

Finalmente, é no texto de Carla Braz Martins que nos aproximamos mais dos camponeses. A sua intervenção no Monte da Sra. do Castelo de Urros, que buscava inicialmente provas do poder dos guerreiros através do estudo da mineração – tema da sua dissertação de doutoramento – permitiu-lhe identificar o conjunto de cerâmicas proto-históricas, que aqui nos apresenta. Trata-se de um dos primeiros conjunto cerâmicos do Ferro regional, fundamental para a definição de uma cultura material ainda em grande medida desconhecida.

Durante a sessão houve ainda lugar para um vivo debate subordinado ao tema “A II Idade do Ferro no Baixo Côa: o primeiro feudalismo ibérico?”, moderada por António Martinho Baptista, director do Centro Nacional de Arte Rupestre, que acabou por reflectir a questão que pairou sobre os trabalhos.

O volume que aqui apresentamos inclui os textos das comunicações apresentadas ao congresso. A sua leitura dá-nos uma perspectiva abrangente de guerreiros e camponeses, num âmbito geográfico alargado em volta da arte rupestre do Vale do Côa. Continuamos contudo a saber mais dos guerreiros do que dos camponeses, e mais dos invasores do que dos invadidos.

Na busca da totalidade social, ou seja, da compreensão das sociedades humanas nas suas múltiplas facetas, a arqueologia não se pode contentar com sociedades apenas de artistas que gravaram as paredes de xisto, ou de guerreiros, que aí surgem representados. Teremos pois de procurar ambos e, juntamente com eles, os camponeses, artesãos, as mulheres e as crianças.

O diagnóstico está feito, os horizontes da investigação são amplos. Só com a continuação e intensificação dos trabalhos de investigação poderemos deixar de ter homens sem mulheres e filhos, falcatas sem ferreiros, artistas sem estômago e guerreiros sem camponeses.

bibliografia

BAPTISTA, A. M. (1983) – *O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)*. Arqueologia. Porto. 8, p. 57-69.

BAPTISTA, A. M. (1983-84) – *Arte rupestre do norte de Portugal: Uma perspectiva*. Portugália. Porto. Nova série. 4-5 (*Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste*, Novembro de 1983), p. 71-82.

BAPTISTA, A. M. (1986) – *Arte rupestre pós-glaciária: Esquematismo e abstracção*. In ALARCÃO, J. de, ed. – *História da Arte em Portugal*. 1. Lisboa: Editorial Alfa, p. 31-55.

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa: Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BAPTISTA, A. M. (1998) – *A arte do Côa e Alto-Douro e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART)*. In LIMA, A. C. P. S., ed. – *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 196-201.

LUÍS, L. (2005) – *Arte rupestre e ocupação humana no Vale do Côa: Balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa*. Côavisão. Vila Nova de Foz Côa. 7 (*Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*), p. 31-60.

LUÍS, L. (no prelo) – *Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa*. In BALBÍN BEHRMANN, R. de – *Arte al Aire Libre en el Sur de Europa (Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión* [Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006]).

acta 1

Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal

Francisco Sande Lemos

(Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. E-mail: sandelemos@gmail.com)

Gonçalo Cruz

(Sociedade Martins Sarmento. E-mail: goncalo.pinhel@gmail.com)

Resumo

Os povoados fortificados de altura, habitualmente designados como castros, constituem, na Proto-História, o modelo de *habitat* predominante no Norte de Portugal e na Beira Interior Norte. As muralhas são um dos aspectos mais expressivos dos povoados proto-históricos, quer na área dos grandes castros do litoral de Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes Ocidental, cuja superfície ultrapassa com frequência cinco hectares, quer nos pequenos sítios do Nordeste Transmontano e do Vale do Douro. O significado das muralhas tem sido interpretado das mais diversas maneiras, sem que se tenha estabelecido um consenso. Todavia, a análise das muralhas deve ser precedida pela discussão do conceito de conflito. Por sua vez, conflitos e muralhas conduzem à problemática dos guerreiros. A representação de guerreiros, atribuída à Idade do Ferro, surge em dois registos: na estatuária, na área dos grandes castros, em especial nas bacias hidrográficas do Cávado, Ave e Tâmega; na arte rupestre do Vale do Douro. Tal como as muralhas também a cronologia e a interpretação destas representações têm suscitado diferentes hipóteses. Neste texto discutem-se a leituras mais recentes sobre o significado paisagístico e social das muralhas, bem como das representações de guerreiros. Pretende-se assim contribuir para a clarificação de uma temática que se tem enredado sobre si mesma, a tal ponto que hipóteses opostas podem ser sustentadas com os mesmos argumentos, paradoxo insustentável numa disciplina que se pretende científica.

Guerras, conflitos e “barulhos”

De um modo geral, os arqueólogos, quando usam o termo guerra, estão a pensar em conflitos bélicos entre povos, ou entre comunidades. Todavia há um leque muito variado de conflitos, pelo que seria justificado aplicar diferentes termos. O povo maconde, por exemplo, utilizava distintas palavras para designar os conflitos entre comunidades “Livenda”, e as “guerras” contra grupos estranhos ao seu povo “Inondo” (Dias e Dias, 1964 e 1970).

Talvez na ausência de uma terminologia mais rigorosa a palavra guerra, de grande amplitude semântica, tem fascinado os arqueólogos que procuram, avidamente, os sinais de conflitos armados em níveis de incêndio que, muitas vezes, associam a movimentos de povos, ou exércitos. Os túmulos com armas são outro indicador de referência, tal como a estatuária. Há, nos estudos arqueológicos, uma procura sistemática dos traços dos guerreiros, cujas sombras se perfilam em cada muralha, como sentinelas perpétuas. Na Citânia de S. Julião registou-se, por exemplo, uma interessante trilogia: um guerreiro, de nome *Malceinus* (o “Dono da Montanha” segundo Silva, 2005); um poderoso torreão destacado da linha de muralha; e uma falcata em ferro, recolhida numa unidade estratigráfica associada à estrutura defensiva (Martins, 1988a).

Podemos, assim, imaginar em S. Julião, com fundamento, um combate. Mas terá sido uma breve escaramuça, ou um cerco, envolvendo numerosos efectivos? E entre quem? Uma contenda com os vizinhos do Norte, que ficavam para lá da Serra Amarela, os *Querquernae*? Ou um sinal de resistência ao avanço do exército romano em finais do séc. II a.C.? E, porque não, um simples indício de um conflito interno, uma luta pelo poder, um confronto entre famílias pela liderança do castro?

A perspectiva difusionista enquadra, normalmente, os conflitos em movimentos de povos. Aliás migrações e conquistas estão bem documentadas, pelo que constituíram, sem dúvida, um dos motivos de enfrentamentos e combates. Mas não esgotam, de modo algum, as dinâmicas belicistas que fracturavam as sociedades. De facto, os conflitos são múltiplos e ocorreram em várias escalas.

A mais ampla entre grandes unidades étnicas, ou Estados, como a batalha entre os *Bracari* e

as legiões de *Decimus Iunius Brutus* (Tranoy, 1981). Conflitos deste grau eram, provavelmente, raros e não justificariam um investimento generalizado e sistemático em fortificações.

Lutas entre diferentes *populi* seriam mais frequentes. Mas não se sabe, exactamente, o que eram entidades como os *Bracari* ou os *Zoelae*, se abrangiam, por exemplo, várias subunidades de tipo cantões (Alarcão, 1999) e se possuíam, antes da conquista romana, uma consciência de si e para outros, bem como chefes comuns, ou príncipes.

Por sua vez, no quadro de cada povo, ocorreriam numerosos diferendos entre os cantões ou entre as comunidades que o formavam, o que, possivelmente, exigia pactos como o celebrado entre diversos grupos de *Zoelae*. Este documento, registado por escrito, pela primeira vez no século I d. C., teve, no entanto, como base, outro mais antigo, talvez oral. Mais tarde foi renovado no século II (Tranoy, 1981; Sastre, 2002).

A uma micro-escala desenvolviam-se tensões dentro de cada povoado. Nas sociedades ditas segmentárias os conflitos intracomunitários resolviam-se pelo abandono do povoado por um dos grupos dissidentes¹. Todavia este mecanismo pressupõe uma certa mobilidade e um espaço livre, o que é pouco compatível com a densidade dos castros proto-históricos. Por isso duvidamos que possa ter funcionado, em plena Idade do Ferro, considerando o elevado número de fortificações já instaladas nesse período e a evidente sobreposição territorial, ao menos no Noroeste de Portugal. Admitimos que esse processo ainda poderia estar activo em Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993).

De qualquer modo o conflito entre comunidades, e no interior de cada uma, é um elemento de longa duração, bem documentado em períodos históricos mais recentes. Aliás o confronto entre as comunidades poderia inserir-se numa contenda maior e dessa circunstância há exemplos históricos curiosos na História de Portugal.

Em Trás-os-Montes a rivalidade entre aldeias mergulha no tempo e foi sempre muito viva. O caso de Ancião é muito interessante. Na guerra dinástica entre a Casa de Avis e a de Castela (século XIV), Ancião tomou partido pela primeira. Pelo contrário Vilarinho da Castanheira, a aldeia vizinha, e outras da mesma zona, optaram por Castela. Houve uma pequena batalha entre as duas aldeias mencionadas, num local ainda referenciado (Vale da Osseira)², enquanto se desenrolavam outros episódios, de maior escala, na luta entre Avis e Castela.

Ancião escolheu bem. As outras aldeias seguiram o caminho errado. Efectivamente a vitória da Casa de Avis consagrou a centralidade de Ancião no território do Planalto. O Castelo de Vilarinho de Castanheira foi demolido e das suas muralhas apenas restam os negativos. Por outro lado, tanto os habitantes desta aldeia, como os de outros aglomerados próximos, como por exemplo Freixel, foram obrigados a trabalhar, por decreto régio, na edificação das novas muralhas de Ancião. Assim os paramentos da antiga Cerca, em pedra miúda, deste último aglomerado, foram substituídos, no século XIV/XV, por outro aparelho de excelente qualidade, segundo narram os documentos, confirmados pelos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados no Castelo de Ancião na década de 80 do século XX (Moraes e Magalhães, 1971; Lemos, 1988).

Aliás o nome da vila ficou ligado ao concelho criado no século XIX, Carrazeda de Ancião, embora no século XVIII já Ancião estivesse quase totalmente abandonada (Alves, 1934 e 1938; Mendes, 1981; Lopo, 1987).

O mesmo processo ocorreu mais para leste entre Alva e Freixo de Espada à Cinta, de que beneficiou a segunda, partidária da Casa de Avis. De Alva ficou uma muralha de xisto em ruínas, esquecida e ignorada. As muralhas de Freixo perduraram e foram mesmo restauradas pela DGEMN, filiando-se assim o Estado Novo nas vitórias de D. João I contra os castelhanos. Ou na Beira Interior, entre os concelhos de Pinhel e de Castelo Rodrigo, no âmbito da crise de 1383/1385, em que a primeira vila apoiou a Casa de Avis, e a segunda as pretensões de D.

¹ Na Monografia sobre os Macondes os seus autores (Jorge Dias e Margot Dias) descrevem em pormenor este mecanismo. Todavia o planalto que habitavam era extenso e com escassa densidade habitacional.

² Agradecemos a Filipe Queijo a informação sobre este topónimo.

Beatriz, recusando entrada ao Mestre. No desfecho da crise, D. João I teria decidido, segundo a tradição, que o escudo, que constituía o brasão da vila de Castelo Rodrigo, passasse a figurar invertido nas armas da vila. O escudo foi assim usado pelo menos até ao século XIX, como castigo pela tomada de posição do alcaide, favorável a Castela. Além disto, outras medidas iriam provocar a perda de alguma centralidade administrativa de Castelo Rodrigo, para benefício de Pinhel, como a mudança da data da feira.

Na Guerra do Peloponeso as cidades estavam, por vezes, divididas, entre partidários de Atenas e de Esparta, como relata Tucídides que também nos revela o mesmo mecanismo de antagonismo entre *poleis* vizinhas, articulado, numa escala mais ampla, com a guerra interna entre os gregos.

Em Trás-os-Montes, ainda no século XIX, os conflitos entre as comunidades eram frequentes. Nas suas conhecidas Memórias sobre o Distrito de Bragança o Abade de Baçal consagrou interessantes páginas ao que ele chamava “barulhos”, ou seja disputas entre aldeias, que, quase sempre, terminavam de forma sangrenta, em pequenas batalhas abertas, onde se utilizavam caçadeiras, varapaus, enfim todo o arsenal disponível. Muitas vezes tais conflitos tinham origem na invasão dos baldios, dos terrenos de pastagens. Outras vezes em simples brincadeiras de mau gosto, em faltas de respeito, que podiam nascer numa romaria, quando o álcool incitava os mais mordazes a transgredir as regras do convívio.

Aliás, conforme se deduz da obra do Abade de Baçal, no sistema constitucional da Monarquia do século XIX, cada aldeia votava em bloco no mesmo candidato e partido. Em 1868 a votação no círculo de Vinhais degenerou em grave conflito. As urnas estavam na aldeia de Santalha. Os de Moimenta desceram da sua aldeia para votar no bacharel Francisco Pereira de Athaíde, seu conterrâneo. Mas para o fim do dia, estalaram os conflitos e a própria igreja foi invadida, tendo sido o cenário mais sangrento da refrega³ (Alves, 1911).

Houve mortos e mais de uma centena de feridos. O candidato vitorioso, António Joaquim de Veiga Barreira teve de se esconder numa arca de paramentos para poder sobreviver à fúria dos “carvoeiros” como eram, e ainda são, conhecidos os habitantes de Moimenta (Vinhais) (Alves, 1911).

Neste caso específico trata-se de um conflito relacionado com o controlo do poder político e influências resultantes, bem como da escolha dos mediadores com Estado Central.

Uma outra referência do Abade de Baçal aos “barulhos” é curiosa pois remete para uma circunstância que foi analisada em diversos estudos de etnografia e sociologia: a festa como local de confronto⁴, evocando os banquetes que degeneram em violência, como acontecia entre os Yonamano (Johnson e Earle, 1987). Ou na Grécia Antiga: os derradeiros capítulos da Odisseia descrevem a forma cruel como, num banquete, Ulisses mata os pretendentes da Penélope e os seus cúmplices.

Uma das últimas destas pequenas batalhas ocorridas em Trás-os-Montes, na qual morreu, abatido a tiro, um dos intervenientes, colocou frente a frente os habitantes de Paradelo do Rio e de Fiães, duas aldeias do concelho de Montalegre. Neste caso o motivo do confronto terá sido um “namoro”, o que remete para a questão do controlo das mulheres nas sociedades rurais (no âmbito da Antropologia) e nas comunidades proto-históricas (numa perspectiva arqueológica).

A outra escala, no seio da mesma comunidade, podem eclodir conflitos entre distintas linhagens, ou mesmo no âmbito da mesma família. Na Idade do Ferro algumas muralhas que dividem a meio os castros, como se verifica em Carmona (no Vale do Neiva), em Nogueira (Chaves), ou em Vilarelho (Alijó), poderiam eventualmente separar dois grupos distintos dentro da mesma comunidade, ideia já avançada por Armando Coelho da Silva (1986) e com o qual concordamos. Nas sociedades mais complexas da Proto-História, as muralhas também

³ Os padres não foram poupados, segundo a narrativa do pároco da aldeia de Lomba: “— «Quem 'stá aqui?!» «É um padre». «E d'onde?» «De Lomba». «Ah! isso é qu'eu q'eria saber...» e dizendo isto, vibrou-me tão grande cacheirada que quase me ia tombando, apesar de a aparar nos braços que ergui à laia de escudo, e desesperado com a veemência da dor, dei com tanta força nos que continuavam entrando de escantilhão que lançando alguns por terra, consegui fugir” (Alves, 1911).

⁴ “No domingo, 11 de Agosto de 1895, os habitantes de Paredes, no concelho de Bragança, fizeram uma festa e juntamente uma representação. Os da Parada e Pinela, que já andavam rixosos, vieram às mãos desancando-se fortemente à bordoadada e a tiros de armas de fogo, ficando feridos dezoito homens de Parada” (Alves, 1911).

parecem ter regulamentado os espaços dos conflitos internos, pelo menos nos povoados com uma determinada dimensão.

Alguns desses conflitos poderiam ser resolvidos em negociações, talvez na Casa do Conselho. Outros terminariam em derramamento de sangue.

Em síntese, tanto os indivíduos, como os grupos e as comunidades são portadores de um conjunto de conflitos, por vezes insanáveis, e escondem as suas fragilidades através de um sistema de defesas, ou resistências, como dizem os psicanalistas. Esses sistemas de defesa, quando materializados em equipamentos colectivos, as linhas de muralha, defendem tanto os indivíduos e grupos sociais, como as comunidades e os povos, mas também são as bases de onde partem as guerras.

O conflito é, pois, um elemento dinâmico a vários níveis da sociedade (controlo do poder, do território, dos recursos naturais, das mulheres, do simbolismo) e a diferentes escalas de espaço. Aliás, as várias escalas em que se registam podem cruzar-se, de tal modo, que se constitui uma matriz muito complexa e, por vezes, com uma poderosa carga simbólica, que pode ser reutilizada, em contextos cronológicos distintos. Por outro lado, a gestão dos conflitos é, por si mesmo, um mecanismo de poder, pelo que os sistemas defensivos são, no mesmo plano, um equipamento de poder e de cooperação comunitária.

De um modo geral todos estes conflitos comportam, também, processos de apropriação, acções de rapina, saque de gado ou de tesouros, em última análise conquista de mais valias que podem suprir a escassez de recursos ou aumentar a riqueza de um povoado ou *populus*.

No século XX a guerra total, desenvolvida pela Alemanha nazi, integrava, de forma racional e bem programada, todos os elementos básicos do conflito: a defesa da “raça ariana”, ameaçada pelos judeus; a legitimação histórica e arqueológica do povo germânico (*Germanentum*, Mees, 2004); a conquista de novos territórios (“Lebensraum”); o reordenamento dos espaços conquistados (“Pabst Plan”); a pilhagem do ouro, desde os cofres dos bancos às jóias individuais; o saque das obras de arte (Einsatzstab Rosenberg); o extermínio étnico; a mão-de-obra para trabalho forçado (o sistema dos campos); a destruição implacável dos símbolos e das elites culturais dos adversários (Polónia) (Shirer, 1960).

As operações simbólicas articuláveis com as representações dos conflitos são, aliás muito curiosas. Nesta perspectiva a história patrimonial do Altar do *Pergamon* é elucidativa. Os baixos-relevos esculpidos nessa magnífica obra-prima da arte helenística representam a vitória dos deuses do Olimpo sobre os Gigantes, dito de outro modo, da Cultura Grega sobre as forças do caos, de Alexandre Magno sobre os persas. No I Reich, em finais do séc. XIX, o Altar de Pergamon foi desmontado e transferido para Berlim num contexto em que a Alemanha pretendia consolidar a sua reunificação, afirmando a sua superioridade intelectual e militar (Bilsel, 2000).

Mais tarde inspirou a arquitectura nazi, influenciando, directamente, um dos elementos do complexo de Nuremberga (o “Zepellin”), onde se realizavam as grandes paradas do regime. Terminada a II Guerra o altar foi levado pela vitoriosa URSS cujos líderes terão considerado normal apoderar-se de um símbolo militar tão expressivo e tão antigo (Macdonald, 2006).

Por outro lado, o Zepellin de Nuremberga permaneceu; mas os símbolos nazis que o ornamentavam foram destruídos e na cidade realizou-se o julgamento dos derrotados. Para as democracias aliadas e para a União Soviética, seu aliado temporário, os alemães, eram os novos *Barbaroi*, as hordas germânicas que ameaçavam os valores da civilização, recordavam os impiedosos cavaleiros teutónicos.

Mas não é só no domínio do Património, da Arquitectura e da Política que a simbologia do conflito exerce um fascínio poderoso. Os confrontos individuais e colectivos constituem, por exemplo, o tema preferencial do cinema do Japão (Korusawa), um Estado que ensaiou,

em meados do século XX, um conflito, sem futuro e irracional, contra os grandes países do Pacífico.

Os conflitos são, pois, algo de muito complexo, a vários níveis, desde o universo individual aos grandes combates entre povos, incluindo a sua representação em diferentes patamares. Os indicadores desses conflitos são numerosos e alguns perderam-se para sempre. Na Proto-História as muralhas são, porventura, o mais expressivo e duradouro, embora a sua interpretação não deva ser unilateral, pois concentram funções e representações muito complexas.

Castros e muralhas

No Noroeste da Península, o período em que se regista a maior densidade de povoados fortificados é, sem dúvida, a Proto-História, a chamada Cultura dos Castros. Este nome consolidou-se na bibliografia, desde Bosch-Gimpera (1932 e 1945) e não há motivos para o alterar, embora, no final do I milénio a.C., fossem designados como *Castella*, plural de *Castellum*, termo que muitas vezes, perdurou na toponímia: Castelo Velho, Senhora do Castelo, Castelo dos Mouros, Monte do Castelo, etc. Efectivamente textos gravados em bronze, como a Tabula de Bierzo (18 a.C.) (Grau Lobo, 2000; Mangas, 2000), ou o Pacto de Courel, registam a palavra *castellum* para designar comunidades, com autonomia e territórios específicos. A interpretação do C invertido das estelas funerárias do século I d. C. é hoje consensual (Albertos Firmat, 1988).

Não é, porém, certo se o termo *Castellum* designava um único povoado fortificado, ou uma comunidade que se distribuía por mais de que um sítio. Podemos, por exemplo admitir, que habitantes da Citânia de Briteiros, do Castro de Sabroso e de Santa Iria integravam o mesmo *Castellum*, ou seja uma mesma unidade territorial, com laços de afinidade, parentesco e um antepassado comum (Lemos, 2006). Tem pouco sentido pensar que Sabroso seria autónomo em relação a Briteiros. O sistema defensivo de Briteiros não se limitava à própria Citânia, mas teria dois postos avançados, um a jusante e localizado no vale (Sabroso), e o outro a montante, mais destacado e sobranceiro ao rio Ave (Santa Iria) (Lemos e Cruz, 2006).

Através de diversos inventários foram identificados, no Noroeste Peninsular, vários milhares de castros que se distribuem pelo Norte de Portugal, pela Galiza e pelas Astúrias. Para norte da dorsal galega, nas províncias de Lugo e da Coruña, o número de castros é expressivo, mas as suas dimensões são muito menores, raramente ultrapassando 2 hectares e a sua cultural material parece distinta, incluindo a decoração da cerâmica (Carballo Arceo, 1996 e 2003; Rey Castiñeira, 2005).

A sul destaca-se o espaço de grandes povoados. Esta zona estende-se da dorsal galega até ao rio Douro, abrangendo assim o vale terminal do rio Minho (após a confluência do Sil), as bacias hidrográficas do Lima, Cávado, Ave, Sousa, Tâmega, Corgo e Tinhela. O limite dos grandes castros, a leste, acompanha a fronteira oriental da província de Ourense e prolonga-se para sul, ao longo das serras que separam Trás-os-Montes Ocidental do Nordeste (Lemos, 1993).

Na zona dos grandes povoados da Galiza Meridional e do Norte de Portugal, não só a escolha da implantação dos castros era decisiva, como também os sistemas defensivos são mais elaborados. De facto, o número de muralhas é maior, variando entre três a cinco, com modelos variados, tanto no conjunto como no pormenor, o que não deixa de ser interessante. O Castro de San Cibrán de Lás (Vale do Minho, Ourense) possui um sistema defensivo centrado, parecendo obedecer a um plano prévio. Com uma área de 10 hectares, era defendido por três muralhas concêntricas e uma suplementar, a sudeste, bem como por um sistema de duplo fosso (Infante Roura *et al.*, 2004). A Citânia de S. Julião desenvolveu-se de forma orgânica,

a partir do topo ao longo da encosta sul e mais soalheiro, em sucessivos patamares. Este castro é sem dúvida um dos sítios mais estudados do Noroeste Peninsular (Martins, 1988a; Bettencourt, 2000).

Pelo contrário, a Citânia de Briteiros possui um sistema descentrado, que se distribui, a partir do istmo de acesso ao esporão, por três linhas de muralha. No istmo de acesso destacam-se: um segmento complementar reforçando a terceira muralha; dois profundos fossos escavados na rocha e uma linha defensiva implantada já num plano superior ao istmo, formando uma primeira barreira (Lemos e Cruz, 2006). Por sua vez, a estrutura defensiva de Sanfins é distinta (Silva, 1986 e 1999). Ainda na zona dos grandes povoados, embora mais para o interior, no Barroso, o sistema defensivo de um povoado que terá sido o lugar central do amplo vale do Alto Rabagão, em S. Vicente da Chã, impressiona devido ao profundo fosso, que rodeava, totalmente, o povoado, mediante o desvio das águas do rio (Santos Júnior, 1963; Santos Júnior e Isidoro, 1963; Santos Júnior e Freire, 1964; Carvalho, 2006; Lemos, 2006).

Em Trás-os-Montes Ocidental as comunidades da Idade do Ferro, tal como no Entre Douro e Minho, parecem ter atribuído especial relevância não só à imponência dos locais escolhidos para a implantação dos povoados como também às muralhas. Um castro marcante, quer pela forma como se destaca na paisagem, quer pelo domínio visual sobre a envolvente, quer ainda pelo sistema defensivo é o Castro de Lesenho, que supomos ter sido sede de um povo. Para além das portas e de torreões distinguem-se segmentos radiais de muralhas. Outro povoado interior, o Castro de Ribas possui uma organização defensiva peculiar, mas um dos aspectos mais interessantes, a par da largura da muralha exterior que alcança 11 metros de largura, é a ocorrência de pedras gravadas inseridas no paramento da muralha (Freitas, 1989; Lemos, 1993). A localização deste povoado, na bordadura do planalto de Carrizado de Montenegro, na fronteira entre a Terra Fria e a Terra Quente, assinala o limite leste da zona dos grandes povoados.

Outra zona de grande interesse para a análise da estrutura defensiva dos grandes povoados é a série de castros do Planalto de Alijó, dos quais se destacam, tanto pela dimensão, como pelo bom estado de conservação das suas muralhas, pelo menos três: Pópulo; Vilarelho e Castorigo (Lemos, 1993).

Uma análise exaustiva das fortificações da II Idade do Ferro do Noroeste de Portugal (incluindo Trás-os-Montes Ocidental) ainda não foi realizada, mas, numa perspectiva empírica, a sua funcionalidade defensiva é evidente, reflectindo um pensamento muito evoluído sobre a estratégia e a guerra.

Os povoados de Trás-os-Montes Oriental pelo contrário, embora sejam numerosos, são discretos na paisagem. A área intramuros é assaz pequena, variando entre um e meio hectare. Abrigavam, pois, um escasso número de famílias. Possuem, normalmente, uma única linha de muralha, com um torreão, na zona de mais fácil acesso (Lemos, 1993). Todavia, proporcionalmente, o investimento no sistema defensivo destas pequenas comunidades não foi menor. De facto, não deixa de ser impressionante, o volume de material, a espessura e altura de muralhas que protegiam meia dúzia de famílias. Nesta zona há um elemento arquitectónico específico: os campos de pedras fincadas, vulgares tanto nos castros do Douro Internacional, como no vale do Sabor e dos rios seus afluentes, estendendo-se à bacia do Tua, onde todavia são menos frequentes (Lemos, 1993; Redentor, 1993).

No seu conjunto os castros do Nordeste Transmontano possuem mais afinidades com os de Zamora Ocidental e com os de Léon Ocidental, estudados por Esparza Arroyo (1986 e 1990), incluindo a cultura material. Nalgumas zonas, como na área de Bragança agrupam-se em “cachos”, sendo possível admitir que pertenciam a uma mesma unidade, filiando-se numa única *gentilitates* (Lemos, 1993). Por outro lado, no sentido Nordeste a densidade de castros

parece diminuir, aparentemente por razões de ordem ambiental, em especial a quantidade de água no subsolo, embora não possam ser excluídos motivos por ora pouco definidos. O mesmo se verifica na direcção Sudeste, ou seja no Alto Douro e na Beira Interior Norte.

As muralhas

Esta densa malha de centenas de locais muralhados tem sido interpretada de vários modos. Como indicador de uma estado endémico de guerra (Queiroga, 1992). Como expressão de sociedades organizadas numa estrutura tripartida em sacerdotes, camponeses e guerreiros, de raiz indo-europeia (Silva, 1986). Como um método sistemático de delimitação do espaço doméstico, reforçando os laços internos da comunidade e sua identidade face ao universo exterior (González Ruibal, 2003). Admite-se, por outro lado, que a rede dos sistemas defensivos poderá ter sido aprofundada como resposta a movimentos de povos, a invasões, designadamente ao avanço do exércitos romanos, a partir da expedição de *Decimus Iunius Brutus* em 137 a. C.

Outra linha interpretativa, influenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983), considera a generalidade das muralhas como tardias, já inseridas na *Pax Romana*, como elementos de prestígio, o que não deixa de ser paradoxal, face à complexidade funcional das fortificações da maioria dos castros.

Também não há consenso acerca da cronologia evolutiva dos sistemas defensivo.

O amplo leque de interpretações pode ser explicado pelo escasso número de trabalhos arqueológicos e pela raridade de necrópoles. O universo social e simbólico da Idade do Ferro é mal conhecido. Numa perspectiva diacrónica este movimento de fortificação generalizou-se na Idade do Bronze Final, fase em que os cumes dos montes principiaram a fortificar-se. Nesta época com um objectivo muito preciso: o controlo das rotas de comunicação e do acesso aos recursos estaníferos (Martins, 1990). Todavia é na Idade do Ferro que se amplia o poderoso movimento de fortificação dos povoados. No universo da II Idade do Ferro o número de povoados fortificados terá atingido o seu máximo, estabelecendo-se um número expressivo de sentinelas distribuídas pelos diversos compartimentos territoriais. As comunidades encaixam-se, assim, no território, como âncoras firmes que agarram as paisagens envolventes.

Nesta fase as muralhas expressam, talvez e antes de mais, as raízes profundas desse compromisso com a terra-mãe, eventualmente materializado em rituais específicos de delimitação do castro. Quando observamos, com cuidado, as fortificações, distingue-se uma interligação, quase perfeita, entre o substrato rochoso e as primeiras fiadas. De uma forma metafórica as muralhas constituem o abrigo, a gruta, onde a comunidade se acolhe, onde as fragilidades não são tão visíveis. Esta condição da muralha como espaço de refúgio, de acolhimento, de resguardo, de ponto onde se unem a terra e o céu, é reforçada pela circunstância das cinzas dos mortos serem depositadas na interior da área intra-muros, como se já se verificou em Terroso (Silva, 1986), no Lago (Martins, 1988b), em Briteiros (Cardozo, 1994) e na Cidade de Âncora (Silva, 1986).

No espaço do território, na linha do horizonte, o castro com as suas muralhas é um sinal da individualidade das comunidades, uma afirmação de perpetuidade, semelhante à que os monumentos megalíticos tinham, outrora, garantido. Todavia no caso dos castros convergem, no mesmo espaço delimitado e protegido, os vivos e os mortos, reforçando o espaço doméstico como centro de um território mais vasto.

Esta “monumentalização da paisagem”, como se usou dizer durante algum tempo, ou de “Arquitectura da Terra” como se diz ultimamente, alcançou na II Idade do Ferro uma expressão territorial notável, tanto em relação a períodos anteriores como a épocas históricas

subsequentes⁵. Na Proto-História o território foi sinalizado de forma sistemática e intensiva, o que suscita questões interessantes, sobre a operacionalidade e flexibilidade do sistema. Houve, por certo, muito conflitos, pequenas batalhas, que a história e arqueologia não registaram. A manutenção de equilíbrios precários, num território tão povoado, pode ter sido garantido através de pactos não escritos, transmitidos de geração em geração. As muralhas seriam pois as mais poderosas referências territoriais, os pontos ordenadores do espaço, embora não fossem os únicos. Os limites e os caminhos, os santuários, as rochas e rios sagrados, as nascentes divinizadas, os espaços económicos, de cultivo, recolha, caça e pesca, eram outros tantos sinais que garantiam o território como um prolongamento do espaço habitado e vivido. As gravuras rupestres constituíram por certo um desses “marcadores” paisagísticos.

Encaramos, pois, com algumas reservas, o conceito de sociedades segmentárias para a Idade do Ferro do Noroeste de Portugal, pois estas implicam movimentações em espaços amplos, o que parece contraditório com territórios marcados por numerosos povoados fortificados. Mas quem defendia as muralhas e protegia as comunidades? Os próprios elementos da comunidade? Ou grupos especializados nas artes bélicas, os guerreiros? Todavia estes nem sempre são fáceis de localizar, na Idade do Ferro europeia. Por isso mesmo um conhecido investigador (J.V.S. Megaw) inspirou-se para o título do seu artigo, no âmbito de um Colóquio sobre a Estatuária do NO (*Madrider Mitteilungen*, nº 44), a conhecida canção de Marlene Deitrich: *Where have the flowers gone?*, na qual o refrão se repete substituindo a palavra “flowers” por “soldiers” (*Where have the soldiers gone?*).

Ora há uma outra letra da mesma cantora que se intitula *In den casernen...*

No Noroeste da Península encontramos os guerreiros acantonados em dois “quartéis” geográficos: materializados em estátuas, na área dos grandes povoados no litoral do Sudoeste da *Callaecia*; e gravados na rocha, no extremo Sudeste do NO, onde os castros rareiam.

⁵ Já foi identificado um número considerável de fortificações calcolíticas no Norte de Portugal. Na Idade Média conhecem-se dezenas de Castelos e Torres, muitos destes erguidos sobre as ruínas dos antigos castros, como no Castelo da Facha (vale do Lima) o Castelo de Neiva (vale do Neiva), o Castelo de Faria ou Castelo do Barbudo (vale do Cávado); os de Vermoim, Lanhoso e Vieira (vale do Ave). Todavia a rede de fortificações tanto na Pré-História como na Idade Média nunca alcançou a expressão numérica da Idade do Ferro.

1. Raras são as estátuas ou representações artísticas, gravadas na rocha, na área Norte da Cultura Castreja, nas províncias de Lugo e da Coruña. Todavia é neste sector que a análise territorial dos povoados conduziu um autor (Parcero Oubiña, 2002) a levantar a hipótese de uma sociedade heróica com grupos de guerreiros cujo sinal de prestígio seriam as jóias curiosamente mais abundantes nessa zona de pequenos povoados, que raramente ultrapassam dois hectares.

Efectivamente, a distribuição cartográfica da estatuária dos guerreiros galaicos coincide com a área sudoeste dos castros, com a zona nuclear dos grandes povoados, onde a complexidade dos sistemas defensivos alcança o seu auge na Idade do Ferro (Calo Lourido, 1993/94; 1994 e 2003; Lemos, 2006).

A hipótese desta estatuária ser de influência romana, defendida por vários autores, dos quais o mais representativo tem sido Calo Lourido (1993/94; 1994), sofreu um recente abalo, com a interpretação estilística de Thomas Schattner (2004), sendo interessantes os comentários que mereceu o texto publicado no *Arqueólogo Português*, designadamente de Jorge Alarcão (2004) e Armando Coelho da Silva (2004). As inscrições nos escudos podem ser posteriores. No entanto é arriscado o paralelo com a estatuária da Idade do Ferro da Europa Central, que aliás é menos abundante (Schattner, 2004). Por outro lado, suscita problemas diversos a sugestiva hipótese de inserir os guerreiros galaicos na tradição das estelas antropomórficas da Idade do Bronze como pretende Armando Coelho (2003). Admitimos que essa tradição existia mas que foi reforçada com influxos mitológicos de origem mediterrânica.

Muralhas e guerreiros

As condições do achado da maioria das estátuas não se encontra bem esclarecida, salvo em Sanfins e S. Julião, onde foram descobertas junto às muralhas, no primeiro caso junto à linha exterior e o outro junto à segunda linha de muralha (Martins e Silva, 1984; Silva, 1986). Inserem-se assim, de uma forma directa, no contexto indicado nas páginas anteriores. Por outro lado, não custa imaginar os guerreiros de Lesenho, distribuídos pelas várias linhas de fortificação. Todavia, apesar da sua dimensão, só poderiam ser discernidos, já muito perto do castro.

Se os castros são sentinelas comunitárias dispostas no território, os guerreiros em granito prolongam os elementos telúricos mas com traços antropomórficos. Poderiam talvez ser humanos, como o da Citânia de S. Julião, mas também filhos de deuses, ou do cruzamento de divindades com mortais, como as personagens de Homero.

2. Na zona interior dos castros, no Nordeste Transmontano apenas se conhece uma cabeça de guerreiro, no castro da Senhora dos Anúncios, no Vale da Vilariça (Lemos, 1993; Calo Lourido, 1993/94; 1994 e 2003). No âmbito da estatuária dominam, em contrapartida, as representações de animais, estátuas de javalis, touros e ursos, que têm sido considerados numa esfera social distinta (Silva, 1986) ou como vínculos simbólicos de povoados com uma economia em que o gado teria um peso relevante (Álvarez-Sanchís, 1999 e 2003). Outra hipótese foi, anteriormente, sugerida, mas tem sido pouco discutida: as estátuas zoomórficas poderiam sinalizar santuários de iniciação de grupos etários, eventualmente jovens guerreiros (Lemos, 1993).

Ora o ponto de convergência entre a representação de guerreiros e animais, no âmbito da Proto-História, é o Alto Douro português, o que é muito interessante. Neste espaço não há estátuas, nem jóias, ou pelo menos são muito raras, mas não faltam imagens gravadas que evocam uma sociedade em que os guerreiros estão representados no sentido literal do termo, em movimento e em cenários animados inscritos na rocha.

Parece hoje evidente que os guerreiros do Douro correspondem à narrativa de Estrabão, tal como as estátuas da área dos grandes povoados (Baptista, 1999). Todavia, enquanto que as estátuas galaicas foram encontradas junto às muralhas, reforçando a função protectora e sagrada de ambos os elementos, os guerreiros do Alto Douro encontram-se disseminados pelo território, em cenas de caça e de combate ou de torneio. Ora, tal como foi referido, o território das comunidades da Idade do Ferro é uma extensão do *habitat*, formando uma entidade única, vivida e designada como tal pelas comunidades. Os mesmos heróis, materializados nos castros do litoral, imóveis e imponentes, verdadeiros “espelhos de pedra” (Quesada, 2003), no Vale do Douro “deslocam-se” pelos seus domínios, em expedições de caça, ou em combates rituais, dois temas recorrentes da mitologia da Antiguidade Oriental e Clássica. Basta ler Homero e Xenofonte.

Este último autor, que viveu no século IV a.C., redigiu um pequeno tratado sobre a caça, no qual destaca a sua importância como aprendizagem para a guerra e como um legado divino. Nas suas páginas sobre o tema, Xenofonte dedica especial atenção aos cães, descriminando diferentes raças, conforme os animais a caçar. Ora os cães também surgem nas cenas de caça insculpidas nas fragas de xisto.

Em África, relatam os etnólogos, as expedições de caça implicavam entrar no espaço de outras comunidades, o que era possível desde que se tratasse de aldeias com laços prévios de hospitalidade, ou alianças. Pelo contrário, os caçadores evitavam penetrar no território das comunidades com as quais havia um conflito latente ou aberto, mesmo que pertencessem ao mesmo povo.

Considera-se os locais onde se encontraram as gravuras proto-históricas do Vale do Douro e seus afluentes como locais iniciáticos na aprendizagem e vivência do território, embora também se possa admitir a hipótese de serem pontos de reunião dos habitantes dos castros, onde se discutiam, ou rasgavam, os pactos que asseguravam a convivência dos *populi*. Aliás, a distribuição das gravuras da Idade do Ferro do Alto Douro, embora seja de esperar novas descobertas, é assaz interessante, pois, parece incidir numa faixa de fronteira, de formato triangular, correspondente ao interflúvio Douro – Baixo Côa, conforme já foi sublinhado (Luís, 2005). Seriam lugares neutros, pontos de reunião entre comunidades, terras de ninguém? Ocorrem, também, no Alto Douro, numerosas gravuras de armas, designadamente falcatas. De acordo com António Martinho Baptista estas armas fecham o ciclo das gravuras da Idade do Ferro do Vale da Casa (1999).

Convém referir que há afloramentos rochosos integrados na arte atlântica onde também se regista a representação de falcatas e outras armas. Há também figurações de animais e cenas de caça, atribuídas à Idade do Bronze, mas não com a mesma abundância do Vale do Douro. Guerreiros esculpidos no granito; guerreiros gravados nas fragas de xisto. Não será o mesmo universo mitológico associado à guerra, representado em suportes e estilos distintos, no NO e no Douro Superior? Os discursos que estruturavam esses mitos encontram-se perdidos para sempre. Podemos, todavia, admitir que as muralhas seriam os lugares do poder, da palavra organizada, dos mitos controlados, enquanto o território se abre para a aventura, para o desconhecido, para desequilíbrios económicos e simbólicos. Se assim for no Noroeste de Portugal o território estaria mais consolidado e inserido em mecanismos de poder, eventualmente dirigidos por famílias hegemónicas ou príncipes (Alarcão, 2003), enquanto no Nordeste os limites seriam mais flutuantes. No primeiro caso a arte está quase imóvel. No segundo há ainda liberdade de representação.

Este texto suscita uma série de questões, quando seria de esperar que apresentasse propostas mais desenvolvidas. De facto a temática exposta, seja a dos sistemas defensivos seja a dos guerreiros, é tão vasta que constitui matéria para vários trabalhos académicos. Comprovada a cronologia pré-romana dos guerreiros, quer imortalizados nas estátuas, quer gravados nas rochas do Alto Douro português, uma questão importante é sua contextualização espacial e mitológica. No seu livro sobre a Cultura Castreja Armando Coelho da Silva (1986) enquadra as muralhas e os guerreiros numa matriz inicial de influência indo-europeia, no esquema ternário concebido por Georges Dumézil. Mas os que são os Indo-Europeus? Uma realidade histórica incontornável, ou um mito cognitivo recente, produzido no seio da História Comparada das Religiões, e introduzido na Arqueologia (Demoule, 1999)? Noutra perspectiva considera-se possível que as estruturas mitológicas, que parecem ter influenciado as sociedades castrejas tenham sido influenciadas pelo Mediterrâneo, embora sem excluir processos endógenos.

Oxalá este texto possa estimular a elaboração de projectos que vão para além da mera arqueografia, entrando assim na máquina do tempo.

Considerações finais

figuras

fig. 1 Ortofotomapa (CMGuimarães) da Citânia de Briteiros (sistema defensivo).



fig. 2 Citânia de Briteiros; imagem aérea (sistema defensivo).





fig. 3 Castro de Ribas (Valpaços) (muralha exterior).



fig. 4 Castro de Ribas (Valpaços) (torreão).



fig. 5 Castro de Ribas (Valpaços) (porta na muralha).



fig. 6 Castro de Ribas (Valpaços) (muralha exterior; pedra insculpida).



fig. 7 Castro de Lesenho (Boticas) (sistema defensivo).



fig. 8 Monte Calabre (Vila Nova de Foz Côa).



fig. 9 Vale do Côa (Pinhel).



fig. 10 Réplica do guerreiro de Sanfins
(Citânia de Sanfins).



fig. 11 Estátua de guerreiro do Outeiro do Lesenho (Reproduzido do Catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, MNA).

fig. 12 Escultura de berrão proto-histórico de Cabanas (Vale da Vilarça) (Reproduzido do Catálogo da Exposição Religiões da Lusitânia, MNA).



fig. 13 Arte da II Idade do Ferro (Vila Nova de Foz Côa) (Reproduzido de Baptista 1999).



fig. 14 Arte da II Idade do Ferro (Vila Nova de Foz Côa) (Reproduzido de Baptista 1999).

bibliografia

ALARCÃO, J. (1992) – A evolução da Cultura Castreja. *Conimbriga*. Coimbra. 31, p. 39-71

ALARCÃO, J. (1995-96) – As Civitates do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª série. 12-13, p. 25-30

ALARCÃO, J. (1999) – *Populi, Castella e Gentilitates*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Número especial 1 (Actas do Congresso Europeu de Proto-História: 1999), p. 133-150.

ALARCÃO, J. (2003) – As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização política do Noroeste pré-flaviano. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 116-126.

ALARCÃO, J. (2004) – Comentário (ao artigo de Schattner, Thomas G. – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 22, p. 58-59.

ALBERTOS FIRMAT, M. D. (1988) – Sobre los Castella del Noroeste. In *Actas do I Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vol. 2. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 191-195.

ALMEIDA, C. A. F. de (1983) – Cultura Castreja: evolução e problemática. *Arqueologia*. Porto. 8, p. 70-74.

ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) – *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia (Biblioteca Archeologica Hispana; 1).

ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (2003) – La Edad del Hierro en la Meseta Occidental. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 346-386.

ALVES, F. M. (1911) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 2. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1913) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 3. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 9. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

ALVES, F. M. (1938) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Vol. 10. Porto: Tip. da Empresa Guedes.

BETTENCOURT, A. (2000) – *O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos Finais da Idade do Bronze e na Transição para a Idade do Ferro*. Braga: Cadernos de Arqueologia; Universidade do Minho (Monografias; 10).

BAPTISTA, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo: A Arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

BILSEL, S. M. C. (2000) – *Zeus in Exile: Archaeological Restitution as Politics of Memory*. Princeton: Center for Arts and Cultural Policy Studies, Princeton University (Working Papers; 13).

BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnologia da Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.

BOSCH-GIMPERA, P. (1945) – *El poblamiento antigo y la formación de los pueblos de España*. México: Instituto de Historia de la Universidad Nacional Autónoma de México.

CALO LOURIDO, F. (1993/94) – Arte Castrexa: Escultura e decoración arquitectónica. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela, 41: 106, p. 75-110.

CALO LOURIDO, F. (1994) – *A plástica da cultura castrexa Galega-portuguesa*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

CALO LOURIDO, F. (2003) – Catálogo. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 6-32.

CARBALLO ARCEO, X. (1996) – O espacio na cultura castrexa galega. In *A Cultura Castrexa a debate*. Tui: Instituto de Estudos Tudenses, p. 107-138.

CARBALLO ARCEO, X. (2003) – La dorsal galega como barrera intracultural durante la Edad del Hierro. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 333-345.

CARDOZO, M. (1994) – *Obras I*, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

CARDOZO, M. (1997) – *Obras II*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

CARVALHO, C. (2006) – O povoamento proto-histórico e a romanização do Alto Rabagão. In *Actas das XVI Jornadas sobre a função social do Museu: Ecomuseu do Barroso: Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Minom, p. 125-134.

DEMOULE, J.-P. (1999) – *Destin et usages des Indos-Européens*. Mauvais temps. Éditions Syllepse. 5.

Disponível em linha em: www.anti-rev.org/textes/Demoule99a/index.html.

DIAS, J.; DIAS, M. (1964) – *Os Macondes de Moçambique: A Cultura Material*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

DIAS, J.; DIAS, M. (1970) – *Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

ESPARZA-ARROYO, A. (1986) – *Los Castros da La Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo.

ESPARZA-ARROYO, A. (1990) – La Edad del Hierro en Zamora. In *Actas del I Congreso de Historia de Zamora*. Vol. 2. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, p. 101-126.

FREITAS, A. M. (1989) – A Cerca de Ribas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 98, p. 319-367.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2003) – *Arqueología del Primero Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*. [Dissertação de Doutoramento, policopiada, apresentada à Universidad Complutense de Madrid].

GRAU LOBO, L. (2000) – Augusto en el Bierzo (2000): Crónica de um aparecido: El Edicto del Bierzo. In *Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas, p. 11-15.

JOHNSON, A. W.; EARLE, T. (1987) – *The Evolution of Human Societies: From Foraging Group to Agrarian State*. Stanford: Stanford University Press.

LE MOS, F. S. (1988) – Notícia preliminar das sondagens realizadas em 1987 na Vila Fortificada de Anciães. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 5, p. 51-64.

LE MOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Volume I-a. Braga: Universidade do Minho.

LE MOS, F. S. (2006) – A Cultura Castreja no Minho: Espaço Nuclear dos Grandes Povoados Proto-Históricos do Noroeste Peninsular. In *A Identidade Histórica do Minho*. Braga: Universidade do Minho (no prelo).

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2005) – *Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados na Citânia de Briteiros em Julho de 2005*. Inédito. Arquivo da Sociedade Martins Sarmento.

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2006) – Citânia de Briteiros: Perspectivas recentes sobre a romanização dos castros. In *XV Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences*. Proceedings. Lisboa (no prelo).

LE MOS, F. S.; CRUZ, G. (2006) – Citânia de Briteiros: Programa de investigação e valorização do monumento. *Forum*. Braga. 39, p. 3-38.

LOPO, A. P. (1987) – *Apontamentos Arqueológicos*. Braga: Instituto Português do Património Cultural.

MACDONALD, S. (2006) – *Words in Stone? Agency and Identity in a Nazi Landscape*. Journal of Material Culture. London; Thousand Oaks, CA; New Delhi. 11: 1/2, p. 105–126.

LUÍS, L. (2006) – Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro: Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa. In *Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión* (Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006) (no prelo).

INFANTE ROURA, F.; REY GARCÍA, J. M.; RODRIGUEZ, P. E.; TALLON NIETO, M. J. (2004) – *O Parque Arqueolóxico da Cultura Castrexa*, RPGA, Cadernos, 2, Xunta da Galicia.

MANGAS, J. (2000) – Castellum, gens y civitas, en el Edicto de Augusto (15 a.C.), In SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; MANGAS, J., eds. – *El edicto del Bierzo: Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada: Fundación Las Médulas, p. 47-62.

MARTINS, M. (1988a) – *A citânia de S. Julião, em Vila Verde: memória dos trabalhos realizados entre 1981-1985*. Braga: Cadernos de Arqueologia (Monografias; 2).

MARTINS, M. (1988b) – *O Povoado Fortificado do Lago, Amares*. Braga: Universidade do Minho; Cadernos de Arqueologia (Monografias; 1).

MARTINS, M. (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Curso do Cávado*. Braga: Universidade de Braga: Cadernos de Arqueologia (Monografias; 5).

MARTINS, M.; SILVA, A. C. da (1984) – A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª série, 1, p. 29-47.

MEES, B. (2004) – Hitler and Germanentum. *Journal of Contemporary History*. London; Thousand Oaks, CA; New Delhi. 39: 2, p. 255–270.

MENDES, J. M. A. (1981) – *Trás-os-Montes no fim do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: INIC.

PARCERO OUBIÑA, C. (2002) – *La construcción del paisaje social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Ortigueira: Fundación F. M. Ortegalia (Ortegalia; 1; Monografias de Arqueologia, Historia e Património).

MORAIS, J. P. de; MAGALHÃES, A. de S. P. (1721/1985) – *Memórias de Ansiães*. Bragança, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

QUEIROGA, F. (1992) – *War and Castros: New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, [Dissertação de Doutoramento, policopiada, apresentada à Universidade de Oxford].

QUESADA SANZ, F. (2003) – Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 87-112.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1963) – Escavações no Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 1.

SANTOS JÚNIOR, J. R.; ISIDORO, A. F. (1963) – Escavações no Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 2.

SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREIRE, A. F. (1964) – O Castro de S. Vincente da Chã (Barroso). Campanha de escavações de 1964. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19: 3-4.

SHIRER, W. J. (1960) – *The rise and fall of Third Reich*. Nova Iorque, Simon & Schuster.

REDENTOR, A. J. (2003) – Pedras fincadas em Trás-os-Montes (Portugal). In ALONSO, N.; Junyet, E.; Lafuente, A.; López, J.B., eds. – *Chevaux-de frise i fortificació en la primera edat del ferro europea*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, p. 135-154.

REY CASTIÑEIRA, J. (2005) – A metalurgia castreja. In *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal: Arqueologia II*. Vigo: Marina Editores, p. 57-83.

SASTRE, I. (2002) – *Onomástica y relaciones políticas en la Epigrafía del Conventus Asturum durante el Alto Império*. Madrid: CSIC (Anejos de Aespa).

SCHATTNER, T. G. (2004) – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 4ª série. 22, p. 9-66.

SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. (1999) – *Citânia de Sanfins*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. (2003) – As expressões guerreiras da sociedade castreja. *Madrider Mitteilungen*. Madrid; Mainz am Rhein. 44, p. 41-50.

SILVA, A. C. F. (2004) – Comentário ao artigo de Schattner, Thomas G. – Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitanos-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série. 22, p. 50-52.

SILVA, A. C. F. (2005) – Cultura Castreja: Arte Castreja. In *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal: Arqueologia II*. Vigo: Marina Editores, p. 11-57.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Diffusion du Bocard.

Resumo

Até há cerca de 3 décadas, toda a região do Baixo Côa era praticamente desconhecida quanto ao seu potencial arqueológico, ressaltando-se as referências à *Civitas Aravorum* (Marialva, Meda) e Torre de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo).

Graças a estudos sistemáticos por parte de alguns investigadores, hoje conhece-se já bastante das ocupações pré-históricas e históricas nas áreas dos concelhos de Meda, Foz Côa, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo.

Se para a Pré-história antiga e recente possuímos nichos de investigação como o Vale do Côa (Paleolítico), Prazo, Freixo de Numão (Mesolítico e Neolítico), Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento (Horta do Douro) com ocupação do Calcolítico e Bronze, para a Proto-História existe ainda um grande vazio se bem que estejam já inventariados alguns prováveis povoados...

Antes do mais uma justificação para o título deste artigo. Não sendo fácil definir, geograficamente, micro-regiões, acho no entanto que a área onde efectuo investigação arqueológica há mais de duas décadas, se enquadrará perfeitamente naquilo a que muitos se habituaram a chamar de Baixo Côa. Não apenas o território inter-margens mas, e sobretudo, o território que abarca os concelhos que do Côa se apropriaram: Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e parte norte do concelho de Pinhel.

Marcantes na paisagem são sem dúvida os rios Côa e Douro. Correndo em vales profundos, atravessando zonas graníticas e xistosas, eles dão o mote a uma ocupação ultramilénária, variando, segundo as épocas pré-histórica e histórica, os produtos de atracção e, ou, sobrevivência: a pesca, a recollecção e a caça no Paleolítico, Mesolítico e Neolítico Antigo; a pastorícia, a caça e o cultivo de cereais (gramíneas) no Neolítico Final, Calcolítico, Bronze e mesmo Idade do Ferro (que percorre no tempo mais de três milénios).

Em todos os tempos, em todas as épocas, os artistas do Paleolítico e os seus sucessivos descendentes possuíram estas terras, formaram tribos, urdiram manhas, teceram leis, aprenderam a viver em comunidade. O acidentado dos terrenos que formavam os seus territórios, garantiu-lhes defesa, criou-lhes um clima psíquico de segurança, não necessitando talvez de terem uma preocupação tenaz de povoarem os “picos” agrestes. Daí o enigma que hoje envolve a investigação quando se trata de estudar a trama povoadora desta região durante todo o percurso de Pré e Proto-História.

E se vestígios há, nos pontos mais elevados, eles apresentam-nos datações que vão do III aos inícios do I milénio antes de Cristo (Calcolítico e Idade do Bronze). E o que foram estes sítios (alguns já estudados, outros em fase de estudo)? Povoados fortificados ou, segundo alguns investigadores, sítios rituais (Jorge e Jorge, 2005)? E se são locais de culto, de rituais sazonais, onde viviam afinal os povoadores da Pré-História recente? Nas planuras (casos do sítio da Raza, Horta do Douro e Quinta do Campo, Coriscada), nos pequenos esporões, em pequenas elevações? Se esta dúvida se mantiver forte, então estaremos ainda nos primórdios de uma investigação!

E os homens e as mulheres do I milénio a. C. (1^a e 2^a Idades do Ferro) onde viviam afinal? Não nos morros mais elevados onde haviam permanecido (temporariamente?) os seus avós, mas em locais mais próximos das planuras ou dos rios e riachos. Daí a grande dificuldade de os investigadores detectarem os amuralhados característicos dos castros do Noroeste ou das terras transmontanas. A realidade da ocupação na Idade do Ferro é, nesta zona de entre o Douro e o Côa, diferente de outras realidades. E é a partir daí que devemos encaixar os nossos conhecimentos, sem estabelecer medidas “v”.

acta 2

Proto-história e romanização do Baixo Côa: Novos contributos para a sua caracterização

António do Nascimento Sá Coixão

(Arqueólogo, Mestre em Arqueologia,

Director do Museu da Casa Grande. E-mail:

freixo.acdr@clix.pt)

Introdução

Mais nítidos mas não menos problemáticos são os vestígios de romanização. É que são mesmo muitos e muito próximos uns dos outros. Castros romanizados apenas se conhecem, porque já foram objecto de investigação, o Castro de S. Jurge em Ranhados (Meda), o Castelo de Numão, a zona do Castelo na área urbana de Freixo de Numão (estes no concelho de Vila Nova de Foz Côa). Não quer isto dizer que, noutro conceito e interpretação de sítios (ver em capítulo próprio), eles não existam às dezenas!

Quanto às *civitates*, poderemos afirmar que no território do Baixo Côa existiram três: *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo); *Civitas Aravorum* (Devesa, Marialva, Meda) e *Civitas dos Meidubrigenses* (Freixo de Numão ou Numão, Vila Nova de Foz Côa); *Vici*, estamos certos que existiram bastantes, bem como *villae*, herdades ou casais. Que motivações para uma ocupação tão densa e intensa nos primeiros quatro séculos da nossa era? Abordarei este tema em capítulo próprio.

Mas a vida e uma dinâmica forte continuou nestas terras para além e depois do Império Romano. Basta verificarmos que mais de uma dúzia de concelhos existiram, e permaneceram autónomos até pelo menos 1836! (isto nas áreas que hoje compõem os concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda). Mais uma vez a mesma pergunta, que esperamos os medievalistas nos ajudem a responder: que motivações?

A Proto-História

Dos sítios já parcialmente investigados (através de prospecção, sondagem ou escavação) na zona do Baixo Côa, não são muitos aqueles que poderemos apelidar de “Castros”. Um topónimo muito utilizado e que se manteve praticamente até aos nossos dias é o de Castelo Velho. Mas tanto pode indicar um sítio com vestígios de ocupação no Calcolítico e Idade do Bronze (Castelo Velho de Freixo de Numão, Castelo Velho de Mós) ou com ocupação na Pré-História Recente e Proto-História (Castelo Velho ou Castro de S. Jurge, Ranhados ou Castelo Velho de Meda) ou com ocupação no Bronze Final e durante as 1ª e 2ª Idades do Ferro (Castelo Velho de Chãs, Castelo Velho de Seixas, Castelo Velho do Monte Meão).

Muitos mais sítios terão existido com o topónimo de Castelo Velho, só que posteriormente, com a edificação nesses lugares de ermidas dedicadas a este ou àquele Santo, fez desaparecer (ou quase) o anterior nome, tomando o do orago. Está neste caso o Alto de Santa Bárbara em Mós do Douro. No entanto se o alto deixou de o ser, a zona continuou a ser chamada de Castelo Velho. Também o Castelo Velho de Ranhados deu lugar, no topónimo, a S. Jurge, em louvor e graças ao Santo que ali viu construída a sua Capela (hoje já desaparecida). Não nesta região mas perto de S. João da Pesqueira, o Castelo Velho deu lugar ao topónimo S. Salvador do Mundo. Felizmente existia e existe uma fonte nas fraldas do monte, que o povo continuou a chamar de “fonte do Castelo Velho”!

Um outro topónimo abundante, essencialmente nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda é o de Castelo, podendo também aparecer como Castelos (casos dos Castelos de Seixas do Douro, Castelos de Marialva ou Castelos de Santa Comba). Com o topónimo Castelo temos ruas ou zonas em plenas áreas urbanas de actuais freguesias do concelho de Foz Côa: Castelo em Freixo de Numão, em Mós, em Seixas, em Sebadelhe, em Cedovim, em Numão, em Muxagata, em Castelo Melhor e em Vila Nova de Foz Côa. Se em Numão e em Castelo Melhor correspondem a Castelos Medievais, nas outras freguesias não há conhecimento de terem existido fortificações que depois tivessem desaparecido.

Este fenómeno não passou despercebido a historiadores das décadas de 50 e 60 do século XX. João Pinto Ferreira (natural de Freixo de Numão) justificava este topónimo em várias freguesias por ele estudadas para a publicação do livro “o antigo concelho de Freixo de Numão”, como sendo um hábito enraizado nestas gentes, de chamarem ao sítio mais elevado

da sua aldeia “Castelo”! Uma explicação simplista mas que agradava a todos aqueles que não teriam muito tempo nem jeito para pesquisar com base em dados ou fontes arqueológicas. O autor deste artigo, na sua obra “Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa” aborda esta problemática numa outra perspectiva. Ele acha que esses sítios denominados de Castelo foram antigos “Castros” ou povoados Proto-Históricos, depois romanizados. É que, além de vestígios de materiais da Idade do Ferro, também são frequentes os vestígios de materiais do período de ocupação romana. Teremos assim, em parte, resolvida a problemática que se prende com a falta de povoados do ferro nesta região.

Escavações arqueológicas efectuadas no Castelo de Numão por um grupo de arqueólogos do GEHVID (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), na zona da Capela de S. Pedro (extramuros) permitiram a exumação de materiais cerâmicos que cruzam o horizonte cronológico do Calcolítico à Idade do Ferro, continuando a presença humana na romanização e Alta e Baixa Idade Média.

Na Vila de Freixo de Numão, onde existe investigação arqueológica sistemática há mais de duas décadas, têm sido exumados materiais que poderão ir do Paleolítico até aos nossos dias. Em escavações de emergência no átrio da “Casa do Moutinho” (hoje imóvel com serviços de museologia associados ao Museu da Casa Grande) foram exumados restos em diversos níveis ou estratos: estratos mais profundos apenas com materiais líticos (Paleolítico ou Mesolítico) até a estratos com restos cerâmicos associados ao Neolítico, Calcolítico, Bronze, Ferro época romana, Idade Média, Idade Moderna (em grande quantidade) e época contemporânea.

Na zona do Castelo em Vila Nova de Foz Côa, mais precisamente num chão a que chamam o Paço, uma placa de xisto gravada, recentemente descoberta, indica ali a presença do homem do Ferro. Mas também imensos restos de materiais de construção da época romana completa o ciclo de ocupação daquele espaço.

Os sítios com nítida ocupação na Proto-História que mais materiais forneceram, até hoje, foram os de Castelo Velho de Seixas e Castro de S. Jurge (Ranhados). No primeiro, trabalhos de construção da barragem do Catapereiro (na ribeira Teja) destruíram grande parte do povoado e deixaram espalhados nos terrenos removidos camadas de terra negra e milhares de fragmentos cerâmicos ou objectos líticos. No Castro de S. Jurge, também em obras de construção da Barragem no Rio Torto, destruíram parte do Castro mas, essencialmente, toda a ocupação romana que se estendia pela base do monte e ao longo da margem direita em direcção à aldeia de Ranhados.

Os dois sítios são semelhantes, pois localizam-se em morros não muito elevados e quase em contacto com a linha de água (rio Torto no caso do Castro de S. Jurge, ribeira Teja no caso do Castelo Velho de Seixas).

Outros dois sítios apresentam nítidos vestígios da ocupação durante a Idade do Ferro: o Castelo de Cidadelhe onde Sabino Perestrelo já fez uma intervenção e o sítio da Capela de Santo André, em Almofala, onde além de diversos materiais, a presença de dois berrões indiciam-nos uma pujança ocupacional durante a 2ª Idade do Ferro, continuada depois na época romana.

Um sinal de que a zona do Baixo Côa não era terra ermada durante a Proto-História, existe nas rochas de xisto grauváquico nas margens do rio Côa. E terão existido (e existem, debaixo de água) ao longo das margens do rio Douro, antes de amansado pelas barragens. Lá, bonitas e esbeltas figuras de guerreiros, cavaleiros, lanças, plumas ou matilhas de cães, encontram-se gravadas a traço fino mas perene. Os gravadores e artistas da Idade do Ferro não eram fantasmas mas seres humanos que tinham o seu habitat nas cotas mais elevadas ou médias das margens daqueles dois rios (Côa e Douro).

Onde continuar a procurar, portanto, os restos que atestem a vivência do homem do I milénio a. C.? Em muitos lugares, em muitos cerros ou planaltos, mas, também, nas zonas urbanas de muitas das nossas aldeias. Ali, os homens de hoje são os descendentes legítimos e directos dos guerreiros (ou dos agricultores e pastores) da já longínqua Idade do Ferro. Claro que não é fácil, há sempre as dificuldades inerentes a uma investigação em áreas urbanas, sendo talvez por isso um trabalho mais atraente... difícil, mas possível.

Quem foi, afinal, o anfitrião do Côa durante a Proto-História? No III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, realizado em Maio de 2006, a sessão 3, realizada na cidade de Pinhel em 17 de Maio, tinha como tema: “Guerreiros e Camponeses. Quem Procurar?” A resposta não foi encontrada nem talvez algum dia o seja. António Martinho Baptista, com base na iconografia das rochas do Côa, defenderia certamente uma tendência guerreira. Sá Coixão, por exemplo, habituado a desenterrar nos altos e planuras materiais associados à pastorícia, à moagem, e cultivo das terras defenderia, por seu lado, o protótipo do homem camponês em terras do Côa no dealbar da invasão dos homens vindos da Península Itálica.

Olhando o Quadro I, onde se apresenta a cronologia de ocupação de alguns sítios já inventariados ou estudados no Baixo Côa, ressalta a curiosidade de os sítios com vestígios do Ferro terem também vestígios de ocupações anteriores (Bronze ou mesmo Calcolítico). Francisco Sande Lemos defende que “a continuidade entre as ocupações da Idade do Bronze e da Idade do Ferro é aparente, reflectindo tão somente a escolha dos mesmos locais para o assentamento de povoados fortificados” (1993: 160-249). Pela nossa parte, com as experiências adquiridas no terreno, não teremos tanto a certeza quanto a esta descontinuidade pois, por vezes, torna-se difícil (senão mesmo impossível) estabelecer fronteiras entre o momento em que um vaso de asas e mamilos deixa de ser usado, dando lugar a um vaso brunido. As técnicas, os modelos, os novos materiais e objectos vão sendo introduzidos nas comunidades (e por elas adoptados) sem produção de cortes ou fronteiras. Para nós, investigadores, é que se torna importante o registo ou achados desses materiais que nos permitem atingir balizas cronológicas. Seja como for, a conclusão mais céptica (mas ao mesmo tempo também optimista) é a de que estamos ainda a dar os primeiros passos no estudo da ocupação do homem Proto-Histórico na região do Baixo Côa. O que interessa, sobretudo, é continuar a investigação mas provocar também a discussão.

A Romanização

Se não podemos falar em “Cultura Castreja” adaptada à região do Baixo Côa, é certo no entanto que, talvez com um modelo próprio, os habitantes da Proto-História aqui continuaram a assentar arraiais.

Francisco Sande Lemos, na sua obra sobre o Povoamento Romano de Trás-os-Montes oriental, fala, quando aborda a “Terra Fria” e a “Terra Quente”, numa “diversidade de materializações do povoamento à romana e persistências do mundo castrejo bem como a noção clara de que não se pode acreditar em modelos, sobretudo em face de realidades regionais distintas” (1993: 366). Segundo ele, o invasor latino (romanos) traz a estas terras duas novidades que dinamizaram a economia da época: “um novo modo de fazer agricultura” e a “redimensionação da actividade mineira” (Lemos, 1993: 451). Sá Coixão partilha da mesma ideia e sustenta a forte ocupação romana registada na região nessas duas premissas.

Na região que estudamos (Baixo Côa) teriam existido no período romano três (senão mesmo quatro *civitates*). Junto à margem esquerda do Douro e para Oeste do rio Côa, a *Civitas dos Meidubrigenses*, abrangendo grande parte do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa; no sítio da Devesa (Marialva, Meda) a *Civitas Aravorum*; na Torre de Almofala (Almofala, Figueira

de Castelo Rodrigo) a *Civitas Cobelcorum*.

Segundo Jorge de Alarcão (Alarcão, 2005: 15) “uma inscrição hoje na frontaria da Capela de Santo Cristo, em Barca d’Alva, possivelmente procedente de Olival dos Telhões (Curado, 1985; Coixão e Encarnação, 1998: 82), regista um *Cobelcus*, isto é, um natural da *Civitas Cobelcorum*, que tinha sede em Almofala : deveremos deduzir que *Caliabriga* já não ficava no *territorium* da *Civitas Cobelcorum*? Não se nos afigura impossível que houvesse, entre a serra da Marofa e os rios Côa, Douro e Águeda, uma outra *Civitas* ainda não identificada e distinta das dos *Cobelci*, *Aravi* e *Meidubrigenses*. A fronteira entre *Meidubrigenses* e *Aravi* poderia passar algures pelas imediações de Fontelonga e pela ribeira dos Piscos (que acorre ao Côa)” (Alarcão, 2005: 15).

De notar, segundo o registo citado nesse artigo do Professor Jorge de Alarcão, que a linha que ele traça (Fontelonga e Ribeira dos Piscos até ao Côa), era precisamente a linha de fronteira do concelho de Numão, citada no foral dado àquela localidade em 1130.

Não havendo hoje quaisquer dúvidas quanto à localização da capital dos *Aravi* (Devesa, Marialva, Meda) nem quanto à da *Civitas Cobelcorum* (Torre de Almofala), a localização exacta da *Civitas* dos *Meidubrigenses* não é possível, para já, defini-la. Se a área urbana da Vila de Freixo de Numão (parte antiga ou centro histórico) assenta toda ela sobre estruturas de casas romanas, abrangendo alguns hectares (!), igualmente na área urbana da aldeia de Numão são quase contínuos os vestígios, além de algumas inscrições rupestres no seu termo, de uma ara votiva “que dedica um voto de Tito Cláudio Sanécio, cavaleiro da III corte dos Lusitanos, por mérito e de boa vontade, aos deuses e deusas de Coniumbriga” (Coixão e Encarnação, 1998). Enquanto não forem registados elementos (sobretudo epigráficos) as localidades de Freixo de Numão e Numão poderão repartir entre si a possibilidade de terem albergado a capital dos *Meidubrigenses*.

A área do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo é para nós a mais desconhecida, em termos de registos “*in situ*” e visitas aos sítios citados por outros investigadores. Segundo Carlos Alberto Brochado de Almeida (2006: 243-246), “no presente momento, apenas podemos afirmar que os elementos disponíveis nos remetem, sobretudo, para (...) uma área que nos leva de ocidente para leste, desde a Quinta de Pêro Martins, a Figueira de Castelo Rodrigo, finalizando em Almofala. É nesta parcela do concelho que os autores consultados colocam algumas estações arqueológicas, capazes de sustentarem o interesse ocupacional em época antiga nesta extrema sul do rio Douro, caso assim seja entendido”.

Assim, nos limites norte de Figueira de Castelo Rodrigo, possuímos notas sobre duas ocupações romanas: uma na Quinta da Pedriga, a sul de Barca d’Alva, com referência apenas a algumas moedas (Hipólito, 1960-61: 57) e outra no Vale Tedão, onde se detectaram cerâmicas e material de construção (Maia, 1977: 213). Ambos os sítios se integram na freguesia de Escalhão.

Será preciso percorrer vários quilómetros para sul para depararmos com novos elementos. Ao longo do rio Côa surgem, de facto, uma série de estações. No Olival de S. Paulo (Quinta de Pêro Martins), há vestígios de cerâmicas romanas. Um pouco mais a sudoeste, junto ao rio em Farelos, novamente se faz notícia de cerâmicas romanas, juntando-se-lhes, um pouco mais a sul, novos vestígios do mesmo tipo em Telhões (Vale da Cal). Continuando a seguir o curso do rio Côa, voltam a surgir vestígios de *tegula* na Quinta da Póvoa e casa do Florindo (Maia, 1977: 210-211).

A cerca de 8 km para nascente situa-se a serra da Marofa. Na capela da Senhora da Marofa há uma inscrição da época romana (Cabral, 1961: 650-651), dando ainda o mesmo autor nota da existência de outros vestígios tais como mosaicos, cerâmica e moedas em Castelo Rodrigo, assinalando-se também aí vestígios de muralha romana (Cabral, 1961: 375-376).

Voltando à serra da Marofa, referencia-se aí um castro que teria sido romanizado. O interesse desse povoado teria sido substituído pela área de Castelo Rodrigo onde, a confirmar a nota anterior, o mesmo autor dá notícia de moedas, mosaicos e materiais de construção. No convento de Santa Maria de Aguiar terá surgido uma ara (Curado, 1985: 651-652). Celebrizada em vários artigos é a Torre de Almofala. Também conhecida por “Casarão da Torre”, durante muito tempo foi tida como vestígios de um antigo Templo romano (Rodrigues, 1965: 433).

A sul da Torre de Almofala, na freguesia do mesmo nome foram referenciados (Maia, 1977: 211-213) em Cabeço da Recta e no Cabeço da Prata vestígios de cerâmicas romanas. Acrescenta-se ainda a inscrição da Capela de Santo André Apóstolo (Almofala), que proviria de uma necrópole próxima (Almeida e Ferreira, 1966: 15-17) e à qual se somariam um touro e um berrão.

O único elemento de interesse referido para a zona meridional (Maia, 1977: 210) é São Marcos da Palumbeira (cinco vilas) com cerâmicas romanas.

Como vimos, o conjunto de vestígios citados é muito parco para podermos, como fizemos em torno da *Civitas Aravorum* (Marialva) e Freixo de Numão (provável capital da *civitas dos Meidubrigenses*), definir modelos e estruturas. Certamente que um estudo minucioso, através de batidas de campo sistemáticas, num raio de alguns quilómetros da “Torre de Almofala” (sede da *Civitas Cobelcorum*), nos levará a referenciar muitos mais sítios com vestígios de ocupação romana. É uma tarefa que o autor deste artigo tem em mãos e conta fazer em breve. Mas se junto ao Douro e Côa terá existido a tal quarta cidade que cita o Professor Jorge de Alarcão, ela terá sido certamente a *Calabriga* ou Calábria, cujo território não terá sido muito abrangente (!?). Também cremos que, a localizar-se no termo da Vila de Almendra, esta *civitas* não se localizaria no “monte do Castelo” mas numa zona mais plana, talvez nas fraldas e no sítio que tem sido intervencionado por Susana Cosme, denominado Olival dos Telhões. Não é de excluir a sua localização mesmo no perímetro urbano da vila de Almendra. Uma intervenção de emergência de Sá Coixão (2003-2004) no Adro da Igreja (lado norte), com abertura de uma vala para esgotos de águas pluviais, além de várias sepulturas tardo-medievais, foram registadas valas (antigos caboucos) e muitos materiais da época romana. Em artigo publicado o autor cita : “... já há alguns anos, em recolhas de superfície na área a norte da Igreja Matriz de Almendra, mais precisamente na denominada “Quinta do Andrade”, o signatário efectuou recolhas e inventariou o sítio como estação arqueológica romana” (Coixão, 2004a: 75-82).

E continua: “na vala escavada (acção de emergência do ano de 2004) foram efectuadas recolhas de cerâmicas romanas (comuns, finas e sigilatas) e ainda duas moedas do século IV d. C. No denominado corte A-B (fig. 8) são bem visíveis dois níveis anteriores aos enterramentos, níveis onde foram registados e exumados os já citados materiais (espólio) do período de ocupação romana...” (Coixão, 2004a: 75-82).

Será necessário, também aqui, nos terrenos envolventes da Igreja de Almendra, proceder a sondagens para verificarmos se se trata de vestígios de uma villa ou de outro conjunto maior (*civitas* ou *vicus*).

Mais bem estudada, ou pelo menos melhor estudada que a área do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, será a do concelho de Meda. Sá Coixão (2004b) lança uma primeira análise sobre os trabalhos de investigação no concelho de Meda, com base em escritos do Professor Adriano Vasco Rodrigues (2004) e em trabalhos seus de prospecção e mesmo de escavação. Conforme se pode verificar no mapa da figura 15, o território envolvente da *Civitas Aravorum* (lugar da Devesa em Marialva) pode englobar alguns *vici* de significativa importância.

Por cima do Largo do Negrilho, mesmo junto ao antigo Largo da feira (Devesa, Marialva)

descobriu ou referenciou o autor uma grande base de coluna, provavelmente utilizada no *forum* e ainda três grandes fustes e um capitel em granito. No interior do edifício, vestígios muito bem conservados do que teria sido o *podium* de um templo dedicado a Júpiter. Foi ali realizada uma intervenção arqueológica de emergência, com recolhas de dezenas de fragmentos de cerâmica sigilata (importada da Gália e de outros pontos do Império). Os muitos materiais romanos que se encontram em praticamente todas as casas do lugar da Devesa, deveriam ser recolhidos e recheiar o tal edifício do templo romano, ali nascendo um núcleo museológico dedicado à “memória da *civitas Aravorum*”. Também, em toda a zona até à ribeira, deveriam ser feitas sondagens com o objectivo de inventariar a provável malha urbana da *civitas*.

Sobre a malha urbana das *civitates* desta região, Sá Coixão (2004b: 83) cita: “... ao contrário do que acontece hoje, as *civitates* não seriam na época catalizadoras de grandes concentrações urbanas. No Baixo Côa, essencialmente nas áreas dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda, a população estaria muito dispersa, agrupada em *vici*, aldeias, *castella*, *villae* e granjas, com os seus recursos próprios, as suas próprias divindades. Ao longo da Idade Média, esses aglomerados continuarão a existir, agora com um “Templo Cristão”, enterramentos nos recintos sagrados (...)”

A atestar estas afirmações, o facto de as escavações realizadas por Helena Frade na área da Torre de Almofala, terem revelado uma urbe muito pequena, talvez o suficiente apenas para albergar os funcionários administrativos e judiciais que fariam, a partir da *Civitas Cobelcorum*, a gestão da área e dos muitos lugares e lugarejos que proliferariam então. Também na *Civitas Aravorum* se identifica um conjunto significativo de vestígios nos terrenos da margem direita da ribeira, que não seriam mais do que *villae* ou casais, onde o lagar, as mós e outros elementos nos levam até a uma produção agrícola para sustento das gentes da urbe. Ainda na área do actual concelho de Meda, gravitando certamente em torno da *Civitas Aravorum*, teremos alguns *vici*. O vale de Longroiva (topónimo Coutada) apresenta, nas margens direita e esquerda da ribeira, um elevado conjunto de vestígios, onde sobressaem elementos decorativos como bases, capitéis e fustes de colunas. Na margem direita, numa grande extensão muitos materiais de construção. Associamos este sítio às prováveis minas de chumbo dos Areais. Assim, a par da riqueza mineira, a riqueza agrícola de todo aquele vale, a simbiose perfeita para catalizar e fixar gente, desde senhores a escravos, de mineiros a agricultores e artistas. Uma via romana passaria neste lugar, no sentido este-oeste, vinda do Côa.

Não muito longe da sede do concelho, a referência ao Vale da Aldeia. Ali foram recolhidas moedas, uma estatueta de bronze, duas aras epigrafadas, pesos de tear, mós, tijolos... Quem visita o local, vê terras removidas para plantio de vinhas, mas cheira ainda a presença milenar naquele espaço. Um fragmento de ara onde ainda se pode ler *Laribus* e uma outra (provavelmente vinda deste sítio) que é uma dedicatória de *Sabinus Calvi a Bandi Vordeaicvi*. Um pouco mais distante, já em território do Castro de S. Jurge (termo da freguesia de Ranhados) um sítio com imensos vestígios cujo topónimo é Fonte Arcada ou Fonte Arcadinha, ainda com a Capela de S. Pedro. Aqui terá existido um *vicus* e depois uma aldeia na Alta Idade Média. Nas fraldas do monte do Castro de S. Jurge, terá existido um *vicus* ou apenas uma *villa*? Nas sondagens efectuadas pelo signatário, no ano de 2003, entre os muitos milhares de materiais das 1ª e 2ª Idades do Ferro, o registo e exumação de duas moedas de 31 a. C., fíbulas em bronze, cerâmicas finas e comuns, atribuíveis aos primeiros anos de ocupação romana.

Para sul da *civitas Aravorum*, três sítios muito próximos uns dos outros: S. Sebastião, no Rabaçal; Quinta do Campo e Vale do Mouro, no termo da Coriscada.

No Rabaçal, em volta da Capela de S. Sebastião são notórios os vestígios de muitos materiais romanos mas também de sepulturas cavadas na rocha. Poderão indiciar a existência, em tempos idos, de um *vicus* e depois de uma aldeia medieval.

A Quinta do Campo, antes da descoberta do sítio Vale do Mouro, foi referenciada por Patrício Curado (1985) e Sabino Perestrelo (2003) como sendo um provável *vicus* e até a zona de proveniência da chamada “ara da Coriscada” onde se faz uma dedicatória a Júpiter pelos *vicani Sangoabienses*. Ali, na Quinta do Campo, se registam muitos materiais e uma eira que tem sido interpretada como a base de assentamento do *podium* de um templo. No entanto, sem qualquer sondagem efectuada, nem outros dados fiáveis, a referência a um Templo e a um *vicus* não tem, para já, sustentabilidade.

Importante começa a ser o sítio do Vale do Mouro. Ainda com estruturas mais ou menos bem conservadas, escavações ali realizadas desde o ano de 2003, puseram já a descoberto um balneário com o seu hipocausto, *caldarium*, *frigidarium*, piscina, latrinas, *furnarium*, condutas de água e esgotos. No ano de 2006 foi posto a descoberto o corredor que dava acesso ou fazia a ligação de uma casa senhorial com o citado balneário. Uma sala aquecida com uma lareira e um “braseiro” central foi posta a descoberto numa zona mais a norte (Sector V). Mas a grande descoberta do ano de 2006 foi sem dúvida a de um *cubiculum* (quarto) com revestimento a mosaico policromo, com diversas cores e um painel central contendo as figuras de Baco e da sua Bacante. Um outro *cubiculum* começou a ser escavado e já foi possível registar mais mosaicos agora com figuras geométricas em losangos (as do anterior têm formas circulares).

Desde sempre o signatário ali referenciou a provável proveniência da “ara da Coriscada” e também sempre apontou a pujança do sítio (no período romano, século III e IV d. C.) tendo por base a mineração (extração do estanho e provavelmente do denominado ouro quartzítico) associada a uma agricultura rentável onde sobressairiam as culturas do vinho, dos cereais e do azeite.

Encontrando-se em execução a elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Meda, futuros trabalhos de prospecção poderão levar-nos a referenciar outros sítios, essencialmente na zona oeste do concelho (até agora o menos bem prospectado).

A área do concelho de Vila Nova de Foz Côa, a mais bem prospectada em termos arqueológicos em toda a região do Baixo Côa, tem tido desde os anos oitenta do século XX diversas equipas especializadas em diversos períodos, acabando por beneficiar com a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, essencialmente no estudo da arte rupestre paleolítica e escavações (sondagens) em diversos pontos do vale.

A ocupação no período romano, essencialmente entre os séculos I e IV d. C., foi mesmo muito forte, privilegiando as zonas e solos graníticos. São disso exemplo os muitos vestígios de sítios nas manchas graníticas de Freixo de Numão e Numão e ainda, embora com menor pujança nas zonas graníticas de Almendra, Chãs e Santa Comba. Nas zonas xistosas a apetência foi menor. Os solos graníticos forneciam matéria-prima para a construção, muitas e boas nascentes de água, mais e diversificada floresta, mais caça, melhores solos agrícolas e, importante, maior possibilidade de se encontrarem jazidas de diversos metais apetecidos como o estanho, o chumbo, o ouro e o ferro.

A área urbana de Freixo de Numão é porventura a mais bem estudada da região. A existência de uma Associação vocacionada para o Património, a existência de equipas de investigação de diversos períodos, a obrigatoriedade de intervenções arqueológicas antes das obras de construção ou reconstrução, têm levado a referenciar uma malha urbana no Baixo Império muito semelhante à actual (na denominada zona histórica). Também a existência de um Museu de arqueologia (Museu da Casa Grande) tem sido mobilizadora no que diz respeito aos

estudos, aos tratamentos e aos inventários.

O signatário defende, no Largo da Praça da vila de Freixo de Numão, com nítidos vestígios urbanísticos romanos, a existência de um “Fórum Augustano” (tal como na Devesa, Marialva), com um templo no mesmo local onde se encontra hoje a Igreja Matriz (uma ara foi retirada de uma parede da Igreja e fragmentos de outras encontrar-se-ão nas paredes do altar-mor). De igual modo a malha de vias (ruas) que desembocam no Largo da Praça segue os cânones das normas e tratados dos arquitectos romanos (Maciel, 2006).

De igual modo, a área urbana de Numão, essencialmente na zona a sul da Igreja Matriz, é igualmente forte em vestígios da ocupação romana, não falando no conjunto de inscrições rupestres que se encontram no seu termo. Perante esta similitude entre os dois sítios, não nos resta outra solução senão deixar instalada a dúvida ou incerteza quanto à localização da provável *Civitas Meidubrigenses* (ou outra qualquer?!).

Também a zona onde se encontra instalado o Castelo (em Numão) apresenta fortes vestígios de ocupação romana. A colecção de moedas romanas do falecido médico, Dr. João Gouveia, é constituída na sua maioria por numismas dos séculos I a. C. e d. C. Essas moedas, segundo informações de gente mais idosa, teriam vindo da zona do Castelo. Como o Dr. João Gouveia pagava bem a quem lhe fosse entregar uma moeda ou um machado de pedra polida (ou outro qualquer objecto arqueológico), as pessoas andavam na zona do Castelo a cavar à busca dessas preciosidades.

Pode, pois, ter acontecido uma primeira ocupação nos altos (zona do Castelo) durante a época Alto-Imperial e depois, nos séculos III e IV d. C., o núcleo urbano ou se transfere ou se espalha para a zona baixa e plana.

Impressionante é o número de sítios (*villae*, casais e herdades) que foram registados (e alguns estudados) no termo da vila de Freixo de Numão. Pelo menos as *villae* do Prazo, Rumansil I, Zimbri I e II e muitos casais nas zonas da Vendada e Vale de S. Joana.

Por outro lado, em muitas das actuais aldeias, registámos vestígios que podem indiciar a existência de antigas *vici* e/ou aldeias medievais. Estamos pois em crer que nas localidades de Seixas do Douro (Quinta do Vale), de Mós do Douro, Sebadelhe, Cedovim, Vila Nova de Foz Côa, Muxagata, Chãs (zona das Quintas), Castelo Melhor e Almendra, além de povoamentos durante a Idade do Ferro, teremos vici romanos e depois aldeias medievais (fig. 15). Em Vila Nova de Foz Côa poderemos mesmo ter duas aldeias romanas muito próximas: uma na zona do Castelo (Paço) e outra no sítio do Azinhate.

Mas não se ficam por aqui os vestígios. Outros sítios com menos potencial de restos arqueológicos existem um pouco por todo o concelho. Na sua grande maioria serão herdades e casais, aos quais se encontra por vezes associado o lagar cavado na rocha.

A esta malha intensa de sítios diversificados encontra-se associada uma rede viária significativa no período de ocupação romana. Por exemplo a via que vem de Numão até Freixo de Numão (passando a ribeira Teja) e depois segue para o rio Douro, tem vários lugares com ocupação (*villae* e casais) ao longo do seu percurso, bem como uma *mutatio* e uma ferraria no lugar das Regadas, já perto de Freixo de Numão. Essa via bifurcava em Murça do Douro, no lugar da Capela de Nossa Senhora da Esperança, onde recebia a via secundária do Rumansil. Depois, passados cerca de 1.000 metros, no sítio do chão do Cláudio bifurcava para o Douro e para Mós do Douro.

Também uma importante via vinda de Marialva atravessa toda a zona da margem direita da ribeira do Vale de Longroiva e ia até Muxagata, depois a Foz Côa e, pelo Vale descia até ao Douro (na zona de Cortes da Veiga). Teríamos ainda várias vias transversais que cruzavam o rio Côa de este para oeste e tem troços visíveis a partir de Chãs, de Santa Comba, da Coriscada (pela ribeira do Massueime), da Quinta de Santa Maria, na Penascosa e uma outra

que descia do Orgal até Foz Côa. Troços de uma outra via que ligaria a zona de Ranhados a Numão, passando por Cedovim, são ainda visíveis.

De notar que esta ocupação intensa pelos romanos na região não percorre todo o horizonte cronológico da era imperial. Os sítios até hoje escavados e estudados essencialmente nos concelhos de Foz Côa e Meda, apresentam-nos uma ocupação (ou duas ocupações) nos séculos III e IV da nossa era, representativas de um grande dinamismo económico naquele período tardo-imperial. A que se terá devido? Talvez a uma maior divisão da propriedade por escravos libertos, talvez a uma reanimação da actividade mineira, a uma quase certa revitalização da agricultura, essencialmente da vinha, sendo disso exemplo dezenas de lagares e lagaretas espalhados por toda a região.

Sobre as *villae* do século IV, refere Jorge de Alarcão (2003) “a riqueza destas *villae* desmente também qualquer suposta decadência económica do século IV [d. C.], por grandes que possam ter sido as dificuldades financeiras aos vários níveis da administração pública.

Também a riqueza das *villae* não exclui a possibilidade de se terem acentuado no século IV as distâncias entre os abastados e os apenas remediados ou mesmo pobres e de se terem gerado tensões sociais responsáveis pelos movimentos dos *bagundae*. Não podemos ainda deixar de ponderar a hipótese de algumas das *villae* terem sido construídas e decoradas com um luxo não alicerçado em fortunas suficientemente sólidas, isto é, um tanto acima das reais posses dos seus proprietários”.

Esta análise do Professor Alarcão assentará que nem uma luva ao sítio do Vale do Mouro (Coriscada) onde a riqueza exterior que é apresentada não recebeu ainda explicação.

Em suma, poderemos afirmar que foi já percorrido um longo caminho na investigação das ocupações Proto-Histórica e Romana no Baixo Côa. Há no entanto muito mais caminho a percorrer se não faltar o ânimo, investigadores que se apaixonem pela causa, apoios financeiros e logísticos por parte do poder central e local.

Apresentam-se de seguida os Quadros I, II e III onde se tenta estabelecer cronologias, continuidades e descontinuidades, não de todos mas dos sítios mais significativos.

Sítio	Neolítico	Calcolítico	Idade do Bronze	Idade do Ferro	Período Romano	Alta Idade Média
Castelo de Numão		X	X	X	X	X
Castelo (Freixo de Numão)		X	X	X	X	X
Praço (Freixo de Numão)		X	X	?	X	X
Castelo Velho (Freixo de Numão)	X	X	X			
Castelo Velho do Monte Meio			X	X	X	
Castelo Velho de Seixas			X	X		
Castelo Velho de Chãs			X	X		
Castanheiro Do Vento (Horta)		X	X	?		
Calábria (Almendra)			?	X	X	X
Castelo (Vila Nova de Foz Côa)			?	X	X	
Castelo Velho de Meda		X	X	X		
Castelo de Marialva		X	X	X		X
Castelo de Longroiva		?	?	X	X	X
Montes (Fontelonga)		X	X	?		
Santo André (Almofala)			?	X	X	
Castelo (Cidadelhe)		X	X	X	?	
Castro de S. Jurge (Ranhados)		X	X	X	X	
Castelos de Seixas		?	X	X		
Castelos de Santa Comba		X	X	?		
Castelos (Marialva)		X	X	?		
Serra da Marofa (F. C. Rodrigo)			?	X	X	
Castelo Velho (Santa Comba)		?	X	X		
Citânia da Teja (Numão)		X	X			

quadro I Cronologia de ocupação de alguns sítios (Baixo Côa), do Neolítico à Baixa Idade Média.

Sítio	Proto-História	Período Romano
Castelo de Numão	X	X
Castelo de Castelo Melhor	?	X
Castelo (Mós do Douro)	?	X
Castelo (Seixas do Douro)	?	X
Castelo (Freixo de Numão)	X	X
Castelo (Sebadelhe)	?	X
Castelo (Cedovim)	X	X
Castelo (Muxagata)	X	X
Castelo Velho do Monte Meão	X	X
Castro de S. Jurge (Ranhados)	X	X
Castelo de Longroiva	X	X
Santo André (Almofala)	X	X
Castelo (Cidadelhe)	X	X
Senhora do Castelo (Urros)	X	X
Serra da Marofa (Figueira C. Rodrigo)	X	X
Castelo (Vila Nova de Foz Côa)	X	X

quadro II Alguns sítios com ocupações proto-histórica (confirmada ou provável) e romana.

Sítio	Período Romano	Idade Média
Castelo de Numão	X	X
Castelo de Castelo Melhor	X	X
Castelo (Mós do Douro)	X	X
Castelo (Freixo de Numão)	X	X
Castelo (Longroiva)	X	X
Castelo (Vila Nova de Foz Côa)	X	X
Praço (Freixo de Numão)	X	X
Muimentos (Fontelonga, Meda)	X	X
Vale das Mós (Freixo de Numão, Touça)	X	X
Azinhate (Vila Nova de Foz Côa)	X	X
Ervamoira (Muxagata)	X	X
Reguengo / Senhora DA Veiga (V. N. Foz Côa)	X	X
S. Sebastião (Rabaçal)	X	X
Devesa (Marialva, Meda)	X	X
Vale D'el Rei (Barreira)	X	X
Torre de Almofala (Figueira C. Rodrigo)	X	X
Castelo (Cidadelhe)	X	X
Castelo (Muxagata)	X	X

quadro III Alguns dos sítios com ocupações no Período Romano e nas Alta e Baixa Idade Média.

figuras

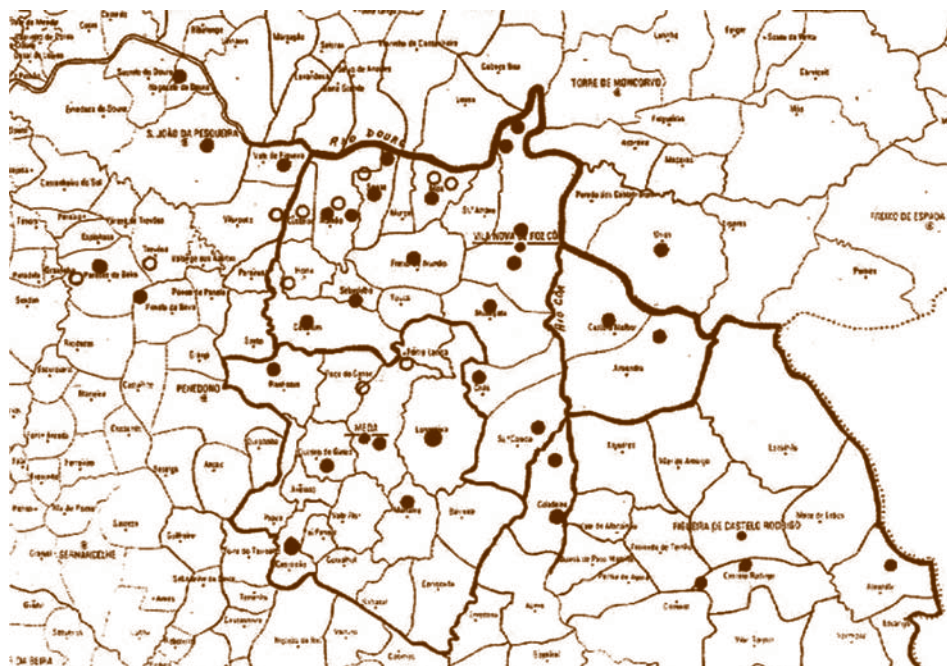


fig. 1 Sítios com ocupação Pré e Proto-histórica na região Baixo Côa.



fig. 2 Arte do Côa. Cavaleiro da Idade do Ferro (sítio da Vermelha).



fig. 3 Localização do Monte do Castelo ou Calábria.



fig. 4 Troço de muralha do Monte do Castelo.



fig. 5 Localização do Castro de S. Jurge (Ranhados).



fig. 6 Campanha arqueológica de 2003 no Castro de S. Jurge (Ranhados)

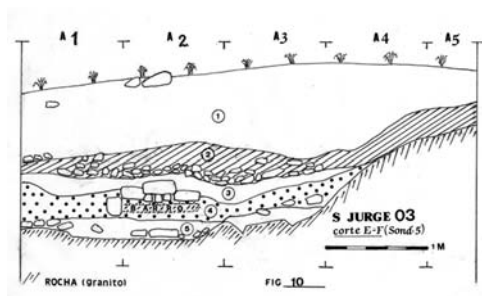


fig. 7 Corte E-F da sondagem 5 (S. Jurge, 2003).

fig. 8 Sondagem 5 (S. Jurge, 2003).



fig. 9 Sítio dos Castelos (Seixas do Douro).



fig. 10 Pedrame arrumado em muros de socalcos no Castelo Velho de Seixas.

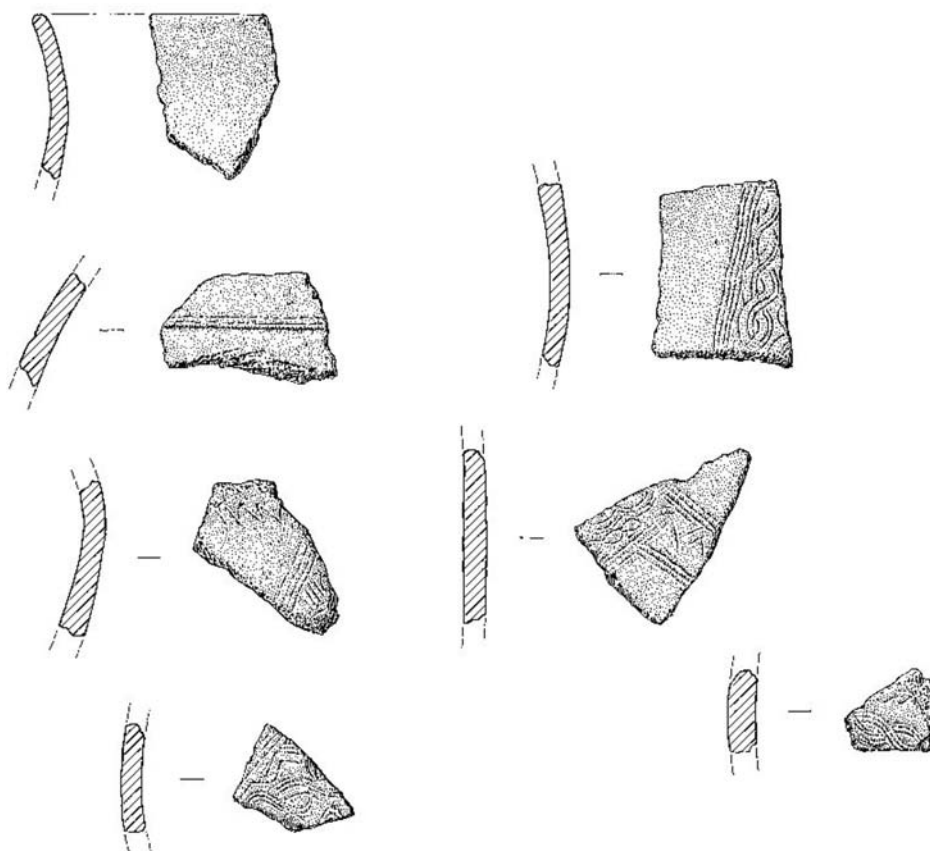


fig. 11 Cerâmicas decoradas da Proto-história do sítio de Castelo Velho (Seixas do Douro).



fig. 12 Localização do Castelo Velho do Monte Meão (Vila Nova de Foz Côa). Enquadramento com o rio Douro.



fig. 13 Restos de muralha do Castelo Velho do Monte Meão.

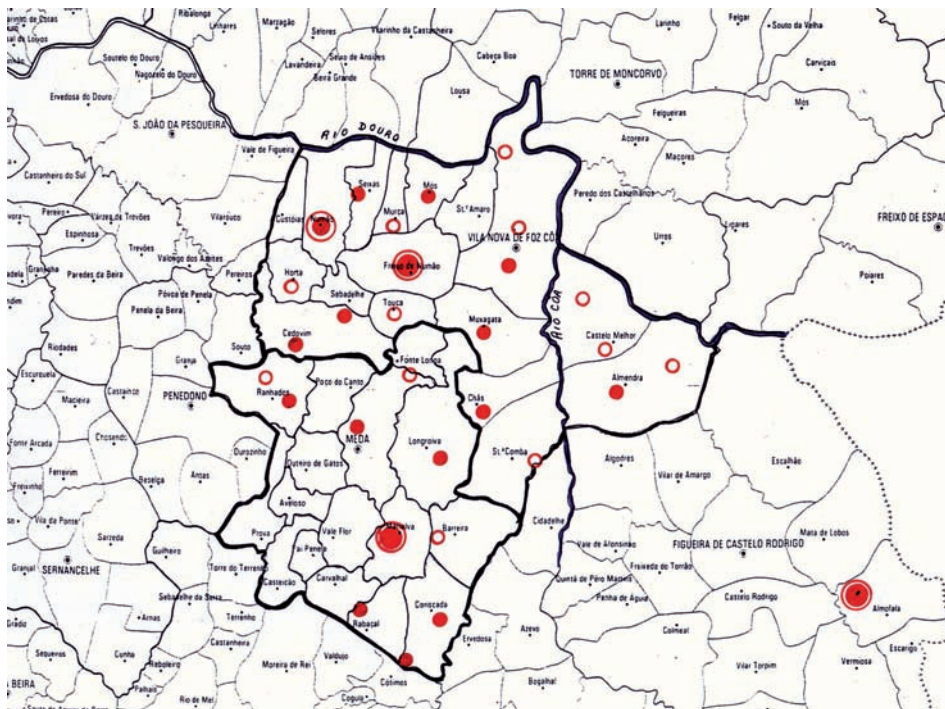


fig. 14 Vestígios de sítios com ocupação romana. *Vici e Civitates*.



fig. 15 Via romana do lugar das Regadas em Freixo de Numão.

fig. 16 Restos de uma ferraria na via romana do lugar das Regadas.



fig. 17 Via romana do lugar das Regadas.

fig. 18 Lagar de vinho (cavado na rocha).
Rumansil I (Murça do Douro, Vila Nova de Foz Côa).



fig. 19 Encaixes talhados na rocha para encosto dos dolia (Rumansil I).



fig. 20 Pio de recepção do vinho mosto (Rumansil I).



fig. 21 Forno de cozer cerâmica (Forno 2)
(Rumansil I).



fig. 22 Forno de cozer cerâmica (Forno 1)
(Rumansil I).





fig. 23 Interior do Forno 2 (Rumansil I).



fig. 24 Forno 3 (numa primeira fase de ocupação) (Rumansil I).

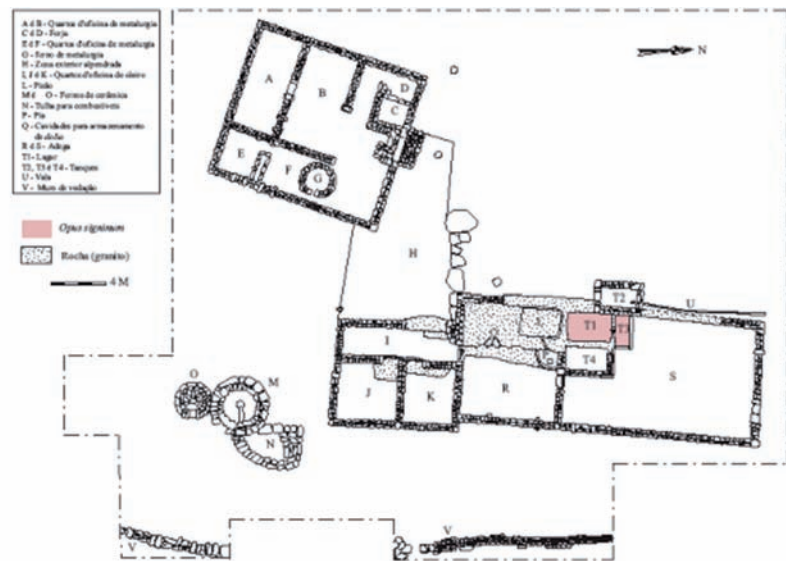


fig. 25 Rumansil I. Planta geral dos vestígios.



fig. 26 Vista geral da villa romana do Prazo (Freixo de Numão).



fig. 27 Planta geral das ruínas arqueológicas do sítio do Prazo.



fig. 28 Villa romana do Prazo (Freixo de Numão). Vista aérea.



fig. 29 Pormenor do menir do Prazo.

I – ARA DE NUMÃO



Ara votiva que serviu durante muitos anos de pia de água benta na igreja matriz de Numão, tendo-se, por isso, deteriorado o campo epigráfico. Desconhece-se a sua exacta proveniência.

TI (berius) · CLAVDIVS
SANECIVS · EQ(ues)
CHO(o)R(tis) · III (tertia) · LVS
ITANORVM
DIS · DEABVSQ(ue)
CONIVMBRIC(ensibus) ·
[V(otum) · S(olvit) · L(ibens) · M(erito)]

Tito Cláudio Sanécio, Cavaleiro da III Coorte dos Lusitanos, cumpriu o voto, por mérito e de boa vontade, aos deuses e deusas de Coniúmbrega

COMENTÁRIO

Coniúmbrega, topónimo que lembra Conimbriga (cidade com que, aliás, se tem identificado), poderá ser o nome do aglomerado populacional que existiu em Numão, onde, como se sabe, abundam os vestígios dessas remotas eras.



fig. 30 Ara de Numão

fig. 31 Ara anepígrafa referenciada no interior do Castelo de Numão.



Inscrição rupestre identificada no sítio do Conde, junto à ribeira Teja.

ANTIRVS PO[S]VIT HE(rculi)?
SINE FVRTV(O?)RACVLO

Antiro colocou a Hércules, por meio de oráculo, sem furto

fig. 32 Inscrição rupestre I do sítio do Conde (Numão).



No termo da freguesia de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, numa superfície de fractura de um afloramento granítico, junto do antigo caminho que dava acesso ao cabeço onde hoje se situa o castelo medieval de Numão, foi gravada esta memória, sem qualquer preparação prévia do suporte.

AS(s)ANIANC(enses) · VIA(m)
FECERVNT

Os As(a)niane(enses) construíram a estrada

Parece que o texto quer significar o agradecimento ou o pedido feito a Hércules, após consulta de oráculo, por Antiro ali ter passado sem os ladrões o incomodarem.

fig. 33 Inscrição rupestre do Areal (Numão)

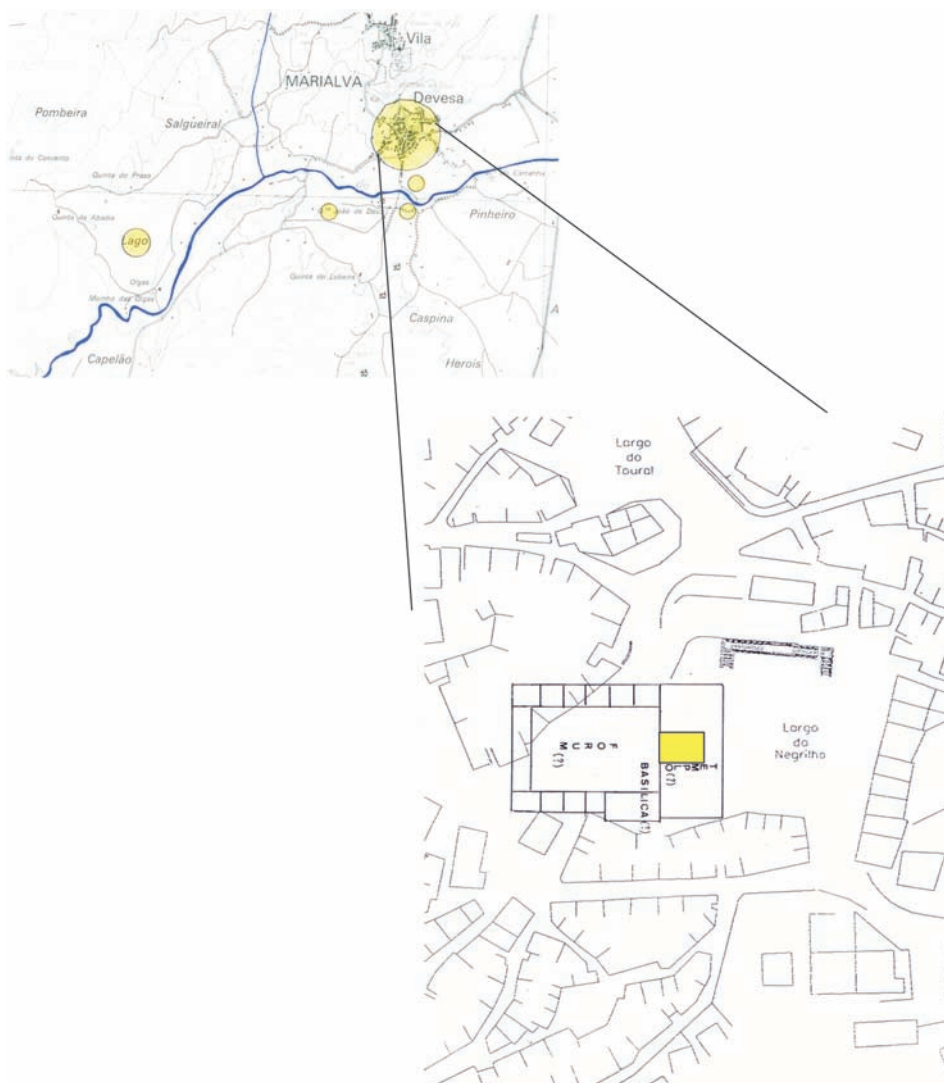


fig. 34 Povoação da Devesa (Marialva), prováveis localizações de um Templo e do Forum da Civitas Aravorum.



fig. 35 Edifício e logradouro em Marialva (lugar da Devesa) onde poderá estar implantado um provável templo romano dedicado a Júpiter.

fig. 36 Campanha arqueológica no ano de 2004 no exterior do provável templo.



fig. 37 Pormenor da cornija do provável templo romano.



fig. 38 Lápide erguida em memória de Parameco (Marialva).



fig. 39 Lápide dedicada ao Imperador César Trajano Hadriano Augusto Marialva.

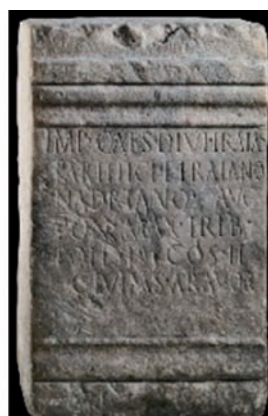


fig. 40 Fragmento de uma inscrição numa das paredes da Capela de N. Sra. dos Remédios Marialva.





fig. 41 Ruínas da Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo (provável templo romano).

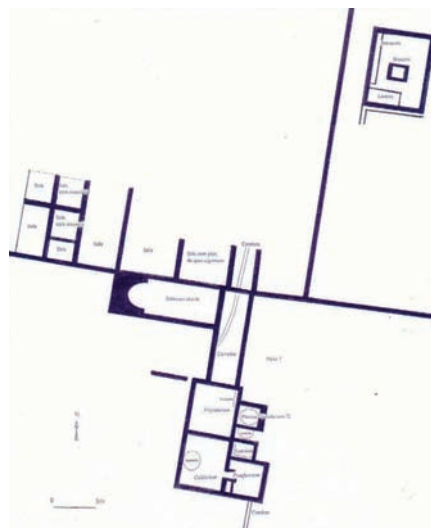


fig. 42 Inscrição monumental da Civitas Cobelcorum.

fig. 43 Vale do Mouro ou Gravato (Coriscada, 2006).



fig. 44 Pormenor de vestígios do hipocausto do Balneário.



fig. 45 Pormenor de vestígios do hipocausto do Balneário.



fig. 46 Ara dedicada a Júpiter pelos Vicani Sangoabonienses.



fig. 47 Pormenor da figura de Baco no mosaico do Vale do Mouro (Coriscada).



fig. 48 Pormenor da figura da Ménade no mosaico do Vale do Mouro (Coriscada).



fig. 49 Pormenor dos motivos geométricos no mosaico do Vale do Mouro (Coriscada).

bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (2003) – Prefácio. In OLIVEIRA, C. F. de – *A villa romana de Rio Maior: Estudo dos mosaicos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 31), p. 9-10.
- ALARCÃO, J. de (2005) – Povoações Romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7, p. 9-18.
- ALMEIDA, C. A. B., coord. (2006) – *História do Douro e do vinho do Porto: História da antiga região Duriense*. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento.
- CABRAL, A. A. D. (1961) – Castelo Rodrigo: Subsídios para a sua história. *Beira Alta*. Viseu. 20.
- CARVALHO, P. C. (2006) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. [Dissertação de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].
- COIXÃO, A. N. S. (2000) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. N. S. (2004a) – Intervenção arqueológica de emergência no Adro da Igreja Matriz de Almendra: Primeiros resultados. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 6, p. 75-82.
- COIXÃO, A. N. S. (2004b) – Alguns subsídios para o estudo da Romanização na área do concelho de Meda. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 6, p. 83-96.

COIXÃO, A. N. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) – *Foz Côa romana: Notas epigráficas*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

CURADO, F. P. (1985) – Ara votiva da Coriscada: Meda. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra 11, nº. 45.

HIPÓLITO, M. de C. (1960-61) – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conímbriga*. Coimbra. 2-3, p. 56-57.

MACIEL, M. J., tradução, introdução e notas (2006) – *Vitrúvio: Tratados de Arquitectura*. Lisboa: IST Press.

MAIA, M. (1977) – Vilas romanas do território intermaniense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série. 7-9, p. 209-212

OLIVEIRA, C. F. (2003) – *A villa romana de Rio Maior: Estudo dos mosaicos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 31).

PERESTRELO, M. S. G. (2003) – *A Romanização na Bacia do Côa*. [S.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

RODRIGUES, A. V. (1965) – O templo romano de Almofala. *Beira Alta*. Viseu. 24: 4, p. 433-435.

RODRIGUES, A. V. (2004) – *Por Terras da Meda*. Meda: Câmara Municipal da Meda.

acta 3

Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização do Médio Côa

Manuel Sabino G. Perestrelo

(ARA - Associação de Desenvolvimento, Estudo e Defesa do Património da Beira Interior)

Resumo

Estudam-se os vestígios arqueológicos do povoado fortificado conhecido como Castelo dos Mouros (freg. de Cidadelhe, Pinhel) e procura-se integrá-los no contexto da Proto-história e da romanização da bacia média do rio Côa.

Examinam-se os indícios da presença militar romana na região no século I a.C. e na transição do milénio e destacam-se algumas questões relacionadas com a organização do território do médio Côa pelo poder romano. Propõe-se a integração do território em três *civitates*, duas delas com as respectivas capitais já identificadas.

palavras-chave: Médio Côa; Castelo dos Mouros; Proto-história; Romanização; Militares romanos; Capitais de *civitates*.

1.

O sítio arqueológico conhecido como Castelo dos Mouros (freg. de Cidadelhe, conc. de Pinhel) é um típico povoado fortificado de altura, localizado na margem esquerda do rio Côa. Este povoado está no extremo norte de uma região que considerámos como Médio Côa e que se estende desde a linha de serranias da Guarda até ao fim da vasta área planáltica que termina na confluência da ribeira de Massueime com o rio Côa. O Castelo dos Mouros de Cidadelhe situa-se, assim, no limite setentrional desta plataforma ligeiramente inclinada para Norte. As altitudes deste planalto variam de cerca dos 1.000 metros (cidade da Guarda) até aos cerca de 500 metros no marco geodésico do Espinhaço (Cidadelhe, Pinhel), encaixando-se progressivamente no vale do rio Côa até atingir os cerca de 200 metros de altitude no leito do rio (fig. 1).

Esta breve análise do povoamento proto-histórico e da ocupação romana incidirá, essencialmente, na área localizada a sul do Castelo dos Mouros com limites cronológicos que vão do início do último milénio a.C. aos primeiros séculos do primeiro milénio da nossa era. Os resultados obtidos na curta e limitada intervenção arqueológica levada a cabo no ano de 2002 no povoado do Castelo dos Mouros servirão como ponto de partida para esta análise¹.

2.

A campanha militar conduzida por Júlio César nos anos 61-62 a.C. ao Monte Hermínio, narrada por Dion Cássio (*História Romana*, 37, 52-53) mostra-nos uma realidade que a investigação arqueológica tem vindo, progressivamente, a confirmar. Escreveu Dion Cássio: “E assim, embora lhe fosse possível permanecer em paz, conforme referi, dirigiu-se ao Monte Hermínio e ordenou aos habitantes que descessem à planície. Isto, dizia-o, para que eles não se lançassem em pilhagens utilizando como base as suas fortificações; mas, na realidade, sabia perfeitamente que eles jamais cumpririam esta ordem e poderia encontrar aí um pretexto de guerra. Assim aconteceu de facto. E quando alguns habitantes circunvizinhos, no temor de que também os viesse a atacar, puseram a salvo as suas mulheres e filhos e demais bens de valia através do Douro, ocupou-lhes as suas cidades enquanto eles nisto se afadigavam”. Que o Monte Hermínio se identifica com a actual Serra da Estrela não parece haver dúvidas. Mas não podemos excluir a hipótese de os romanos estenderem esta designação às diversas serranias da Beira, nomeadamente às serras do Açor, da Gardunha, da Lapa, de Leomil e, talvez, à Serra da Marofa como já defendeu Jorge de Alarcão (1993: 49).

De acordo com o curto relato de Dion Cássio pressupõe-se que não só os povos do Monte Hermínio mas também os seus vizinhos, cujas famílias se puseram em fuga com os seus bens pelo rio Douro, ocupavam povoados fortificados no cimo de colinas.

Os dados arqueológicos conhecidos levam-nos a considerar o Castelo dos Mouros de

¹ A intervenção arqueológica, com a duração de cerca de duas semanas, contou com o apoio financeiro do IPA e com o apoio logístico e do Parque Arqueológico do Vale do Côa e da Câmara Municipal de Pinhel a quem agradecemos. A nossa gratidão vai, igualmente, para os membros da Junta de Freguesia de Cidadelhe, bem como do então director da Residência de Estudantes de Pinhel (Prof. António Pinto) que nos deram o seu apoio. A intervenção arqueológica teve a colaboração de alunos do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e de técnicos do PAVC, a quem agradecemos. A referida intervenção foi realizada no âmbito do projecto de investigação intitulado “O povoamento Proto-histórico e romano na *civitas aravorum* (zona Sul). Estudo, valorização e divulgação - o Castelo dos Mouros de Cidadelhe” aprovado pelo IPA no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

Cidadelhe como um desses povoados fortificados, localizado numa colina quase inexpugnável da margem esquerda do rio Côa, a pouca distância da actual aldeia. Embora pelo lado ocidental do cabeço onde se localiza o povoado se aceda com alguma facilidade, para quem se dirige de Sul, de Este ou de Norte a colina é quase intransponível. Precisamente na zona ocidental da colina foi construída uma muralha de pedra seca que dificultava o acesso ao centro do povoado (fig. 2 e 3).

Como já referi, em 2002 realizámos uma curta sondagem arqueológica que permitiu confirmar alguns dados já conhecidos pelos vestígios superficiais, nomeadamente que a ocupação da colina do Castelo dos Mouros de Cidadelhe recuava, pelo menos, ao final da Idade do Bronze. Com efeito, os materiais arqueológicos que caracterizam esta etapa da Idade do Bronze aparecem com alguma abundância: trata-se de cerâmicas decoradas do tipo “Cogotas I”, cerâmicas do tipo “Baiões/Santa Luzia” e diversos elementos de barro de revestimento de cabanas com marcas em negativo dos ramos entrelaçados (Perestrelo, 2005).

As informações recolhidas nesta intervenção arqueológica, nomeadamente alguns restos de cerâmica, indiciam que a colina foi habitada noutros momentos do último milénio a.C.² Com efeito, a intervenção arqueológica realizada em 2002 não permitiu a recolha de elementos determinantes sobre a ocupação da Primeira Idade do Ferro, ou seja, do período que vai do século VIII ao século V a.C. Além do mais, durante a escavação arqueológica verificámos que os vestígios do Final da Idade do Bronze misturavam-se com outros elementos que podíamos classificar como materiais da Primeira Idade do Ferro mas, também, com materiais da Segunda Idade do Ferro e da época romana. Esta amálgama de materiais deve-se ao cultivo dos terrenos da colina do Castelo dos Mouros até momentos muito recentes o que levou à destruição dos níveis arqueológicos³. Assim, atendendo à miscelânea de materiais de várias épocas e à falta de níveis arqueológicos preservados, tornou-se difícil distinguir os vestígios que testemunham uma ocupação da Primeira Idade do Ferro.

Mesmo noutras regiões já amplamente estudadas, mas sem cronologias absolutas, tem sido difícil classificar as ocupações da Primeira Idade do Ferro, sobretudo, pela dificuldade em distinguir os materiais cerâmicos do Bronze Final dos materiais da fase subsequente. Por essa razão, alguns sítios arqueológicos da Cova da Beira foram genericamente classificados como sítios de “Proto-história Antiga”, entendida “como a junção do Bronze Final e do Ferro Inicial”, (Vilaça *et al.*, 2000: 190). No entanto, materiais como as cerâmicas “cepilladas”, a cerâmica com decoração plástica associada a pastas grosseiras, arenosas e muito friáveis, por vezes com elevadas concentrações de mica, têm sido atribuídas, na Beira Interior, à Proto-história Antiga. Pelas razões apontadas, no estágio actual de investigação é difícil saber se alguns destes povoados de altura deixaram, efectivamente, de ser habitados em algum momento do último milénio a.C. ou se, pelo contrário, continuaram habitados e, apenas, não somos capazes de destrinçar os materiais produzidos por essas populações.

A descoberta ocasional de um povoado “de fossas” no Picoto (Galegos, Guarda) datado pelo C14 do século VI-V a.C. pode abrir novas perspectivas para o estudo deste período na região. Este sítio localiza-se numa zona planáltica, sem qualquer preocupação defensiva e, portanto, difere radicalmente de outros povoados conhecidos na região, quer dos povoados do Bronze Final quer dos da Segunda Idade do Ferro (Perestrelo, Santos e Osório, 2003). A cerâmica recolhida neste povoado era muito grosseira, arenosa, de pastas muito friáveis, com muitos elementos de mica e raramente decorada. A pouca decoração dos fragmentos cerâmicos restringia-se aos botões plásticos, a alguns cordões com impressões e aos sulcos largos e superficiais, características que se encontram, igualmente, em muita da cerâmica exumada no

² No Médio Côa este é um dos povoados ocupados no final da Idade do Bronze que apresenta vestígios de ocupação da Segunda Idade do Ferro e da época romana. Em outros povoados como Castelo Mendo (Almeida), Bogalhal Velho (Pinhel), Castelo de Prados (Pinhel), têm surgido alguns elementos arqueológicos dispersos que apontam para uma ocupação em vários momentos do último milénio a.C. No entanto, nunca foram realizadas escavações arqueológicas nesses sítios que pudessem atribuir um contexto a esses materiais (Perestrelo, 2005).

³ Esses sinais eram bem visíveis nos afloramentos rochosos que apresentavam diversos “sulcos” rasgados pelos arados.

⁴ A conhecida citação de Dion Cássio é reforçada por uma outra referência de Estrabão “Ainda que este país seja naturalmente rico em frutas e gado, e também em ouro, prata e outros metais, a maioria destes povos renunciou a aproveitar estas riquezas naturais para fazer vida de salteadores. Sempre na verdade viveram em guerras, ou entre si ou com os seus vizinhos de além do Tejo, até que os Romanos puseram fim a este estado de coisas, fazendo descer as povoações fortificadas da montanha para a planície e transformando-as em aldeias. Os responsáveis destes incidentes foram sem dúvida os serranos, que cultivavam uma terra muito pobre, pouco tinham de seu e, por isso, cobiçavam o que era dos outros.” (Estrabão, 1, 242).

⁵ No Médio Côa apenas se conhece mais um exemplar em Castelo Mendo, conc. de Almeida (Perestrelo, 2005).

⁶ Os fundibulários (*funditores*), mencionados em diversas ocasiões ao longo da Guerra das Gálias e das Guerras Civis, eram uma importante força de apoio das legiões da época Republicana. A utilização destes soldados auxiliares, recrutados maioritariamente nas Baleares, na África do Norte e no Mar Egeu, decaiu a partir de Augusto (ver Poux e Guyard, 1999: 29). Na Gália as séries de projecteis de funda em chumbo, recolhidas em contexto datado, provêm dos sítios cesarianos de Alésia e de La Cloche, destruídas respectivamente em 52 e em 45 a.C. (Poux e Guyard, 1999: 29).

⁷ A norte da Lomba do Canho, apenas se conhecia até ao momento um exemplar em Carviçais (Torre de Moncorvo). Também na Extremadura espanhola alguns projecteis de chumbo têm sido encontrados em castros como o de La Muralla del Aguijón de Pantoja, em Trujillo (Martín Bravo, 1999: 131).

Castelo dos Mouros de Cidadelhe. A questão que se coloca é a de saber se o tipo de povoado como o que foi escavado no Picoto foi o mais generalizado nesta região durante a Primeira Idade do Ferro ou se, pelo contrário, trata-se de uma ocorrência isolada. Perfilhando a primeira hipótese teríamos de admitir a possibilidade da transferência da população, no início da Idade do Ferro, dos povoados de altura para aldeias sem preocupações defensivas localizadas em zonas planálticas e, conseqüentemente, uma redução da população nos povoados de altura ou até, mesmo, o seu abandono total.

Os povoados da Segunda Idade do Ferro, que corresponde, *grosso modo*, à segunda metade do último milénio a.C., são mais fáceis de identificar no Médio Côa. Em geral, estes apresentam algumas características comuns a povoados razoavelmente bem conhecidos noutras regiões onde a investigação arqueológica tem sido mais intensa. Por outro lado, há um conjunto de elementos materiais facilmente datáveis como as fíbulas, as cerâmicas estampilhadas ou penteadas, as cerâmicas pintadas, entre outras (fig. 4). Não raras vezes, estes materiais estão associados a verracos ou berrões ou, ainda, a estruturas defensivas, algumas delas complexas.

A investigação arqueológica tem mostrado que alguns povoados da Segunda Idade do Ferro foram abandonados no início do domínio romano. Mas não se pode concluir que o fenómeno foi generalizado por imposição romana. Com efeito, os indícios arqueológicos recolhidos em muitos povoados da Beira Interior mostram uma realidade algo distinta daquela que é descrita em algumas fontes clássicas⁴. Se há indícios de abandono de alguns povoados de altura da Segunda Idade do Ferro no início do período romano, muitos outros continuaram ocupados e poderão, inclusivamente, ter aumentado a população e a área habitada. Não é, por isso, defensável o pressuposto de que houve uma transferência massiva de populações indígenas dos seus castros para as aldeias de planície no período da conquista romana como, aliás, Jorge de Alarcão já havia alertado (Alarcão, 1988b; Alarcão, 1988c). De entre os povoados do Médio Côa com vestígios da Segunda Idade do Ferro e da época romana destacamos, além do Castelo dos Mouros de Cidadelhe, o Castelo de Prados (Freixedas, Pinhel), Castelo Mendo (Almeida), Castelos Velhos/Póvoa do Mileu (Guarda). Destes, apenas dois povoados têm muralha (Castelo dos Mouros, limitada a uma zona do povoado e Castelo de Prados. Apenas dois povoados do Médio Côa (Castelo de Ervedosa, Pinhel e Castelo de Monforte, Figueira de Castelo Rodrigo) não apresentam qualquer indício de romanização (Perestrelo, 2003a).

A conhecida referência de Dion Cássio aos povoados dos habitantes do Monte Herminio e dos povos circunvizinhos traduz uma realidade já do século I a.C., ou seja, do período final de confrontação entre lusitanos e romanos. Mas nada nos faz supor que o povoamento nos séculos anteriores fosse diferente da situação que é narrada, ou seja, os povoados localizados no alto das colinas recuavam a um período muito anterior à chegada das tropas romanas à região, como a arqueologia nos tem demonstrado. Não sabemos, no entanto, quando foram construídas as muralhas.

Infelizmente, a intervenção arqueológica realizada no Castelo dos Mouros de Cidadelhe não nos permitiu recolher indícios seguros sobre a época de construção da muralha. As características da fortificação (construída em pedra seca e adaptando-se às irregularidades do terreno) conduz-nos para uma datação da Segunda Idade do Ferro (fig. 5). Mas é, igualmente, óbvio que no período romano (ou no fim deste período), a muralha foi reconstruída com materiais de edifícios romanos como pedras almofadadas, pedras trabalhadas e, eventualmente, fragmentos de inscrições (Perestrelo, 1988a; Perestrelo, 2005).

3.

De entre os vestígios romanos conhecidos no Castelo dos Mouros destaca-se um elemento que é bastante raro nos povoados romanizados da região mas que, normalmente, está associado à presença de militares⁵. Trata-se de um projectil de funda em chumbo, de fabrico romano, descoberto na escavação de 2002 (fig. 6).

Os projecteis de funda em chumbo encontram-se em grande número nos acampamentos romanos do século I a.C. como é o caso do conhecido acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)⁶. Segundo Amílcar Guerra, os projecteis de funda em chumbo tornam-se raros a partir do século I d.C. e parecem estar claramente associados a contextos relacionados às chamadas “Guerras de Sertório” na primeira metade do século I a.C. e com as movimentações de tropas romanas durante o período das “Guerras Cívicas” de meados do mesmo século (Guerra, 1987: 161)⁷.

Provavelmente, o já mencionado ataque de Júlio César aos povos do Monte Hermínio e aos povos circunvizinhos, relatado por Dion Cássio, terá levado aos castros da Beira Interior os projecteis de funda em chumbo. Curiosamente, Jorge de Alarcão traçou um hipotético caminho percorrido pelas tropas de César através do vale do rio Erges atingindo a serra da Gata e da Malcata, prosseguindo, depois, pela ribeira de Meimosa até chegar às proximidades da Guarda (Alarcão, 1988b: 44). Infelizmente não se conhecem os acampamentos utilizados pelas tropas romanas mas é bastante provável que estas, depois de dominarem a região, se tenham instalado em alguns povoados indígenas fortificados recém conquistados ou nas proximidades desses castros⁸.

Para Carlos Fabião (1989: 46) pelo menos no ano de 48 a.C. já havia acampamentos permanentes para as tropas romanas pois uma referência no “*De Bello Alexandrino*”, alude ao facto de C. Longino, estando nesse ano em *Corduba* para passar o Inverno, terá recebido ordens de Júlio César para ir à Lusitânia buscar as tropas que tinha deixado em vários acampamentos.

No território do Médio Côa existem alguns outros indícios importantes da presença de tropas romanas desde o século I a.C. Com efeito, para além dos dois projecteis de funda conhecidos no Médio Côa (Castelo dos Mouros e Castelo Mendo), há outros indícios arqueológicos que podem estar associados à presença de tropas romanas na região⁹. Por exemplo, no Castelo de Prados (Pinhel) apareceram diversos contos de lança em ferro romanos, objectos muito comuns em acampamentos romanos da área da Meseta.

Estes elementos de cariz militar podem lançar uma nova luz sobre outros achados arqueológicos da região do Médio Côa já conhecidos mas ainda mal contextualizados. Um desses achados é a estela com inscrição descoberta em Argomil, no limite sul do concelho de Pinhel (fig.7). O texto da epígrafe, com cerca de 160 cm de comprimento, é muito simples: IMP / DIVI F / AVGVSTV / COS XI / IMP VIII (“Ao imperador Augusto, filho do Divino, Cônsul pela décima primeira vez e Imperador pela oitava vez”). Não sabemos se a pedra encontrada sob o altar da igreja de Argomil foi ali achada quando se construiu a igreja e reutilizada como material de construção ou se foi trazida de um outro local mais distante. O certo é que nas imediações da igreja não se conhecem outros vestígios da época romana¹⁰.

Esta inscrição de Argomil está datada de 23 ou de 20 a.C. Sob o campo epigráfico foram gravadas umas linhas que têm sido interpretadas como símbolos militares: um possível escudo redondo do tipo “*caetra*” e uma palma estilizada. A pedra já foi classificada como um *terminus augustal* (Alarcão, 1988a), uma pedra honorífica (Perestrelo, 2003a: 138), uma inscrição para a comemoração da construção de uma estrada (Vaz, 1985). Recentemente Jorge de Alarcão retomou a hipótese de a pedra de Argomil corresponder a um marco terminal mas de um território militar e não de uma *civitas* (Alarcão, 2006)¹¹.

⁸ O sítio arqueológico da Lomba do Canho (Arganil) é, mais uma vez, paradigmático pois depois de ter sido inicialmente considerado um castro convertido em “local de estacionamento de tropas romanas”, foi posteriormente reclassificado como um acampamento romano ocupado entre 75 e 45 a.C. (Guerra, 1987: 172; Fabião, 1989: 34). Localizado num esporão alongado de forma grosseiramente rectangular, encaixado no rio Alva, com boas condições naturais de defesa, apresenta as características de um típico povoado castrejo.

⁹ Um dos mais antigos indícios da presença de tropas romanas na região está relacionado com as guerras Sertorianas. Um tesouro de moedas romanas descoberto na Tapada de Longroiva (Meda) com a moeda mais recente datada de 79 a.C., poderá estar relacionado com as campanhas de Júlio César (Alarcão, 1999: 4) ou, mesmo, com as campanhas de Sertório conduzidas entre 80 e 77 a.C. Com efeito, um dos episódios das guerras Sertorianas está relacionado com um *oppidum* de nome *Langobriga* que foi atacada pelas tropas de Metelo.

¹⁰ Inês Vaz (1985: 635) refere que é provável que “outras inscrições se tenham achado, mas foram destruídas, como nos afirmaram no local”. Não sabemos se essas “outras inscrições” eram romanas ou medievais. Nas imediações da actual povoação de Argomil apenas se conhecem algumas sepulturas rupestres associadas a alguma cerâmica da Alta Idade Média.

¹¹ Curiosamente, o concelho de Pinhel foi delimitado em 1209 pela linha de alturas de Argomil, embora esta povoação esteja mais próxima da Guarda do que de Pinhel.

Com efeito, está, hoje, posta de parte a classificação da epígrafe de Argomil como um *terminus augustal* de delimitação do território de uma *civitas* pois o território das *civitates* desta área da Lusitânia parecem ter sido delimitadas apenas por volta dos anos 4 ou 5 d.C. pelo governador Quinto Artúrio Régulo. A atestá-lo há alguns *termini augustales* encontrados na Lusitânia, nomeadamente em Salvador, Peroviseu e Guardão (Perestrelo, 2003a: 138-139; Alarcão, 2006: 135). Também os *termini augustales* encontrados na zona de Ciudad Rodrigo datam de 6 d.C. e, por isso, não existem razões para que a *civitas* da área Argomil (talvez a dos Lancienses Transcudanos) tenha sido delimitada por volta de 23 ou 20 a.C. (Perestrelo, 2003a: 138). Já a classificação da epígrafe de Argomil como um *terminus* de carácter militar, que delimitava um território explorado por um destacamento militar presente na região no século I a.C., parece merecer mais atenção (Alarcão, 2006: 135).

Uma outra pedra encontrada em Alfaiates (Sabugal) já há muito publicada poderá esclarecer esta questão visto que o texto apresenta um formulário muito idêntico: [...] I [...] / CX [...] / IM[P] / CAESA[R] / DIVI F / AVGVSTVS / C[O]S XII[I] / IMP / X[VI] vel VII.

Trata-se de uma inscrição mais tardia do que a de Argomil (data de 4 ou 5 a.C.) e não apresenta qualquer elemento decorativo (Alarcão, 2006: 134; Osório, 2006: 147). Mas, ao contrário de Argomil, em Alfaiates foram encontrados muitos vestígios que podem indiciar a presença de um acampamento romano. As descrições feitas por Brás Garcia de Mascarenhas no século XVII são bastante elucidativas¹² pois descreve as muralhas (?) de terra batida associadas a materiais de construção, pedras almofadadas, duas moedas de Sertório e “cavas”. Mais recentemente, Marcos Osório identificou na fotografia aérea da povoação uma estrutura de contorno grosseiramente oval que, segundo o investigador, podia corresponder a um acampamento republicano (Osório, 2006: 70 e fot. aérea n.º 8: 189)¹³.

Não temos para a área de Argomil, vestígios arqueológicos que possam ser classificados como testemunhos de um acampamento romano. Apenas na zona do Verdugal (Guarda), há a notícia do aparecimento de vestígios romanos de entre os quais se destaca uma moeda de “*caetra*” com a representação de um escudo circular, de duas lanças e de uma palma. Estas moedas estão estreitamente associadas a contextos militares e foram cunhadas na segunda metade do século I a.C. para pagar aos militares que participaram nas chamadas “Guerras Cântabras” (Perestrelo, 2003a: 138).

Se a pedra de Argomil – como a de Alfaiates – serviu para delimitar um território militar, eventualmente de um corpo de tropas auxiliares romanas que se fixou na região do Médio Côa, não conhecemos, ainda, o local exacto onde teria estabelecido o seu acampamento. Por outro lado, esse corpo militar não gravou a sua identificação na pedra, como é comum nestes casos. Mas sabemos que no momento em que foi gravada a pedra de Argomil (23-20 a.C.) estavam estacionadas na Península Ibérica diversas unidades militares romanas. Uma dessas legiões era a *Legio IIII Macedonica* com o acampamento principal fixado em Herrera de Pisuerga (Palencia).

Ora, na Quinta da Urgueira (Manigoto, Pinhel) apareceu, há uns anos, um fragmento de tegula com uma marca que parece de origem militar (fig.8). Embora um pouco desgastada, a marca, em cartela rectangular, com medidas padronizadas (11,5 x 2,7 cm), está quase completa. A leitura permitia ver as seguintes letras: *L IIII MA* (ou MD). A reconstituição possível era a de uma típica marca legionária – *L(egio) IV MA(edonica)* ou *L(egio) IV M(ace)D(onica)* (Perestrelo, 1998b).

A Legião IV Macedónica esteve estacionada na Península Ibérica entre cerca de 30 a.C. e 41 d.C. tendo participado nas campanhas militares do Norte Peninsular entre 27 e 19 a.C. (Pérez González, 1986; Le Roux 1982: 61 e 92). Sabe-se que alguns grupos de militares desta legião foram destacados para regiões bastante afastadas do seu acampamento

¹² “(...) achei de baixo de mais de 15 palmos de terra duas rodens de muros, huã de cantaria com cal que eram os alicerces de el rei Dom Manuel, outra mais adentro de cantaria com barro, cousa mais antiga de que inda flcou hu pedaço debaixo de huã cortina que se foi levantando sobre este muro. Acharam se nestas cavas e escarpas muitas moedas de cobre, quatro ou cinco de prata, duas delas de Sertorio, acharam se estribos com cadeas per loros, mós de moinhos de mão, carvões e outros indícios de que se asolou ali grande povoação que ocupava todo aquele monte que gira com a vila. A fortificação que fiz nela em tres meses 4680 pes geometricos ate o Castelo e por fora dele pera a parte do Sul adonde chamam as eiras, mandei desfazer huãs cavas antigas que giravam pouco menos e mostravam serem de Romanos e serem redondas e sem descortino como a cava de Viseu (...)” In Gomes, 1996: 112. Vide também Osório, 2006: 70.

¹³ Um pouco mais a sul, nas proximidades das minas romanas do Covão do Urso (Meimoa, Penamacor), Sánchez-Palencia identificou uma outra estrutura grosseiramente oval que pode corresponder a um outro acampamento romano, este associado à exploração mineira (Sánchez-Palencia, 2005).

principal, nomeadamente para a região de Saragoça e de Logroño onde deixaram diversos testemunhos epigráficos (Le Roux, 1982: 119). Teremos, também, nesta região do Médio Côa um destacamento militar da Legião IV Macedónica? Os escassos indícios não permitem, ainda, responder satisfatoriamente a esta questão. Por outro lado, os elementos arqueológicos descobertos na Quinta da Urgueira (Manigoto, Pinhel) parecem apenas indiciar a presença de uma modesta construção romana, talvez uma habitação de dimensões médias, construída junto de bons terrenos agrícolas e de uma linha de água. Ali aparecem os materiais de construção, a cerâmica doméstica, os moinhos circulares mas também elementos associados à exploração mineira como os martelos de mineiro em pedra e a escória (Perestrelo, 2003a: 74). De todas as estações arqueológicas da época romana inventariadas no Médio Côa, não lográmos identificar nenhuma que pudesse ser apresentada inequivocamente como acampamento romano. No entanto, há um sítio que classificámos como povoado fortificado de altura, com abundantes vestígios de romanização, que poderá ser visto de uma outra perspectiva. Trata-se do Castelo de Prados (Freixedas, Pinhel) onde se encontraram, por exemplo, diversos contos de lança em ferro e cerâmica campaniense, rara nesta região mas abundante, por exemplo, no assentamento militar da Lomba do Canho (Fabião e Guerra, 1996; Guerra, 2004). Observando a fotografia aérea mais antiga do sítio é possível ver uma vasta estrutura grosseiramente rectangular (fig. 9) que, *in loco*, confirmava-se ser de uma muralha (Perestrelo, 2003a: 70). No interior deste amplo rectângulo encontra-se a maior concentração de vestígios romanos enquanto nas plataformas localizadas a Sul se encontram materiais do final da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, associadas a muralhas de construção mais tosca. Todavia, o Castelo de Prados está um pouco afastado dos outros sítios com achados arqueológicos de cariz militar, principalmente do sítio da Quinta da Urgueira e de Argomil. Já noutras regiões peninsulares e, especificamente, da Lusitânia foram identificados acampamentos romanos em locais alcantilados, com boas condições naturais de defesa e com muralhas. Alguns desses acampamentos estabeleceram-se nas imediações de povoados indígenas ou, eventualmente, nos próprios povoados conquistados pelas tropas romanas. Um dos acampamentos mais conhecidos, estabelecido em local alcantilado, é o já referido acampamento militar da Lomba do Canho (Arganil) implantado num esporão quartzítico aplanado da margem esquerda do rio Alva, com amplo domínio visual sobre o território das imediações (Fabião, 1989: 34). Outro local com características de povoado indígena fortificado é a conhecida estação arqueológica de Chibanes (Palmela) que pode ter albergado tropas romanas no século II a. C. (Guerra, 2004). Neste sítio, situado na crista da Serra do Louro, têm sido encontrados inúmeros materiais romanos datados dos finais do século II a.C. como ânforas ibero-púnicas e cerâmica campaniense. Para Amílcar Guerra, este sítio pode mesmo ter sido o local de assentamento de *Caepiana*, o povoado mencionado por Ptolomeu (Guerra, 2004).

O sítio arqueológico denominado de Castelo de Prados não se afasta das características gerais destes sítios ocupados pelas tropas romanas. No entanto, apenas uma intervenção arqueológica no local poderá esclarecer as nossas dúvidas sobre a natureza desta importante estação romana.

As funções dos militares romanos nesta região podiam ir desde a manutenção da paz e da ordem, numa região que tradicionalmente levantava alguns problemas à administração romana dada a conhecida belicosidade dos habitantes do Monte Hermínio e dos seus vizinhos. Mas também podia passar pelo controle da exploração mineira em que a região é rica, pela construção de estradas ou simplesmente pela tarefa de estabelecer os limites das diversas civitates assegurando a paz e a ordem. A presença de militares romanos na região está igualmente atestada em Numão e em Longroiva, no primeiro caso um cavaleiro da 3.^a Coorte dos Lusitanos¹⁴ e, no segundo caso, um cavaleiro da VII Legião Gemina Félix¹⁵.

¹⁴ *TI(berius) . CLAUDIUS / SAILCIUS . EQ(ues) . / C(o)HOR(tis) . III (tertia) . LUS / ITANORUM / DIS . DEABUSQ(ue) / CONIUMBRI(G)ensium) . / [V(otum)] . S(olvit) . L(ibens) . M(erito)*. (Curado, 1998-94: 219).

¹⁵ *Q(uintus) . IULIUS / MONTA[NUS] / EQ(ues) . LEG(ionis) VII (septimae) [G(eminae)] / F(elicis) . BANDI . [L?]A / NGBRICV / V(otum) . S(olvit) . A(nimo)*. (Curado, 1985b: 44; Guerra, 2004). Sobre a presença de um destacamento da Legião X Gemina no vale do Douro vide Alarcão, 2005b.

4.

Após a conquista e a pacificação desta região, o poder romano procurou reorganizar o território criando as *civitates*, com a respectiva capital, fazendo-as corresponder, *grosso modo*, aos diversos *populi* indígenas que habitavam a Beira Interior.

As *civitates* eram entidades administrativas e fiscais, com um território próprio demarcado, por vezes com marcos terminais como os que se conhecem da Cova da Beira, no Douro e na região de Ciudad Rodrigo. Estes *populi/civitates*, que ocupavam o vasto território da Beira Interior e da Beira Alta, foram evocados na famosa inscrição da Ponte de Alcântara, datada do início do século II d.C.¹⁶.

Para além da *civitas* dos Aravos e dos Cobelcos, o território do Médio Côa estaria repartido por uma outra *civitas*, possivelmente a dos Lancienses Transcudanos. Sabe-se, desde há muito, que a capital da *civitas* dos Aravos estava na actual Devesa de Marialva (concelho da Meda) pois ali foi achada no século XVIII uma inscrição consagrada a Adriano pela *civitas Aravorum* (Perestrelo, 2003a)¹⁷.

Também parece não subsistir qualquer dúvida sobre a localização da capital dos *Cobelci* na actual Torre de Almofala onde foi descoberta uma inscrição consagrada a Júpiter pela *Civitas Cobelcorum* (Frade, 1998)¹⁸. Estes ocupariam o planalto situado entre o Côa, o Águeda e o Douro, talvez até à zona de Almeida, confrontando a Oeste com a *civitas* dos Aravos.

Os estudos arqueológicos mais recentes têm vindo a analisar a questão da dimensão das capitais das *civitates* da Beira Interior. Com efeito, os dados conhecidos parecem apontar para o facto de estas não corresponderem, necessariamente, a grandes núcleos urbanos como os que existiram em zonas mais meridionais da Península ou nas regiões do litoral atlântico (Carvalho, 2005; Carvalho, 2006). Só por essa razão se poderá explicar que na capital da *civitas* dos *Cobelci*, identificada na Torre de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), os vestígios fossem tão modestos que, até à descoberta da ara a Júpiter em 1998, nada fazia supor que ali estava a capital de uma *civitas*.

Também na já há muito conhecida capital dos *Aravi*, os vestígios arqueológicos são insignificantes e pouco adequados à presença de uma “capital” de *civitas*, pelo menos comparável a uma *Aeminium*, a uma *Conimbriga* ou, mesmo, a uma capital dos *Igaeditani*. Pode, pois, concluir-se que algumas capitais de *civitates* da Beira Interior e da região do Douro foram de dimensões bastante modestas. Por isso, os investigadores têm grande dificuldade em identificar os centros urbanos que funcionaram como capitais de *civitates* desta região sem que surja uma prova clara como a ara a Júpiter da Torre de Almofala (Frade, 1998) ou a ara consagrada ao imperador Adriano pela *civitas Aravorum* (CIL II 429; ILER 6045; Rodrigues, 1983; Perestrelo, 2003a).

Pelas razões já aduzidas não se conhece com segurança o local de implantação da capital dos Lancienses Transcudanos. Mas, tendo em conta que a ordenação dos povos listados na inscrição da Ponte de Alcântara seguiu um critério geográfico, os Lancienses Transcudanos localizavam-se a sul dos Aravos. Ora, o local com mais vestígios arqueológicos localizado a sul da *civitas* dos Aravos é, precisamente, a estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Guarda). Neste sítio, que está a ser escavado por Vítor Pereira, têm sido exumadas as estruturas de um edifício termal de grandes dimensões (Pereira, 2003; Pereira, 2005). Mas outros vestígios importantes tinham já sido encontrados nas imediações, merecendo destaque uma estátua couçada datada do século II d.C. (Sousa, 1990) encontrada sob o pavimento da capela do Mileu.

As estruturas romanas da Póvoa do Mileu têm sido classificadas como os restos de uma *villa* romana. No entanto, a cronologia dos materiais, a monumentalidade das estruturas e o tipo de elementos ali encontrados parece apontar para a existência de um núcleo urbano,

¹⁶ Exceptua-se a *civitas* dos *Cobelci* que, estranhamente, não é referida nesta inscrição: *Municipia / provinciae / Lusitaniae stipe / conlata quae opus / pontis perfecerunt / Igaeditani / Lancienses Oppidani / Talori / Interannienses / Colarni / Lancienses Transcudani / Aravi / Meidubrigenses / Arabrigenses / Banienses / Paesures*. (In Alarcão, 1988b: 35).

¹⁷ IMP(atori). CAES (ari).DIVI. TRAIA / PARTICI.F(ilio). TRAIANO / HADRIANO. AVG(usto). / PONT(ifici). MAX(imo). TRIB(uniciae). / POTES(tatis). I. CO(n)S(uli). II / CIVITAS ARAVOR(um) (CIL II 429; ILER 6045).

¹⁸ Durante o debate que se seguiu à apresentação das comunicações apresentadas neste congresso, discutiu-se a questão da localização da capital dos Cobelcos que, segundo Susana Cosme, poderia estar no castro de Santo André, na mesma freguesia de Almofala. Conhecendo a localização e os vestígios do sítio romano de Santo André, tivemos oportunidade de manifestar as nossas dúvidas por diversas razões que apresentámos: a localização do castro, num local quase inacessível e num extremo do território da *civitas* afastado das vias de comunicação; pela natureza e simplicidade dos vestígios conhecidos e, sobretudo, pela presença de uma ara consagrada a Júpiter pela *civitas Cobelcorum* tombada em frente às ruínas do templo romano.

eventualmente de uma capital de *civitas*.

É provável que a selecção dos locais para a implantação dos centros urbanos tenha sido feita no mesmo período do estabelecimento dos limites das diversas *civitates* desta região, ou seja, por volta dos anos 4 a 6 d.C.

Pelo que se conhece nesta região, as capitais de *civitates* foram estabelecidas não nos grandes povoados indígenas, mas nas suas proximidades ou em locais estratégicos do território, certamente ligados a vias de comunicação. Parece ter sido o caso da capital dos Aravos estabelecida na planície da actual Devesa de Marialva, embora nas proximidades de um povoado indígena (se, de facto, se confirmarem os vestígios pré-romanos e romanos da zona do castelo de Marialva)¹⁹ (Rodrigues, 1983). Também a capital da *civitas* dos Cobelci foi edificada numa pequena colina pouco elevada da actual freguesia de Almofala (Torre de Almofala). Foi, tudo o indica, uma criação da época romana, afastada dos povoados indígenas como o conhecido castro de Santo André.

Como dissemos, as capitais de *civitates* da Beira Interior tinham uma dimensão bastante modesta a avaliar pelos vestígios conhecidos associados às capitais já identificadas. Os edifícios de carácter público na capital dos Aravos e na dos Cobelcos podiam reduzir-se ao templo, habitualmente consagrado a Júpiter, a algum elemento de estatuária romana de tipo monumental, votiva ou honorífica (Torre de Almofala e Póvoa do Mileu), e ao edifício das termas públicas (Devesa de Marialva e Póvoa do Mileu)²⁰.

A capital dos Cobelcos pode ser analisada, aliás, como o paradigma da maioria das capitais da Beira Interior²¹. Até à descoberta da ara consagrada a Júpiter e às escavações realizadas por Helena Frade na década de 90 do século passado, dificilmente se imaginaria que estavam ali as ruínas de uma capital de *civitas* romana (Frade, 1990; Frade, 1998). Para além do *podium* do templo e de um fragmento de estátua, não havia outros restos monumentais, o acervo epigráfico era limitado, e os vestígios arqueológicos eram pouco significativos (Lobão *et alii*, 2005: 180). Numa exhaustiva prospecção arqueológica realizada na área da Torre de Almofala, capital da *civitas* dos Cobelcos, os arqueólogos J. Lobão, A. Marques e D. Neves (2005) chegaram à conclusão que “exceptuando os achados provenientes do centro cívico, que revelam uma grande qualidade de execução e uma certa monumentalidade, os materiais existentes à superfície do solo, na restante área da Torre de Almofala, embora dispersos por uma área de cerca de 60.000 m², são os mesmos que encontramos nas aldeias, isto é, cerâmica de construção, cerâmica comum e raros fragmentos de *terra sigillata hispânica*”. O centro urbano dos Cobelcos também não terá atraído muita população para as suas vizinhanças pois nos arredores apenas foram detectados pequenos sítios e alguns casais (Lobão *et alii*, 2005: 180)²².

O Castelo dos Mouros de Cidadelhe situava-se na fronteira das duas *civitates* da região: a dos Cobelcos e a dos Aravos mas estava, certamente, integrada nesta última. O povoado terá mantido alguma população durante o domínio romano beneficiando do facto de gozar de uma posição privilegiada para o controle de uma passagem do rio Côa e de uma estrada que ligava as duas capitais.

Outros povoados indígenas de altura do médio Côa continuaram habitados ao longo do período romano, como já vimos. No entanto, alguma população destes povoados castrejos ter-se-á dispersado pelo território das *civitates* instalando-se nos *vici*, criados nas planícies, nas *villae* e em modestos casais estabelecidos junto das melhores terras agrícolas ou nas proximidades dos povoados de altura.

Com efeito, no novo quadro político e administrativo romano da Beira Interior surgiram, também, os povoados tipicamente romanos – os *vici*. Estas povoações estabelecidas nas áreas planálticas, sem preocupações defensivas são uma criação romana e estavam

¹⁹ Neste local, denominado de castro de São Justo, teriam aparecido fíbulas de alfinete de bronze da Idade do Ferro, mós de vaivém, machados e enxós em pedra (Rodrigues, 1983: 59).

²⁰ Ver a este propósito Perestrelo, 2003a. Sobre o hipotético templo consagrado a Júpiter ver Coixão, 2005.

²¹ Os núcleos urbanos romanos da actual Idanha-a-Velha, Bobadela e Viseu devem ser vistos como excepções entre os núcleos urbanos romanos do interior da Lusitânia.

²² Segundo os mesmos autores, a 15 minutos de marcha da Torre de Almofala localizava-se uma aldeia que atraiu algum povoamento para as imediações.

²³ Acerca da proposta de reconstituição do nome do *vicus* vide Fernandes *et alii* (2006: 172).

²⁴ Também no sítio de Gravato/Vale de Mouro, junto à *villa* romana que está a ser escavada, dotada de alguma magnificência, poderia ter existido um *vicus* (*vicus Segoabonca?*).

²⁵ Identificámos outro possível *vicus* da *civitas* dos Cobelcos em Pedregais (Vilar Torpim, Figueira de Castelo Rodrigo). Os materiais deste sítio arqueológico têm uma cronologia relativamente tardia, do séc. II ao séc. IV d.C. (Perestrelo, 2003a: 140).

²⁶ Parece ser este o caso do Castelo de Ervedosa (Pinhel).

²⁷ Ver o exemplo do Cabeço do Crasto de São Romão (Seia) onde, numa intervenção arqueológica foram identificadas pedras almofadadas associadas a uma ara que documenta a construção de um importante edifício em 217 a.C. (Guerra, 1989, 425; Guerra, 1996).

²⁸ Embora as ruínas arqueológicas do Vale do Mouro/Gravato tenham sido classificadas como as ruínas do *vicus* Segoabonca (Coixão, 2004), pensamos que o tipo de estruturas descobertas até ao momento seja mais adequado à presença de uma *villa* do que de um *vicus* (vide Fernandes *et alii*, 2006).

²⁹ Muitos desses novos sítios romanos têm sido descobertos na sequência do acompanhamento de rodovias como foi o caso do sítio romano do Sobral da Serra, conc. da Guarda (Fragoso e Antunes, 2004), ou do sítio da Quinta da Pega, conc. de Pinhel. Este sítio foi descoberto a pouca distância de um outro sítio inventariado, denominado de Quinta do Moinho Santo que classificámos como uma granja (Perestrelo, 2003a: 70). A densa vegetação que cobria a zona antes da abertura do novo troço

integradas na área de uma *civitas*. Dependiam administrativamente da capital mas podiam dispor de algumas funções tipicamente citadinas de carácter económico, religioso e até administrativo (Fernandes *et alii*, 2006: 167).

Numa inscrição encontrada na Coriscada (Meda) a população de um destes *vici* (os *vicani Segoaboncenses*) consagram uma ara a Júpiter no final do século II, início do século III d.C. (Curado, 1985a; Fernandes *et alii*, 2006: 167)²³. Ainda não está esclarecido onde se localizava o *vicus* dos *Segoaboncenses*, mas os indícios parecem apontar mais para a Quinta do Campo (Cótimos/Coriscada) do que, como propõe Sá Coixão, para o sítio arqueológico do Gravato/Vale de Mouro, localizado a nascente da Coriscada (Perestrelo 2003a; Coixão, 2004; Fernandes *et alii*, 2006). No entanto, é possível que algumas *villae* estivessem associadas a povoações do tipo *vici* na Lusitânia. Pode ser o caso do sítio das Minas da Senhora das Fontes, onde se encontraram fragmentos de pavimento de mosaico associados a uma área muito vasta de dispersão de materiais romanos. Tendo em conta a dimensão desta área arqueológica, colocámos a hipótese de se estar em presença de uma *villa* romana construída junto a um *vicus* (Perestrelo, 2003a: 78-79)²⁴. Em Centum Celas (Belmonte) o provável proprietário da grandiosa *villa* invoca a protecção de Vénus e Minerva para o triunfo e a incolumidade de um *vicus*, certamente associado à *villa* (Fernandes *et alii*, 2006)²⁵.

A generalidade da população indígena deve ter permanecido nos povoados de altura de origem proto-histórica, continuando, certamente, a praticar uma agricultura de subsistência, complementada com a criação de gado, nas terras situadas nas imediações dos povoados. Curiosamente, parecem ser os povoados indígenas com uma localização mais desfavorável, com poucas terras agrícolas nas imediações ou distantes das vias de comunicação que são abandonados com o advento do domínio romano²⁶. Pelo contrário, os povoados localizados em posições dominantes sobre o território envolvente, com boas condições naturais de defesa e, por vezes, com defesas artificiais, parecem segurar alguma população durante o domínio romano.

No caso do Castelo dos Mouros de Cidadelhe os vestígios não permitem confirmar a existência de um núcleo populacional da época romana muito extenso. Mas se os vestígios deste período não são muito abundantes, estes não deixam de ser significativos. Entre os vestígios está um fragmento de inscrição latina, de uma placa rectangular possivelmente funerária (fig. 10), blocos graníticos almofadados, pedras trabalhadas de uma cornija emoldurada de um edifício importante²⁷, olaria de construção e doméstica, incluindo fragmentos de cerâmica cinzenta fina, uma conta de colar azulada e fragmentos de fíbula em bronze.

5.

Ainda no território das *civitates* surgem as *villae* e as inúmeras granjas (habitações de menores dimensões e sem o sumptuosidade das *villae*) mas boas terras para o cultivo e, por vezes, nas proximidades dos povoados de altura e na sua área imediata de influência. É o caso dos vestígios romanos identificados nos terrenos da actual aldeia de Cidadelhe (Pinhel) ou dos vestígios da Tapada do Leiro (Cogula, Trancoso) ou, ainda, do sítio do Porto de São Miguel (Castelo Mendo, Almeida) (vide Perestrelo, 2003a).

Pouco se conhece sobre a cronologia dos diversos estabelecimentos rurais romanos do Médio Côa. Os dados apontam para a instalação de estabelecimentos agrícolas já no século I d.C., maioritariamente no aro das capitais. No entanto, a maioria desses sítios classificados como *villae* ou granjas têm materiais de uma cronologia mais tardia, nomeadamente dos séculos III e IV d.C. (Perestrelo, 2003a).

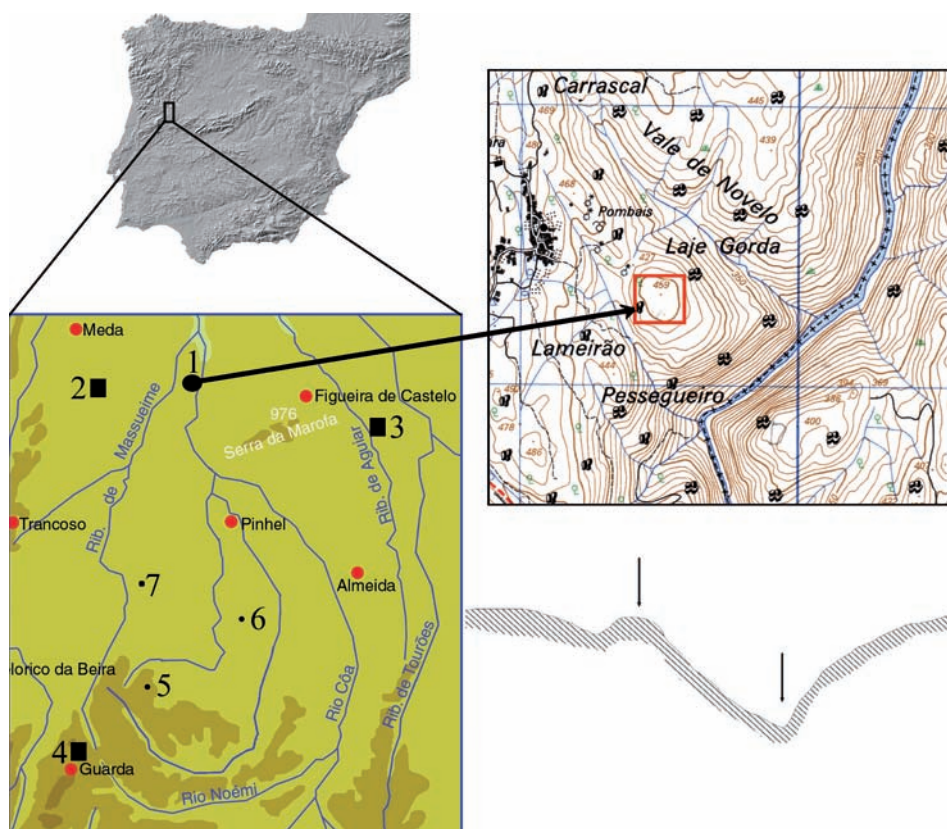
Muitos dos proprietários das *villae* e das granjas da região eram indígenas, como se pode

deduzir da rara epigrafia da região. É o caso da possível *villa* do Juízo (Pinhel) que terá tido como proprietário um certo Malgeino, filho de Bovo, enquanto na zona da aldeia de Santa Eufémia outro proprietário se identificava como Casábio, filho de Turriolo (Perestrelo, 2003a). Nas *villae* mais tardias do Médio Côa (séc. III e IV d.C.) encontram-se alguns itens de magnificência como os pavimentos de mosaico (Minas da Senhora das Fontes, Prado Galego e em Vale de Mouro/Gravato). Um belo painel musivo (até agora um dos mais belos pavimentos conhecido na Beira Interior) está a ser escavado no sítio de Vale de Mouro/Gravato (Coriscada) associado a um complexo termal (Coixão, 2004) que creio ser de carácter privado, como já referi²⁸.

Para além das *villae* do Médio Côa identifiquei um conjunto de sítios mais modestos que classifiquei como granjas (habitações mais pequenas do que as *villae* mas maiores do que os casais) e simples casais construídos por indígenas romanizados (Perestrelo, 2003a). Entretanto, novas descobertas arqueológicas têm vindo a completar este mapa de povoamento da época romana no Médio Côa evidenciando a densidade de ocupação desta região²⁹.

Os modestos núcleos urbanos, que funcionaram como capitais de *civitates*, enquadraram administrativamente um território e uma população romana distribuída por um conjunto de povoados de origem indígena, por *vici*, *villae* luxuosas, granjas e modestos casais que só agora começamos a conhecer um pouco melhor nesta área da bacia do rio Côa.

da estrada de Pinhel-Guarda impediu o reconhecimento destes vestígios romanos. De qualquer modo, a área de vestígios romanos descoberta no troço da estrada parece ter feito parte de uma *pars rustica* de uma granja ou, mesmo, *villa* romana que existiu entre a Quinta do Moinho Santo e a Quinta da Pega. Também nos arredores da aldeia de Prados têm sido inventariados por Filipe Pina (2004) abundantes vestígios da época romana.



figuras

fig. 1 Localização e perfil do Castelo dos Mouros.



fig. 2 Colina do Castelo dos Mouros visto de ocidente.

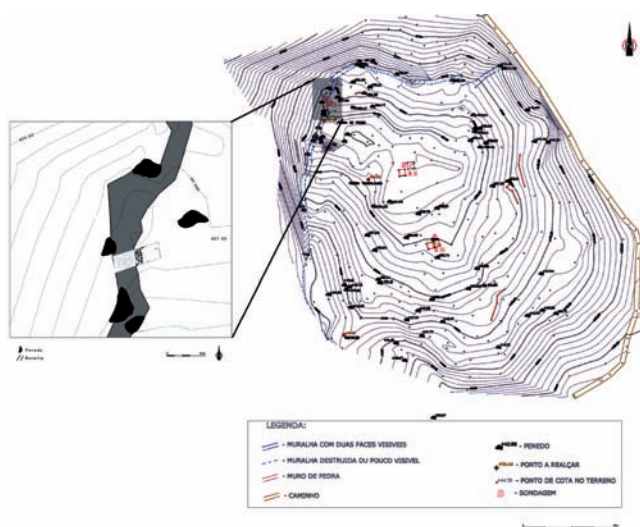


fig. 3 Castelo dos Mouros.



fig. 4 Cerâmica decorada do Sector III.



fig. 5 Castelo dos Mouros. Muralha no Sector I.

fig. 6 Castelo dos Mouros. Sector III 2.



fig. 7 Estela de Argomil.

fig. 8 Marca da Quinta da Urgueira.



fig. 9 Fotografia aérea do Castelo dos Prados.



fig. 10 Inscrição do Castelo dos Mouros.

bibliografia

ALARCÃO, J. de (1988a) – *Roman Portugal. Vol. II*. Warminster: Aris e Phillips Ltd.

ALARCÃO, J. de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, J. de (1988c) – Os Montes Herminios e os Lusitanos. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. 2, p. 41-47.

ALARCÃO, J. de (1989) – Geografia Política e Religiosa da Civitas de Viseu. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil (Ser e Estar; 2), p. 305-314.

ALARCÃO, J. de (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Instituto de Conservação da Natureza; Parque Natural da Serra da Estrela.

ALARCÃO, J. de (2005a) – Povoações romanas da Beira Transmontana e Alto Douro. *Côavisão: Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Meda / Vila Nova de Foz Côa. 29 de Abril a 02 de Maio de 2004), p. 9-19..

ALARCÃO, J. de (2005b) – Destacamentos da Legião X Gemina no Baixo Douro no Tempo de Cláudio? *Al-Madan*. Almada. 2ª série. 13, p. 78-81.

ALARCÃO, J. de (2006) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia IV. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa 9: 1, p. 131-147.

CARVALHO, P. C. (2005) – Identificação e representação espacial das capitais de civitates da Beira Interior. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA; CEI, p. 135-154.

CARVALHO, P. C. (2006) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. [Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, policopiada e editada em CD, apresentada à Faculdade de Letras da universidade de Coimbra].

COIXÃO, A. do N. S. (2004) – Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho da Meda. *Côavisão: Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Côa. 6, p. 83-95.

COIXÃO, A. do N. S. (2005) – O Templo romano de Marialva. In *Catálogo da exposição “25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior”*. Trancoso: ARA; Câmara Municipal de Trancoso, p. 10-11.

CURADO, F. P. (1985a) – Ara votiva de Coriscada (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 45.

CURADO, F. P. (1985b) – Ara votiva de Longroiva (Meda). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 11, n.º 44.

CURADO, F. P. (1988-1994) – A propósito de Conimbriga e de Coniumbriga. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 6, p. 213-234.

FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ; Instituto Nacional de Investigação Científica (Cadernos da Uniarq; 1).

FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 109-131.

FERNANDES, L. da S.; FERREIRA, M.^a do C.; OSÓRIO, M.; PERESTRELO, M. S. G. (2006) – Vicus e Castellum na provincia Lusitania: Notas Epigráficas e Arqueológicas. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 155-188.

FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorum. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 58, n.º 266.

FRAGOSO, R.; ANTUNES, S. (2004) – Vestígios arqueológicos em Sobral da Serra. *O Interior*. Guarda. 249, 07-10-2004.

GOMES, R. C. (1996) – *Castelos da Raia: Beira*. Vol. 1. Lisboa: IPPAR.

GUERRA, A. (1987) – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série. 5, p. 161-177.

GUERRA, A. (1989) – Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crasto (São Romão, Seia). In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil (Ser e Estar; 2), p. 425-428.

GUERRA, A. (2004) – Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 : 2, p. 217-235.

LE ROUX, P. (1982) – *L'Armée Romaine et L'Organisation des Provinces Ibériques D'Auguste a l'Invasion de 409*. Paris: Publications du Centre Pierre Paris.

LOBÃO, J. C.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. (2005) – Povoamento romano na área da Torre de Almofala (Civitas Cobelcorum). In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI. Guarda, p. 171-188.

MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) – *Los orígenes de Lusitania: el Y milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.

OSÓRIO, M. (2006) – *O Povoamento Romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda; NAC (Territoria; 1).

PEREIRA, V. M. F. (2003b) – O Povoamento no I milénio a. C. na bacia hidrográfica do Alto Mondego (Guarda). In *Pré-actas do “Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica”* (Salamanca, 20, 21 e 22 de Outubro de 2003). Salamanca: Cátedra Condes de Barcelona; Fundación Duques de Soria, p. 336-354.

PERESTRELO, M. S. G. (1998a) – Fragmento de placa de Cidadelhe (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 59, n.º 272.

PERESTRELO, M. S. G. (1998b) – Marca de Oleiro do Manigoto (Pinhel). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 60, n.º 273.

PERESTRELO, M. S. G. (2001a) – A Idade do Bronze no Castelo dos Mouros de Cidadelhe (Pinhel). *Estudos Pré-Históricos*. Mangualde. 9, p. 133-142..

PERESTRELO, M. S. G. (2002) – O Castelo de Cidadelhe. In *Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica: Primeiras Jornadas do Turismo Científico e do Património do Vale do Côa (20 a 25 de Abril de 2002, Meda e Vale do Côa, Portugal): Livro de Actas*. [S.l.]: Liga dos Amigos de Conímbriga, p. 219-223.

PERESTRELO, M. S. G. (2003a) – *A romanização na bacia do Rio Côa*. [S.l.]: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

PERESTRELO, M. S. G. (2003b) – Ara a Bando Vordeaiço da Meda. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. Coimbra. 71, n.º 315.

PERESTRELO, M. S. G. (2005) – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no médio Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 67-94.

PERESTRELO, M. S. G.; SANTOS, A. T.; OSÓRIO, M. (2003) – Estruturas em fossa no sítio do Picoto (Guarda, Portugal). In *Pré-actas do “Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bronce Final y Hierro en la Península Ibérica”* (Salamanca, 20, 21 e 22 de Outubro de 2003). Salamanca: Cátedra Condes de Barcelona; Fundación Duques de Soria, p. 156 – 176.

PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1986) – *El desarrollo urbanístico en Herrera de Pisuergra (Palencia) según la repartición de las marcas de Alfarero en T.S. Arqueologia Espacial*. Teruel. 4 (Colóquio sobre el microespacio), , p. 45-56.

PINA, F. (2004) – *Castelo de Prados: Contributo para o Estudo do Povoamento Romano da Bacia da Ribeira de Massueime*. [Trabalho policopiado apresentado ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra].

POUX, M.; GUYARD, L. (1999) – Un moule à balles de fronde inscrit d'époque tardo-républicaine à Paris (rue Saint-Martin). *Instrumentum: Bulletin du Groupe de travail européen sur l'artisanat et les productions manufacturées dans l'Antiquité*. Montagnac. 9, p. 29-30.

Disponível em http://www.lychnology.org/IMG/pdf/_Bull_9.pdf [Consultado em 29-01-2007].

RODRIGUES, A. V. (1983) – *Terras da Meda: Natureza e Cultura*. Meda: Ed. Câmara Municipal da Meda.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. (2005) – Minería romana de oro en las Cuencas de los rios Erges/Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacop-Meimoa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 251-268.

VAZ, J. L. I. (1985) – Inscrição Romana de Argomil (Pinhel). *Beira Alta*. Viseu. 44: 4, p. 635-639.

VILAÇA, R. (1995a) – *Aspectos do povoamento da Beira interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o Património Arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In FERREIRA, M.^a do C.; PERESTRELO, M. S. G.; OSÓRIO, M.; MARQUES, A. A., eds. – *Beira Interior: História e Património: Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior* (Guarda, 1-3 de Outubro de 1998). Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 31-50.

VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J. N.; CORREIA, M.; CANAS, N. (2000) – O povoamento do I milénio a. C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento". *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8, p. 187-219.

acta 4

Proto-história e Romanização entre o Côa e o Águeda

Susana Rodrigues Cosme

(Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

E-mai: susanacosme70@hotmail.com)

Resumo

Do despovoamento na Proto-história à profusão populacional da época Romana ou da falta de investigação ao desconhecimento? Parece-nos estarmos perante a segunda hipótese e como tal trazemos a este congresso mais algumas achegas ao conhecimento histórico-arqueológico deste interior, que lentamente começa a dar-se a conhecer.

Trazemos até vós mais uma gravura da Idade do Ferro encontrada na estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões em Almendra e o seu enquadramento na região e numa estação de datação tardo-romana.

Tentamos propor, ainda, algumas soluções de povoamento para estas épocas da nossa história neste espaço geográfico, após algum trabalho de prospecção realizado entre o Côa e o Águeda, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e nas freguesias de Almendra e Castelo Melhor do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

O que nos propomos com este trabalho é alargar a nossa procura, para além dos guerreiros e camponeses que fazem título a esta sessão.

Introdução

Este trabalho pretende dar a conhecer uma gravura da Idade do Ferro exumada na estação arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões e tentar fazer o seu enquadramento na região e numa estação de datação tardo-romana.

A área geográfica entre o rio Côa e o rio Águeda, mais precisamente, todo o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e as freguesias de Almendra e de Castelo Melhor do concelho de Vila Nova de Foz Côa, foram a base de um trabalho no âmbito de uma tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2002 (Cosme, 2002).

O trabalho de prospecção e estudo centrou-se basicamente nos sítios com ocupação romana e/ou medieval, pois era esse o âmbito cronológico do nosso trabalho. Claro que, entre os sítios visitados, foi possível registar ocupações mais antigas e/ou mais recentes, em alguns dos sítios.

O centro desta comunicação como já referimos é uma pedra de xisto com gravuras da Idade do Ferro.

Problemáticas

Esta pedra, só por si, levanta várias questões: o sítio onde foi encontrada; o seu contexto arqueológico; a sua tipologia; a sua funcionalidade ou funcionalidades; a sua cronologia. E em termos artísticos: o que representa; que técnica foi utilizada.

No sítio de Aldeia Nova/Olival dos Telhões, na freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, foi realizada uma intervenção arqueológica, inserida num Projecto de Investigação para o Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) iniciado em 1995. Mais tarde, este projecto foi candidatado a um Projecto Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) apresentado ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) em 1998 e aprovado com classificação máxima de 5 valores. Por falta de verbas, este projecto sobreviveu devido à continuação do apoio por parte do GEHVID e da Junta de Freguesia de Almendra, na pessoa do seu presidente da altura, Dr. José Trabulo.

Aldeia Nova/Olival dos Telhões localiza-se na freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, a uma Lat. – 41° 01' 06" e uma Long. – 7° 00' 23" a uma cota média de 272 m. Situa-se a cerca de 2 km, em linha recta para Sudeste, do Monte do Castelo de Calábria. Trata-se de uma estação arqueológica com uma ocupação tardo-romana e alto-medieval, onde se escavou de 1995 a 2000, uma área de cerca de 240 m². Foi posto a descoberto parte da *pars rustica* do que pensamos tratar-se de uma da *villa* tardo-romana. Foi posto a descoberto uma área de tanques de lagar de vinho, bem como, um forno e salas de apoio, com um espólio arqueológico com cronologia dos séculos III/IV aos séculos VI/VII (fig. 1).

O que nos interessa para esta comunicação foi o aparecimento de uma pedra gravada no derrube do muro, U.E.-29. Os muros detectados nesta intervenção arqueológica apresentam um aparelho essencialmente composto de pedras de xisto, apresentando, elementos de granito em cunhais, pedras de soleira e elementos arquitectónicos como bases, fustes e capitéis (fig. 2).

Fez parte da metodologia adoptada nesta escavação, guardar todas as pedras de xisto e todas as *tegulae* e *imbrex* que saem dos depósitos escavados. Foram feitos marouços de pedras e de materiais de construção, que ficam na estação arqueológica, para que, se houver necessidade de uma reconstrução de estruturas, se utilize a matéria-prima original.

No derrube de pedras do muro, U.E.-29, e ao qual se atribuiu a U.E.-88, entre muitas pedras de xisto que foram removidas, uma delas apresentava-se gravada com imagens de animais. Trata-se de uma pedra de xisto com 30 cm de comprimento por uma largura máxima de 12 cm e uma espessura máxima de 5 cm. Apresenta uma face polida e é nessa face que se encontram as gravuras (fig. 3).

Quer pelos motivos apresentados quer pela tipologia do traço se percebeu logo que eram mais antigas que a cronologia da estação.

Foi proposta uma funcionalidade, última, de reaproveitamento na construção do muro do séc. III/IV.

Podemos identificar dois cavalos com tipologia diferente dos que surgiram em rochas na Vermelhosa ou no Vale da Casa, sítios com gravuras da Idade do Ferro.

Os cavalos identificados nesta pedra parecem ser da mesma espécie, talvez pai e filho, pois o que varia é o tamanho (figs. 4 e 5). São gravuras esquemáticas feitas com técnica filiforme.

As patas são marcadas com apenas uma linha cada, sem volume, o focinho bem marcado e as orelhas também marcadas com duas linhas paralelas e espetadas. É ainda de destacar o rabo comprido destas espécies. Não conseguimos identificar mais figuras embora elas existam, esta pedra faria parte de um painel maior, de uma rocha, da qual desconhecemos a localização.

Poderá, ainda, ser levantada a questão da utilização desta pedra como arte móvel, uma espécie de quadro, mas seria possível o conhecimento deste conceito nesta época da nossa história?

Uma coisa é certa, a utilização da matéria-prima, o xisto, foi desde sempre aproveitada ora para fins artísticos, rituais ou meio de comunicação como a gravação de tantas gravuras neste espaço geográfico, para a construção de casas, caminhos e igrejas como vemos nos muros da Aldeia Nova ou para o cultivo da vinha onde se produz um dos melhores vinhos do mundo.

Localização

Enquadramento nas gravuras da Idade do Ferro do Côa

A informação que podemos tirar da descoberta desta pedra, que não se fica pela sua cronologia e tipologia, pode ajudar-nos a conhecer o tipo de povoamento na Idade do Ferro, época tão mal conhecida nesta zona. Para este trabalho tentámos fazer uma retrospectiva do que se conhece nesta zona para a Idade do Ferro.

Em pedras isoladas como é o caso do aqui apresentado e em contexto arqueológico, esta é a primeira a ser exumada.

Em sítios como a Canada do Moreira, Canada do Arrobão, Quinta das Tulhas, Broeira, Meijapão, Canada do Amendoal, Namorados foram encontradas gravuras da Pré-história recente, no Orgal foram registadas as gravuras de cavaleiros da Idade do Ferro (Jorge, 1998: 15), na Penascosa foram registadas gravuras da Pré-História Recente e da Idade do Ferro e na Ribeirinha pinturas da Pré-História Recente.

Claro que hoje são conhecidos muitos mais sítios com gravuras e/ou pinturas destas épocas e nesta região com o decorrer e avanço das investigações realizadas pelo Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART).

Na Idade do Ferro estas gravuras foram realizadas recorrendo-se, essencialmente, à técnica filiforme. Esta técnica caracteriza-se por produzir traços finos. Os motivos filiformes são obtidos com pontas aceradas de sílex ou quartzo (Baptista, 1999: 24) e estas gravuras caracterizam-se pelo seu semi-esquematismo e sub-esquematismo narrativo da Idade do Ferro do Côa (Baptista, 1999: 35).

Apresentam, basicamente, símbolos antropomorfos, zoomorfos (equídeos e cervídeos), figurações de armas (como falcatas, lanças, setas, etc.) e encontram-se espalhadas por uma vasta área geográfica.

A tipologia de cavalos é muito peculiar, com figuras de corpo alongado, pescoço alto e fino, e os quartos traseiros do animal frequentemente dados em perspectiva torcida.

No Vale da Casa os cavalos encontram-se sugeridos apenas pela linha cerviceo-dorsal; ou com os quartos traseiros, vistos de frente ou em forma de uma ferradura, a simbolizar o animal no seu conjunto.

As gravuras aparecem algo descontextualizadas tal como outras manifestações artefactuais em relação a locais de povoamento na Idade do Ferro.

Enquadramento na rede de povoamento da Idade do Ferro na região

Resolvemos apresentar quatro sítios que, pelo nosso trabalho de prospecção, nos parece provável ou quase certo que tenham sido povoados na Pré-história recente e/ou na Idade do Ferro. São eles o Monte do Castelo de Calábria, o Rodo do Castelão, Santo André e a Marofa. O *Monte do Castelo de Calábria* fica situado na freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa a uma Lat. – 41° 01' 51" e uma Long. – 7° 00' 50" a uma cota média de 508 m. Trata-se de um povoado de altura, circundado a Oeste e a Sudoeste pela Ribeira de Aguiar e pela Ribeira do Castelo e a Norte pelo Rio Douro.

Encontra-se numa situação privilegiada de controlo de povoados e de vias fluviais e terrestres (fig. 6).

Os principais vestígios são a sua linha de muralha que envolveria uma superfície de cerca de 60.000 m², grandes silhares, alguns almofadados, restos de pedras de possíveis construções, uma ara não epigrafada e algumas cerâmicas da Idade do Ferro e de Época Romana, e fala-se ainda de se ter encontrado ali moedas mosaicos e sepulturas. Já muito foi dito sobre este monte e muitos autores falaram dele. Pensa-se que tenha sido um castro, possível *civitas* romana com continuidade de ocupação até à Idade Média, sendo sede de bispado na época visigótica, continuando a ser referida durante a ocupação moçárabe (Cosme, 2002).

O *Rodo do Castelão*, situado na freguesia de Escalhão, fazendo fronteira com a freguesia de

Vilar de Amargo, do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, é um outro povoado de altura com cerca de 450 m de altitude, a uma Lat. – 40° 56' 08" e uma Long. – 7° 00' 03". Trata-se de um grande afloramento granítico com vestígios de edificações, cortes na rocha e restos de muros. Notam-se ainda os emparcelamentos de terrenos de cultivo.

Situa-se na margem esquerda da Ribeira de Aguiar. Trata-se de um monte com características defensivas devido ao domínio que exerce sobre o resto da paisagem. Podemos verificar uma linha de muralhas e no topo desta elevação estende-se uma larga plataforma com vestígios de ocupação durante a Pré-história recente e a Proto-história. A meia encosta são visíveis *tegulae* e cerâmicas comuns (Cosme e Marques, 1996).

Santo André, situado na freguesia de Almofala, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a uma Lat. – 40° 53' 06" e uma Long. – 6° 50' 01", é um povoado de altura, com cerca de 556 m de altitude, apresenta-se numa elevação sobre o Rio Águeda, controlando uma vasta área de território. É sem dúvida o povoado indígena com maior importância na região, com estruturas mais relevantes e que na nossa opinião poderia ter sido a capital dos *Cobelci* (Cosme, 2002). Manuel Andrade Maia supõe ter existido aqui um santuário proto-histórico devido à presença dos dois berrões (fig. 7). São figuras toscas em esculturas de pedra representando porcos, touros, carneiros ou javalis, normalmente associadas a representações de divindades, ex-votos a uma entidade tutelar, protectora de rebanhos e propiciadora da fertilidade destes, por vezes ligado à pastorícia. O contexto, a cronologia e variedade formal destes elementos gera alguma discordância quanto a significados e a funções, mas a sua presença neste local é por demais importante sejam quais forem os significados, funções e/ou as cronologias que lhes atribuímos.

Este local encontra-se circundado com uma muralha de pedra granítica de pequenas dimensões e são ainda visíveis bastantes cerâmicas proto-históricas e de época romana. É ainda visível que a capela de Santo André, uma construção do século XVI, emprega no seu aparelho construtivo pedras almofadas e fustes de colunas de época romana reutilizadas. Foi ainda encontrada uma inscrição datada do século II d. C.

A *Marofa*, situada na freguesia de Castelo Rodrigo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a uma Lat. – 40° 51' 55" e uma Long. – 6° 59' 27", é um povoado de altura com cerca de 976 m de altitude com uma visibilidade extraordinária para todo um território envolvente. Teria sido um castro com defesas naturais, formadas por rochedos escarpados e ladeiras íngremes dispostas em redor do cume da serra. Foi ali encontrada, em 1946, uma ara epigrafada romana. Hoje os vestígios visíveis são poucos ou nenhuns.

Para além destes quatro sítios principais fazemos referência ainda à *Palumbeira*, situada na Freguesia de Cinco Vilas, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a uma Lat. – 40° 56' 06" e uma Long. – 6° 57' 09", com uma altitude de cerca de 706 m. Trata-se de provavelmente um povoado mineiro em Cinco Vilas onde apenas foram encontrados materiais cerâmicos do Calcolítico e da Idade do Ferro.

Refira-se ainda o *Castelo em Algodres*, situado na freguesia de Algodres concelho de Figueira de Castelo Rodrigo com ocupação calcolítica; o sítio de *Santa Bárbara*, situado na freguesia de Algodres concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com possível ocupação da Idade do Ferro; *Castelo Rodrigo*, situado na Freguesia de Castelo Rodrigo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, com ocupação da Idade do Ferro; o *Castelo*, situado na Freguesia de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, do qual hoje apenas resta o topónimo; e a *Fortaleza*, situada na freguesia de Escarigo, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, a cerca de 561 m de altitude, onde se junta a Ribeira de Escarigo à Ribeira de Tourões, (há quem lhe atribua a designação de castro, embora só possível confirmar com escavações).

Podemos concluir, assim, que apesar de não se apresentar um povoamento semelhante ao do

litoral Norte do país com uma profusão de castros e uma visível hierarquização entre eles, esta zona do país teve ocupação na Idade do Ferro.

Faltam, necessariamente, mais estudos de prospecção, de escavação e de estudo de materiais desta época e relacioná-los com as, cada vez mais numerosas, representações em gravuras e/ou pinturas desta época, esperando que este pequeno contributo que apresentamos possa vir a servir para esse estudo continuado que é necessário fazer.

figuras



fig. 1 Aldeia Nova/Olival dos Telhões.



fig. 2 Aldeia Nova/Olival dos Telhões,
U.E.-088.



fig. 3 Pedra da U.E.-088.



fig. 4 Pormenor da pedra da U.E.-088.

fig. 5 Pormenor da pedra da U.E.-088.



fig. 6 Monte do Castelo de Calábria.



fig. 7 Santo André.



fig. 8 Vale do Côa em Almendra.

bibliografia

- ALMARGO-GORBEA, M. (1998) – La Protohistória de Riba Cõa. In *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Cõa*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 81-105.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (2001) – Los vettones. In *Celtas y Vettones*. Ávila: Excma. Diputación Provincial de Ávila.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A. F.; ZILHÃO, J. (1997) – Arqueologia. In ZILHÃO, J., ed. – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Cõa: Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa: Ministério da Cultura, p. 74-209.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A. F. de (1998) – O povoamento pré-histórico no Vale do Cõa: Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). *Côavisão: Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Cõa. 0, p. 23-34.
- BAPTISTA, A. M. (1999) – *No Tempo sem Tempo: A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Cõa*. Vila Nova de Foz Cõa: Parque Arqueológico do Vale do Cõa.
- CABRAL, A. A. D. (1963) – *História da cidade de Calábria, em Almendra: Subsídios*. Porto: Ed. da Casa da Beira Alta.
- CABRAL, A. A. D. (1969) – A ara votiva do Castro da Marofa. *Beira Alta*. Viseu. 28, p. 3-11.
- COIXÃO, A. do N. S. (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Cõa*. Vila Nova de Foz Cõa: Câmara de Vila Nova de Foz Cõa. p. 126-127; 202-203.
- COSME, S. R. (1998) – Aldeia Nova: Resultados de uma primeira sondagem. *Côavisão: cultura e ciência*. Vila Nova de Foz Cõa. 0, p. 63-68.
- COSME, S. R. (2001) – O lagar romano de Aldeia Nova/Olival dos Telhões (Almendra; Vila Nova de Foz Cõa). *Douro Estudos & Documentos*. Porto. 12 [Actas do II Simpósio Internacional da História e Civilização da Vinha e do Vinho da Cultura da Europa. Porto-Lamego-Vila Real a 10,11 e 12 de Setembro de 2001], p. 55-62.
- COSME, S. R. (2002) – *Entre o Cõa e o Águeda: Povoamento Romano e Alto-Medieval*. [Dissertação de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- COSME, S. R.; MARQUES, M. do R. (1996) – *Monte Calabre: Rupturas e continuidades na organização do povoamento*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional do Rio Douro. Vila Nova de Gaia.
- COSME, S. R.; MARQUES, M. do R.; FARIA, P. B. de (1996) – Monte Calabre: Rupturas e continuidades na organização do povoamento do vale do Douro durante a Idade Média: Primeira Notícia. *Douro: Estudos & Documentos*. Porto. 1, p. 278-279.
- FIDEL FITA, S. J. (1913) – Calábria Romana. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid. 62, p. 173-182.

FRADE, H. (1998) – Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorvm. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 58, n.º 266.

JORGE, V. O. (1998) – O Património Arqueológico da região de Foz Côa, da pré-história à época romana: Sua promoção local e global, aos níveis científico, cultural e turístico. *Côavisão: Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 11-21.

MAIA, M. M. da F. A. (s.d.) – *Subsídios para a Carta Arqueológica do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*. [Trabalho manuscrito de que se perdeu o rasto].

POLICARPO, D. J. da C. (1998) – A cidade romana e a Diocese de Calábria. In *Tratado de Alcanices e a sua importância histórica nas terras de Riba Côa*. Lisboa: Universidade Católica Edições, p. 109-114.

ROLDAN HERVAS, J. M. (1968-69) – Fuentes Antigas para el Estudio de los Vetones. *Zephyrus*. Salamanca. 19-20, p. 73-106.

SALINAS de FRÍAS, M. (1994) – Unidades organizativas indígenas y administración romana en el valle del Duero. In *Las estructuras sociales indígenas del norte de la Península Ibérica*. Vitória: Universidad del País Vasco; Servicio Editorial, p. 167-179.

SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, A. C. F. da (2001) – Los pueblos lusitano-galaicos. In *Celtas y Vettones*. Ávila: Excma. Diputación Provincial de Ávila, p. 334-349.

SILVA, J. J. da (1992) – *Monografia do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*. Figueira de Castelo Rodrigo: Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

SOUSA, D. G. de V. e (1993) – *Subsídios para o levantamento do Património Construído de Almendra*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

VITERBO, Fr. J. de S. R. (1965-66) – s.v. Calábria. In *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização, p. 61-63.

VIVES GATELL, J.; MARIN MARTINEZ, T.; MARTINEZ DIEZ, G. (1963) – *Concíllos visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona-Madrid: Instituto Enrique Florez.

A *villa* do Prado Galego é uma estrutura habitacional romana situada a escassos 3 km a Oeste de Pinhel, na comarca da freguesia de Valbom, concelho de Pinhel distrito da Guarda. Edificada entre as curvas de nível dos 600 m e os 610 m¹, implanta-se numa plataforma de uma suave elevação, definida por duas linhas de água que a ladeiam, afluentes da Ribeira da Pêga. A ocidente encontra-se como principal linha de água a Ribeira da Porquinha.

As campanhas de escavações arqueológicas, iniciadas em 2002², resultaram em 2006 na terceira campanha, durante a qual foi possível identificar com maior rigor parte da estrutura habitacional, a par de uma caracterização mais completa dos níveis de ocupação. O nível de conhecimento é, no presente momento, bastante parcelar sem contudo não deixar de sugerir um conjunto de reflexões que aqui pretendemos expor de forma abreviada.

A campanha de 2006 permitiu-nos delinear uma parte importante, mas ínfima, da estrutura arquitectónica do conjunto (fig. 1). Uma ampla sala com mais de 45 m² está pavimentada com um mosaico policromo, geometricamente decorado e apresentando um medalhão central formado por uma coroa de loureiros; nos ângulos deste requadro que forma o medalhão central foram representados quatro cântaros realizados com tesseles em pasta de vidro. Esta sala abre para um corredor porticado, decorado com colunas em granito e capiteis jónicos esculpidos no mesmo material.

A Norte duas salas adossadas, com pavimento em terra batida, apresentam-se como espaços relacionados com a actividade doméstica, talvez a cozinha já que numa delas se construiu uma lareira em granito. O segundo ambiente, do qual já identificamos os limites, poderá ter sido pavimentado com um soalho de madeira; no substrato xistoso parcialmente desbastado e alisado, identificaram-se um conjunto de pequenas fossas cuja funcionalidade nos parece relacionada com o assentamento dos barrotes de apoio para colocação de um soalho, ao contrário do que identificamos na sala da lareira, onde se conservam alguns troços do pavimento em terra batida junto à estrutura de combustão.

Paredes meias com estes dois ambientes e seguindo uma planta linear, escavámos um edifício termal, de médias dimensões, do qual já se podem observar duas salas sobre *hypocaustum* (fig.2). O acesso a este espaço seria provavelmente realizado por uma porta identificada mais a Este e alinhada com o corredor porticado. A escavação de parte deste espaço termal permitiu identificar dois tanques, revestidos com argamassa hidráulica, posteriormente demolidos para construir o *hypocaustum* da área termal, elemento que claramente comprova uma fase anterior, a qual ainda não podemos descrever com pormenor, mas provavelmente relacionada com a alteração do acesso à sala da lareira, que numa fase inicial se situava no corredor porticado. Todavia teremos de desmontar as banquetas conservadas entre estes três espaços para poder, de forma correcta e inequívoca, entender a articulação entre os diversos espaços.

Ao progressivo conhecimento arquitectónico desta *villa* associamos, também, um conjunto de espólio arqueológico de elevado interesse científico.

As cerâmicas, maioritariamente pertencentes ao séc. III e IV, são caracterizadas por uma ampla variedade de tipologias e formas, destacando uma taça de *Terra Sigillata* Hispânica Tardia (Drag. 37) decorada com círculos concêntricos aspados, da qual se conserva a forma quase completa. A forte concentração deste tipo de cerâmica ao longo do Rio Douro, via fluvial privilegiada para a efectivação dos abastecimentos deste tipo cerâmico, é interpretada como prova da rede de distribuição até ao consumidor, desde os centros produtores, localizados, quer na região do Ebro, quer na bacia do Douro. No que concerne ao material anfórico, merece particular referência o conjunto de ânforas Almagro 51C, séc. IV/V, contentores que serviram para transporte do *garum* e preparados piscícolas, cuja importância não se cinge apenas ao conhecimento das dietas alimentares dos que aqui viveram, mas

acta 5

A villa romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006

Maria Pilar dos Reis

Fernando Santos

¹ As coordenadas UTM do ponto central são: 29PF 5956 1625.

² Actualmente as intervenções arqueológicas são financiadas no âmbito de um projecto apresentado ao PNTA de 2005 e pela Câmara Municipal de Pinhel, inexcusável colaborador do projecto. Contamos também com a participação no projecto do Museu Monográfico de Conimbriga, instituição que assegura a conservação e restauro do espólio, instituição que em breve participará na consolidação do mosaico identificado. No projecto colaboram também a Liga de Amigos de Conimbriga e o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

também comprova a alargada rede de distribuição destes condimentos alimentares tão apreciados em época romana. É também de destacar o representativo conjunto de cerâmica de construção, entre o qual uma *tegula* com texto epigrafado que em breve será objecto de publicação.

Durante a campanha de 2006 recolhemos ainda dois utensílios em ferro, concretamente uma colher de pedreiro, e uma colher, também em ferro. Esta última peça é semelhante às colheres votivas do séc. V; contudo todas as colheres votivas identificadas em Portugal são em prata, o que não se verifica nesta peça, remetendo-nos para uma classificação diferente, associada a peças do quotidiano, sem qualquer tipo de simbologia específica.

A maioria dos numismas recolhidos encontram-se em fase de tratamento de forma a permitir a sua classificação. Todavia, e numa primeira abordagem deste pequeno conjunto constatámos que a larga maioria são Constantinianos (337 a 355 d.C.), com excepção de uma moeda proveniente da sala do mosaico e a primeira a ser recolhida, um Antoniniano; no ainda pouco significativo conjunto numismático destaca-se também uma moeda de Galieno (253 -268 d.C.).

A intervenção tem permitido a identificação de outras peças relevantes para a interpretação do contexto arqueológico, garantindo a atribuição de cronologias mais genuínas aos vários níveis deposicionais. O projecto em curso apresenta outras características de intervenção que estão intimamente relacionadas com a inovação e o rigor científico que imprimimos na nossa intervenção. Por um lado demos importância prioritária ao rigor do registo, por outro, apostamos na integração de um conjunto de especialistas em diferentes áreas, que colaboram na construção do discurso histórico.

O conhecimento actual desta estrutura habitacional, permite-nos conjecturar sobre a planta do edifício, que claramente é parte integrante da *pars urbana* da *villa*. O pórtico identificado, e ainda em processo de escavação, sugere a existência de um grande pátio, e uma estrutura de fachada linear, porticada, formando uma *loggia* para a qual abrem as salas de representação, como por exemplo a Sala do Mosaico.

Somos conscientes da antecipação que representa qualquer afirmação sobre a estrutura desta *villa*, face à área escavada da mesma e ao conhecimento absolutamente parcelar do que será a sua caracterização estratigráfica. Todavia a campanha de 2008, e as subseqüentes trarão, certamente, informações fulcrais para o conhecimento desta *villa* em concreto, mas também, e a par de um crescente investimento científico nesta região da antiga Lusitânia, a *villa* do Prado Galego contribuirá e enriquecerá o conhecimento das dinâmicas de povoamento e estruturação das áreas rurais durante o período romano na vertente norte lusitana.



figuras

fig. 1 Vista geral do corte 8, corredor porticado, com duas colunas e respectivos capiteis tombados na zona do pátio.



fig. 2 Vista geral do corte 9, área termal.

ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Ed. Aris & Phillips, Ltd.

ALMEIDA, A. (1945) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa: Ed. de Autor.

BATE, L.F.(1998) – *El proceso de investigación en arqueología*. Barcelona: Ed. Crítica.

CABRAL, A. Dinis (1961) – Castelo Rodrigo: Subsídios para a sua história. *Beira Alta*. Viseu. 20: 4, p. 717-745.

FRADE, H. (1990) – Novos elementos sobre o templo romano de Almofala. *Conímbriga*. Coimbra. 29, p. 91 – 101.

bibliografia

FRADE, H. (1998) – Ara de Júpiter da civitas Cobelcorum. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 58, Insc. n.º 266.

LE DÉCOR = BALMELLE, C.; BLANCHARD-LEMÉE, M.; CHRISTOPHE, J.; DARMON, J-P; GUIMIER-SORBERTS, A-M.; LAVAGNE, H.; PRUDHOMME, R.; STERN, H (1985) – *Le décor géométrique de la mosaïque romaine: Répertoire graphique et descriptif des compositions linéaires et isotropes*. Paris : Ed, Picard.

LOBÃO, J. L.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. (2005) – Povoamento romano na área da Torre de Almofala. In *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia (Actas da 2ª Jornadas de Património da Beira Interior)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 171 – 188.

MARTÍN BENITO, J. I.; MARTÍN BENITO, J. C. (1994) – *Prehistoria y romanización de la tierra de Ciudad Rodrigo*. Salamanca: Centro de Estudios Mirobrigenses.

OLEIRO, J. M. Bairrão (1986) – Mosaico Romano. In ALARCÃO, J., dir. – *História da Arte em Portugal: I: Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Publicações Alfa.

PERESTRELO, M. Sabino (2000) – O povoamento romano na bacia da Ribeira de Massueime (Guarda): Alguns subsídios. In FERREIRA, M. d. C.; PERESTRELO, M. S.; OSÓRIO, M. ; MARQUES, A. A., ed. – *Beira Interior. História e Património: Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1-3 de Outubro de 1998)*. Guarda: [s. n.], p. 97-120.

PERESTRELO, M. Sabino (2003) – *A romanização na Bacia do Rio Côa*. [S.l.]: Parque Arqueológico Vale do Côa.

REGUERAS GRANDE, F.; PÉREZ OLMEDO, E. (1997) – *Mosaicos Romanos de la Provincia de Salamanca*. [Salamanca]: Junta de Castilla y León (Monografías de Arqueología en Castilla y León; 2).

RAPOSO, L., CORREIA, V.H. (2000) – *Normas de inventário em arqueologia*. Lisboa: IPM.

ROCHA, A. Santos (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz: Catálogo Geral*. Figueira da Foz: Museu Municipal.

RODRIGUES, A. Vasco (1983) – *Terras da Meda: Natureza e cultura*. Meda: Câmara Municipal da Meda.

ROSKAMS, S. (2001) – *Excavation*. Cambridge: Cambridge University Press.

VIEGAS, C; ABRAÇOS, F.; MACEDO, M. (1993) – *Dicionário de motivos geométricos no mosaico romano*. Conímbriga: Liga de Amigos de Conímbriga.

WYLIE, A. (2002) – *Thinking from things: Essays in the philosophy of archaeology*. Berkeley: University of California Press.

Resumo

O povoado fortificado da Sra. do Castelo, localizado na freguesia de Urros, distrito de Bragança, remonta a uma época calcolítica, e a sua ocupação estendeu-se até à época medieval.

O posicionamento geográfico indicia-o como um povoado estratégico na região, ainda que o seu interesse esteja também relacionado com a exploração mineira em época romana.

A segunda linha de muralhas apresenta duas fases de construção, correspondentes a dois momentos distintos: a 1ª fase de época calcolítica (Estrutura II) e a 2ª fase de época proto-histórica (Estrutura I).

O diverso espólio cerâmico e numismático inequivocamente ratifica a notória romanização do castro.

O local de Urros teve um papel relevante na reorganização da Monarquia, tendo-lhe sido concedida a carta de foral em 1182 por D. Afonso Henriques.

O castro de Sra. do Castelo localiza-se na freguesia de Urros, concelho de Torre de Moncorvo, distrito de Bragança, à longitude de 7° 2' 19"W e à latitude de 41° 4' 38"N, com uma altitude de 667m (fig. 1).

Geologicamente tem depósitos de vertente formados na época Quaternária (Holocénico), e uma formação constituída por quartzitos inferiores e xistos intermédios do período Ordovícico (Arenigiano) (Silva e Ribeiro, 1991).

É um castro com um fácil acesso a Este, permitindo o acesso de automóvel através de um caminho carreteiro, arranjado recentemente; as encostas Sul e Oeste são escarpadas, constituindo uma defesa natural, enquanto a vertente Norte tem um declive não muito acentuado. Não obstante, verifica-se a presença de duas linhas de muralhas, para um reforço defensivo, estando-se perante um castro fortificado.

No topo, sobre um maciço rochoso, encontra-se uma bonita capela dedicada a Sra. do Castelo, onde, aquando das obras no adro, foram encontradas moedas romanas.

Na vertente Norte encontra-se uma gruta denominada Cova / Buraco dos Mouros, à qual estão associadas várias crenças fielmente preservadas pelos populares.

As prospecções efectuadas neste monte revelam, a nível arqueológico, uma ocupação desde a época calcolítica à época medieval, associando-se o já referido Buraco dos Mouros a uma possível exploração mineira de época romana.

Sande Lemos, no seu trabalho de investigação, Povoamento Romano de Trás-Os-Montes Oriental, inventaria o topo do monte de Sra. do Castelo como um povoado calcolítico, castro da Idade do Ferro romanizado e castelo medieval; o Buraco dos Mouros como fruto de exploração mineira romana, provavelmente de ouro; e o sopé Noroeste deste monte (Lameirões) como um povoado romano mineiro (Lemos, 1993: 366, nº 710; 367, nº 711 e p. 368, nº 712).

E se se relacionar estes vestígios materiais, cerâmicos e estruturas (não somente as linhas de muralha, mas também os restos de construções que se insinuam, apesar da vegetação, na vertente Norte), com a excelente localização geográfica sobre o rio Douro, visualizando-se outros montes importantes, como o do Poio (Urros) e o Monte Calabre (Almendra, Vª Nª de Foz Côa) alti-medieval, poder-se-á assumir que este castro teria tido na altura uma posição estratégica dominando a região circundante.

Na base deste monte, existe uma capela dedicada a Sto. Apolinário, de estrutura românica, que nas suas imediações apresentou, a nível de prospecção, materiais atribuíveis ao período da romanização e medieval (Lemos, 1993: 368-369, nº 713).

acta 6

Proto-história e romanização no monte de Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: Análise de materiais

Carla Maria Braz Martins

(Doutorada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: carlabrazmartins@clix.pt)

Introdução

A época medieval em Urros está bem documentada e estudada, sabendo-se que teve um papel relevante integrado no plano reordenador da Monarquia, tendo tido portanto carta de foral em 1182 concedida por D. Afonso Henriques.

Ocupação proto-histórica

De época proto-histórica existem vestígios materiais cerâmicos associados quer a um piso de argila compacta, pertencente a uma estrutura circular, bastante destruído, quer a uma 2ª fase da 2ª linha de muralhas.

Esta muralha (Estrutura I – fig. 2), com uma largura compreendida entre 2,20 e 2,26 metros, bem aparelhada apesar dos derrubes sofridos, assenta nos alicerces da 1ª fase de construção (Estrutura II); ela comporta do lado externo, uma estrutura de suporte (Estrutura III), dado o declive acentuado do terreno, constituída por lajes alternadamente dispostas de forma horizontal e vertical.

Os materiais cerâmicos exumados encontram-se dispersos por todas as sondagens, exceptuando a D, como se pode verificar na seguinte tabela:

Sondagem	U.E.	Fase I B (700-500 a.C.)	Fase II (500-140 a.C.)	Fase II / III (c. 140 a.C.)	Fase III (140 a.C. à 2ª metade séc. I d.C.)	Total por S.
S. A	00				2	
	01		1		11	
	02	2	4	1	8	
						29
S. B	00		1		11	
	01				3	
	02		1		2	
	03				1	
	20				1	
						20
S. B1	00		1		3	
	01				1	
	03				2	
	04				10	
	05				1	
	06				6	
	10				2	
						26
S. B2	00				4	
	02				5	
						9
S. C	00		1		13	
	03		3		4	
						21
S. E	02		1		1	
	03				3	
	04				2	
						7
S. F	01				1	
	04		4		3	
						8
Total		2	17	1	100	120

tabela 1

Pode-se observar que num total de 120 fragmentos cerâmicos classificados, há um predomínio na sondagem A (29 fragmentos), associados à Est. I – 2ª fase da muralha.

A presença de cerâmicas nas sondagens B, B1, B2, C e E, está associada a contextos de revolvimentos de terras devidos à implantação de estruturas posteriores, nomeadamente:

- Sondagem B, B1 e B2 implantação de uma necrópole medieval;

- Sondagem E implantação de uma estrutura medieval, possivelmente correspondente a uma pequena igreja;

- Sondagem C implantação da 1ª linha de muralhas também de época medieval.

Na sondagem F seria de esperar um maior número de fragmentos tendo em conta o piso encontrado (fig. 3); no entanto, a fraca potência de terras, devido à erosão, levou a que o mesmo se encontrasse muito destruído.

Em termos de análise dos materiais, poder-se-á referir uma predominância de materiais cuja cozedura foi efectuada em ambiente oxidante (80 fragmentos em cozedura de ambiente oxidante vs. 40 em ambiente redutor), e praticamente todos eles feitos à roda.

		Fase I B (700-500 a.C.)	Fase II (500-140 a.C.)	Fase II / III (c. 140 a.C.)	Fase III (140 a.C. à 2ª metade séc. I d.C.)
Cozedura em ambiente redutor	feito à mão	1			
	feito à roda		4	1	32
Cozedura em ambiente oxidante	feito à mão	1	2		
	feito à roda		10		61

	Fase I B (700-500 a.C.)	Fase II (500-140 a.C.)	Fase II / III (c. 140 a.C.)	Fase III (140 a.C. à 2ª metade séc. I d.C.)
Cozedura em ambiente redutor				2
Cozedura em ambiente oxidante		1		5

tabela 2

Nas cerâmicas (fig. 4 e 5) existe um esmagador predomínio das formas abertas, consubstanciando-se nas seguintes tipologias:

- caçarolas;
- potes;
- taças;
- cântaros.

Salienta-se ainda um vaso de suspensão.

A decoração presente:

- semicírculos (ou SS alinhados);
- meandros horizontais;
- punções triangulares;
- cordada.

As técnicas utilizadas foram a estampagem, a incisão e excisão, a punção e a aplicação plástica.

No que diz respeito à cronologia, teve-se em conta opiniões de diferentes autores, como Alarcão (1992: 38) e Manuela Martins (in Alarcão, 1992: 42), tendo-se adoptado a periodização de A. C. F. Silva (1986), apesar de se ter efectuado algumas adaptações:

- Fase I A – 900 a 700 a.C., correspondendo a um período de transição do Bronze Final;
- Fase I B – 700 a 500 a.C.;
- Fase II – 500 a 140 a.C.;
- Fase II / III – em torno de 140 a.C.;
- Fase III – de 140 a.C. à segunda metade do séc. I d.C.

Assim sendo, existe um domínio de materiais associados à III fase, facto que poderá eventualmente já estar relacionado com um processo incipiente de romanização.

Ocupação romana

É notória a romanização deste castro dada a abundância de cerâmicas de boa qualidade, embora algumas de fabrico indígena. Salienta-se um fragmento de cerâmica fina estampilhada (3,62 mm de espessura), decorada a matriz por três círculos concêntricos sobre uma aguada branca e suporte de pasta alaranjada; este fragmento de forma indeterminada, encontrado em prospecção, poderá ser datado de finais do séc. I a.C. (Arnaud e Gamito, 1974-77: 199). No entanto, a cronologia fornecida pela análise das *sigillatae* e numismas é mais tardia, nomeadamente do séc. IV. No que diz respeito às *sigillatae*, apareceram em escavação cinco fragmentos de *sigillata* hispânica tardia – séc. IV, de formas indeterminadas. O espólio numismático aponta para meados do séc. IV.

A cerâmica comum romana encontra-se dispersa por todas as sondagens existentes, como se pode verificar na tabela seguinte:

Sondagem	U.E.	Materiais romanos	Total por S.
S. A	01	14	
	02	12	
			26
S. B	00	11	
	01	11	
	02	6	
			28
S. B1	00	8	
	01	3	
	03	2	
	04	10	
	05	2	
	06	5	
			30
S. B2	02	4	
			4
S. C	00	8	
	02	5	
	03	4	
			17
S. D	00	1	
	01	2	
			3
S. E	00	7	
	02	1	
	03	1	
	04	2	
			11
S. F	00	1	
	01	2	
			3
Total			122

tabela 3

Num universo de 122 fragmentos:

- existe uma predominância na Sondagem B, B1 e 2, apesar de ser em contextos de revolvimento, devido à implantação da necrópole medieval;
- nas Sondagens A e F, a presença de materiais romanos aparece associada a materiais proto-históricos já de uma 3ª fase;
- nas Sondagens C e E, a presença de materiais romanos aparece em contextos de revolvimento devido à implantação de estruturas posteriores, nomeadamente a muralha e estrutura correspondente a uma igreja, ambas de época medieval;
- na Sondagem D, a quase nula existência de fragmentos cerâmicos deve-se ao facto da sondagem se encontrar em zona de desmonte devido à exploração mineira, encontrando-se basicamente os fragmentos de quartzo.

Em relação à análise cerâmica há claramente uma predominância de materiais com uma cozedura em ambiente oxidante, quer dos exumados na intervenção arqueológica, quer dos encontrados em prospecção nos Lameirões:

		Cerâmica Romana	asas	tubeira	patela
Cozedura em ambiente redutor	feito à mão		1		
	feito à roda	12			
Cozedura em ambiente oxidante	feito à mão		6	1	
	feito à roda	101			1

		Cerâmica Romana	asas	tubeira	patela
Cozedura em ambiente redutor	feito à mão				
	feito à roda	1			
Cozedura em ambiente oxidante	feito à mão		2		
	feito à roda	10			

tabela 4

Em relação às tipologias da cerâmica comum (fig. 6 e 7), existe um domínio esmagador de formas abertas, existindo uma parca minoria de formas fechadas.

Dentro das formas abertas salientam-se:

- taças de pequenas e médias dimensões;
- potes;
- bilhas;
- cântaros;
- talhas de pequenas e grandes dimensões;
- pratos.

Nas formas fechadas:

- predomínio de vasos globulares (perfil hemisférico);
- pratos.

A decoração presente:

- linhas em zigue-zague;
- meandros;
- cordada;
- unhas;
- caneluras e estrias;
- depressões aplicadas a dedo.

As técnicas utilizadas na realização da decoração foram o brunido, a excisão e incisão, plástica e a torno.

Considerações finais

A presença proto-histórica no monte da Sra. do Castelo encontra-se bem documentada, quer pela presença da 2ª linha de muralhas (2ª fase), quer pela existência de uma estrutura circular com piso em argila, ao que se associam os materiais essencialmente datados de entre 140 a.C. à segunda metade do séc. I d.C. – castro fortificado, no seguimento da ocupação anterior.

A presença romana justifica-se pelo estratégico para controlo do Douro, e pela exploração mineira (ferro e ouro), apontando os fósseis directores para o séc. III / V d.C.

Em qualquer uma das épocas existe uma preocupação com a vertente estratégico-defensiva do monte da Sra. do Castelo.

figuras

fig. 1 Localização do monte da Sr.^a do Castelo.



fig. 2 Segunda linha de muralhas (Estrutura I).



fig. 3 Piso de argila compacto.



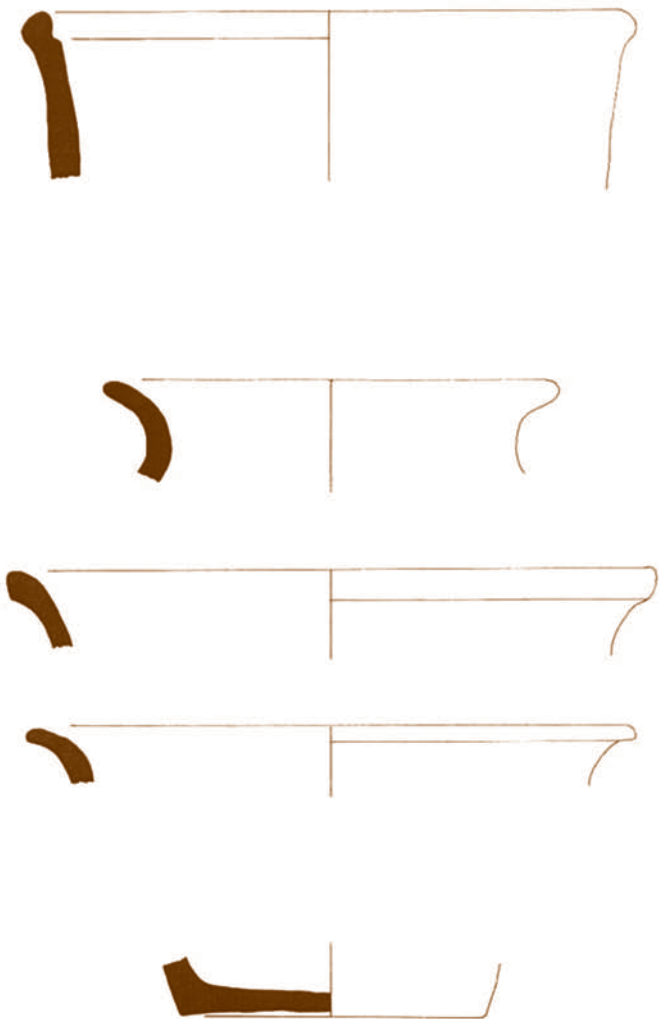


fig. 4 Cerâmica proto-histórica.

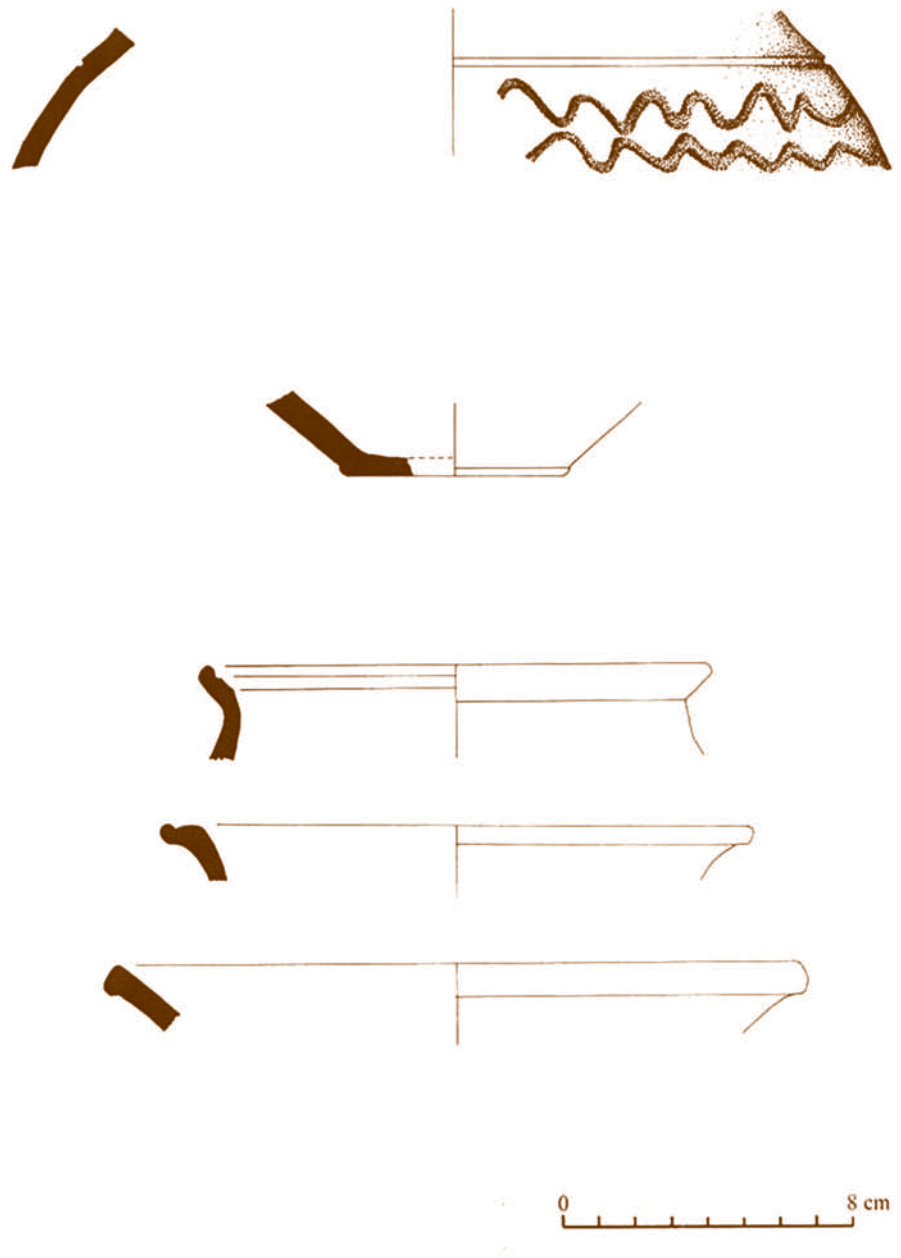


fig. 5 Cerâmica proto-histórica.



fig. 6 Cerâmica romana.

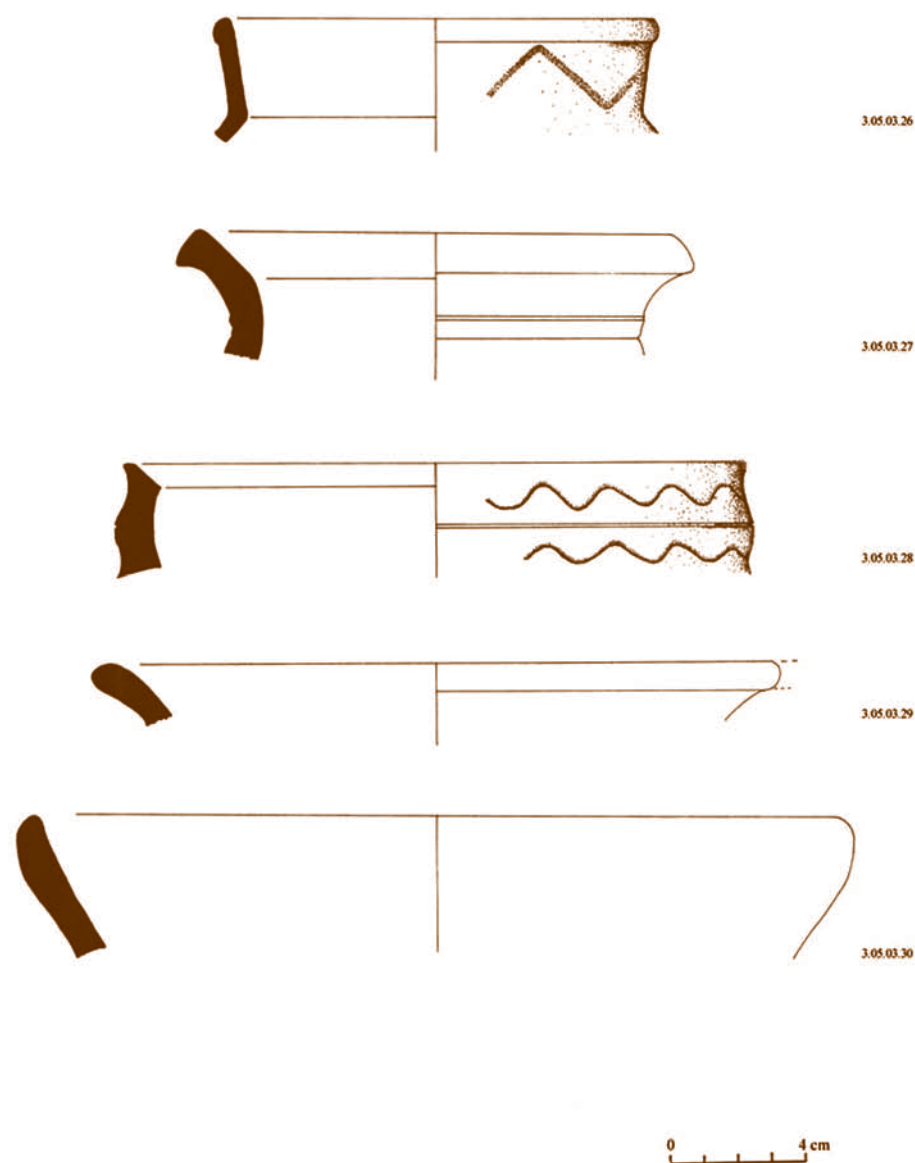


fig. 7 Cerâmica romana.

bibliografia

ALARCÃO, J. (1992) – A evolução da cultura castreja. *Conímbriga*. Coimbra. 31, p. 32-71.

ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1974/77) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série. 7-9, p. 165-202.

ESTRABÃO (1965) – *Geografia: Livro III*. [Edição crítica por F. J. Velozo e J. Cardoso. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (Colecção Amphitheatrum)].

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-89) – Aspectos de la minería y la metalurgia en la protohistoria de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 10-11: 3., p. 178-214.

FERREIRA, C. A. d'A. (1998) – *Torre de Moncorvo: Percursos e materialidades medievais e modernas*. Porto: FLUP. [Tese de mestrado em arqueologia (policopiado)].

IGE (1994) – *Carta Militar de Portugal 1/25000*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército. fl. 141.

LEMONS, F. de S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-Os-Montes Oriental. Vol. IIa*. Braga: Universidade do Minho. [Tese de doutoramento (policopiada)].

LIMA, A. C. P. S., ed. (1998) – *Terras do Côa: Da Malcata ao Reboredo*. Vila Nova de Foz Côa: Estrela-Côa, p. 15-23 e 163-180.

MARTÍNEZ-GARCÍA, E. (1988) – *Mineralizaciones de oro en el Noroeste de la Península Ibérica*. Coimbra: Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra (Memórias e Notícias; 106).

NETO, J. M. (1975) – *O Leste do Território Bracarense*. Torres Vedras: A União, p. 17-18; 83-95; 103-107; 175-182; 294-314.

PINTADO, F. A. (1997) – *De Freixo, a Freixo de Espada à Cinta*. Freixo de Espada à Cinta: Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

REIS, A. M. (1991) – *Origens dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.

SANCHES, M. de J. (1997) – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vol. II*. Porto: S.P.A.E..

SCHULTEN, A.; MALUQUER de MOTES, J. (1987) – Hispania Antiqua según Pomponio Mela, Plínio el Viejo y Claudio Ptolomeo. In *Fontes Hispaniae Antiquae. Fasc. VII*. Barcelona: División y Ciencias Humanas y Sociales de Barcelona, 1987.

SILVA, A. C. F. da (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

SILVA, A. F.; RIBEIRO, M. L. (1991) – *Notícia explicativa da folha 15 – A, Vila Nova de Foz Côa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine*. Paris: Diffusion de Boccard.

VASCONCELOS, J. L. de (1896) – Inscrição romana de Moncorvo. *O Archeólogo Português*. Lisboa. II, p. 134-135.

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão

António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação da Publicação

Luís Luís

Autores

António Ruas, António Sá Coixão, Carla Maria Braz Martins, Fernando Santos, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Luís Luís, Manuel Sabino G. Perestrelo, Maria Pilar dos Reis, Susana Rodrigues Cosme

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

Luís Luís e autores

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Legal**Tiragem**

1000 Exemplares